ANA MARIA MARTINS

ELEMENTOS PARA UM COMENTÁRIO LINGUÍSTICO DO TESTAMENTO DE AFONSO II (1214)

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA
LISBOA
1 9 8 5

ANA MARIA MARTINS

ELEMENTOS PARA UM COMENTÁRIO LINGUÍSTICO DO TESTAMENTO DE AFONSO II (1214)

Trabalho de síntese elaborado ao abrigo do nº 1 do Artº 58 do Decreto-Lei nº 448/79 para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

LISBOA

1985

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
23740

ÍNDICE

Introdução..... I - III

I. Vogais átonas finais — /e/ e /o/

1. Estado actual dos conhecimentos..... 1 - 9
2. O Testamento..... 9 - 24
Notas..... 25 - 36

II. Vogais pretónicas mediais — /ɛ/ - /e/ e /ɔ/ - /o/

1. Estado actual dos conhecimentos..... 37 - 40
2. O Testamento..... 41 - 44
Notas..... 45 - 47

III. Vogais nasais [-alt] em posição final

1. Estado actual dos conhecimentos..... 49 - 80
2. O Testamento..... 81 - 87
Notas..... 88 - 92

IV. Ditongos

1. Do latim clássico..... 93 - 95
2. Resultantes de tritongos latinos..... 96 - 97
3. Resultantes de semivocalização da primeira vogal..... 97 - 100
4. Resultantes de semivocalização de consoantes..... 100 - 110
5. Resultantes de metátese..... 110 - 114
6. Resultantes de semivocalização da segunda vogal..... 114 - 120
Notas..... 121 - 128

V. Conclusões..... 129 - 138

Notas..... 139 - 142

Bibliografia..... 143 - 153

Anexo (fotocópia das normas de transcrição e da edição do Testamento de Afonso II (1214) de Avelino de Jesus da Costa)..... I - VI

Introdução

O interesse de um comentário linguístico do mais antigo texto escrito em português não necessita de ser justificado.

O presente trabalho não é ainda esse comentário, mas apenas uma contribuição para ele: estudam-se quatro aspectos do vocalismo relativamente aos quais a análise do Testamento se revela produtiva.

A edição usada é a edição paleográfica do Pe. Avelino de Jesus da Costa, publicada em "Os mais antigos documentos escritos em português, Revista Portuguesa de História, XVII, 1979. (Dela e das respectivas normas de transcrição junto fotocópia em anexo). Para algumas observações de natureza paleográfica, diplomática, codicológica e histórica, veja-se o mesmo artigo.

Os aspectos do vocalismo estudados são:

I. as vogais átonas finais /e/ e /o/;

II. as vogais pretónicas mediais /e/, /ɛ/ e /o/, /ɔ/;

III. as vogais nasais finais [-alt];

IV. os ditongos.

No que respeita às vogais átonas, o comentário visará as vogais que se elevam em posição átona, ou seja, as vogais [-alt], mas não terá em conta a vogal /a/ dado que as grafias nada podem dizer-nos sobre a realização fonética da mesma. Também não se consideram os casos que constituem excepções à elevação do vocalismo átono pretónico medial visto que essas excepções atingem, entre outras, formas que não pertenciam à língua de nenhum dos copistas do Testamento: a) Palavras em que duas vogais pretónicas em hiato evoluíram por crase em época, aparentemente, posterior a 1214, por exemplo pregar (< preegar < PREDĬCARE) ou corar (< coorar < COLORARE) — cf. no Testa-

mento: uiier (A, 1.8; A', 1.8), uoontade (A, 1.8; A', 1.8) e, também, Bragaa (A, 11.6(2x), 9, 15, 25; A', idem), cabidoo (a, 1.11; A', 1.11), omees (a, 11.15, 24(3x); A', idem), pees (A, 11.4, 23; A', idem), Sẽe (A, 1.11; A', 1.11), seendo (A, 1.1; A', 1.1), seer (A, 1.23; A', 1.23), teen (A, 1. 24(2x), A', idem), alguus (A, 1.17), alguno (A', 1.17), nenguu (A. 11.4,23), nẽgũu (A', 11.14, 23); b) Formas com monotongação do ditongo [oω], por exemplo [torádɑ] ou [morɑríɑ] — cf. no Testamento: out(ra)(A, 11.8, 15, 25; A', idem), out(ra)s (A, 11.8, 16, 20, 21, 22; A', idem), dout(ra)s (A, 1.6; A', 1.6), outr'auer (A, 1.5; A', 1.5), out(ro)ssi (A, 11.6, 19), out(ri)ssi (A', 11.6, 19); c) Cultismos entrados no português em época posterior ao século XIII: delator, invasor, objecção, protector, absorver, adopção, etc.

Relativamente às vogais nasais finais, não serão objecto de análise as vogais [+alt], -ĩ, -ũ, por, ao longo da história do português, não terem sido atingidas por qualquer mudança fonética.

O comentário é, basicamente, tradicional. Afasto-me da tradição em apenas dois aspectos:

— Sigo M. H. Mateus (1975) e (1982) no que respeita ao estabelecimento da matriz fonológica do português padrão actual, o qual tomo como referência ao identificar e comentar fenómenos do português antigo ou do português dialectal.

— Faço preceder por uma síntese do estado actual dos conhecimentos, para cada uma das áreas do vocalismo referidas, a análise dos dados fornecidos pelo Testamento (essa síntese é muito sumária no que respeita aos ditongos, quer porque, de outro modo, teria, no âmbito deste trabalho, extensão excessiva, quer porque a história dos ditongos pertence, em grande parte, à gramática histórica do latim vulgar e à gramática histórica das línguas românicas e não, especificamente, à gramática histórica do português).

Pretendo, deste modo, ter condições para avaliar em que medida os manuscritos do Testamento de Afonso II (1214) trazem ou não à gramática histórica do português novos dados e novas hipóteses. Porque, do ponto de vista de quem trabalha em linguística histórica, o comentário linguístico de um texto encontra a sua justificação e o seu objectivo em definir-se como contribuição para a gramática histórica da língua em que esse texto foi escrito.

O que da análise do Testamento de Afonso II (1214) foi possível concluir é, no entanto, muito pouco face à quantidade de questões ainda em aberto nos domínios da gramática histórica do português por mim estudados. O comentário linguístico de um único texto, sobretudo quando de pequena extensão, conduz inevitavelmente a um resultado deste tipo: sendo uma contribuição para a gramática histórica, é-o de uma forma insatisfatória pela desproporção entre o que permite concluir e a complexidade dos problemas a esclarecer. Por isso, terminado este trabalho, retiro dele, para o futuro, uma indicação: só considerando simultaneamente dados de diferentes origens, incluindo aí textos de várias épocas diversamente localizados geograficamente, poderão ser satisfatoriamente estudados aspectos problemáticos da gramática histórica do português.

I. Vogais átonas finais – /e/ e /o/

1. Estado actual dos conhecimentos

1.1. A história dos fonemas /e/ e /o/, em posição átona final, hoje realizados respectivamente [ə] e [u] no português padrão europeu, tem merecido a atenção de diversos autores e é ainda controversa.

Em dois artigos, de 1955, "Notes on Sixteenth-Century-Pronunciation", e de 1957, "The Overseas Dialects as Sources for the History of Portuguese Pronunciation", Thomas Hart veio afirmar que os referidos fonemas tinham, em posição final, as realizações [i] e [u] no português quinhentista. Em 1962, em "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona", Herculano de Carvalho reforçou, com novos argumentos, a hipótese de Hart que, no entanto, relativizou. Assim, conclui o seu estudo dizendo: "o fonema anterior /E/ [realizava-se] normalmente como [i] mais ou menos bem caracterizado", "o fonema /O/ como [u] mais ou menos claramente definido". A aparente imprecisão das expressões por mim sublinhadas é advertida e esclarecida numa anterior passagem do texto: "Como seriam realizados estes i u finais? Sempre como [i u] bem caracterizados, de articulação e timbre perfeitamente idênticos aos de tĩro e fũjo, ou mesmo de tirar e fugir? Repito que não há evidentemente necessidade de o admitir e que, pelo contrário, atendendo à sua mesma posição final e ao obscurecimento que habitualmente sofrem na sua realização momentânea, sobretudo numa articulação rápida e descuidada, todas as vogais finais, é perfeitamente provável que aparecessem representados por alofones que oscilavam, de uma vez para a outra, entre i e e muito fechado, entre u e o muito fechado, aproximando-se umas vezes mais de [i u] outras mais de [e o], não só nas realizações de diversos indivíduos, conforme as regiões, o grau de cultu-

ra, etc., mas nas de um único e mesmo indivíduo." (pp. 100-101).(1)

Os argumentos aduzidos por Hart e Herculano de Carvalho a favor das realizações -[i] -[u], no séc. XVI, apoiam-se, fundamentalmente, em dados da geografia linguística(2):

— Tais realizações, -[i] -[u] para as vogais átonas finais, dominam a maior parte do território brasileiro(3), ocorrem nos crioulos(4), e são no português europeu um traço dialectal que se afirma nas mais diversas regiões(5). Uma tal extensão geográfica de -[i] -[u] fala a favor da sua antiguidade; o facto de territórios geograficamente descontínuos (Brasil, Cabo Verde, territórios asiáticos)(6), mas colonizados todos eles por falantes do português europeu no séc. XVI, apresentarem idênticas realizações para as vogais átonas finais, realizações que são ainda as de grande parte do português europeu, faz supor que -[i]-[u] era, no séc. XVI ou mesmo antes, a pronúncia mais generalizada das vogais átonas finais do português(7).

— Em dialectos do Algarve e em variedades do crioulo de Cabo Verde, -[i] -[u], hoje apocopados, deixaram nas vogais tónicas, através da metafonia, vestígios da sua anterior existência (8). Tal situação aponta, mais uma vez, para uma grande antiguidade dessas realizações.

Os empréstimos lexicais do português às línguas asiáticas (no séc. XVI) reforçam os dados da geografia linguística, conduzindo a uma idêntica interpretação:(9)

— Em palavras importadas do português pelo malaio, encontra-se [-i] e [-u] em posição final, o que parece significar serem -[i] e -[u] as realizações dos fonemas /e/ e /o/, respectivamente, no português do século XVI.(10)

Herculano de Carvalho vai considerar também os testemunhos dos gramáticos e ortografistas, mas estes só pela negativa dão peso à sua hipótese:

— Para o séc. XVI, só Fernão de Oliveira dá, relativamente a este assunto, informações importantes. Algumas passagens da Gramática de 1536, apontadas por Herculano de Carvalho, mostram que não podem interpretar-se literalmente os lugares onde o seu autor afirma que se acabam "em o (pequeno)" os nomes masculinos, os demonstrativos neutros "isto, isso, aquilo", ou as formas verbais como "ensino, amo e ando" (caps. XLIV e XLVII).

Para Fernão de Oliveira i e u são "letras grandes" e as respectivas figuras devem ser usadas para representar vogais acentuadas. Assim, e de acordo com a regra de acentuação que formula —"Na penúltima sílaba tem seu acento as dições que não tendo a última grande ou com algũa das condições já ditas tem essa penúltima grande" (cap. XXIX)—, Fernão de Oliveira considera que devem representar-se por e e o as semivogais nos seguintes casos: "... e em lugar de i pequeno serve e pequeno, como memórea, hóstea, necessáreo, reverência, nas penúltimas das quaes partes e outras semelhantes eu nunca escreveria i senão e, porque eu tenho que a penúltima pura ou última qualquer que se escreve com i sempre tem o acento da dição (...); e em lugar de u pequeno escrevemos o pequeno, como argoyr, continoar, onde se estevera u poseramos o acento na penúltima como concluyo." (Cap.XXVII)(11).

Se a Gramática de Fernão de Oliveira não confirma as realizações -[i]-[u] para /e/ e /o/ finais, também as não infirma, pois, como diz Herculano de Carvalho, "Mesmo quando se verificasse uma realização dos fonemas finais de alface, ensino como fones vocálicos -i, -u, mais ou menos claramente definidos, o nosso ortógrafo, para se manter consequente com a sua doutrina, não poderia fazer outra coisa senão considerar esses fones como representantes das 'letras' e e o pequenos, e nunca de i e u, sempre vogais grandes e tónicas. Não se pondo neste caso (como se punha com glória e continuar) o problema ortográfico, o mesmo ortógrafo sentir-se-ia evidentemente dispensado — ou melhor, não sentiria sequer necessidade de resolver um

problema que para ele não chegava a existir." (pp. 87-88).

— O facto de Luís Caetano de Lima na sua Ortografia (1736) afirmar que as vogais átonas finais se realizam e fechado e o fechado, enquanto na sua Gramática Italiana (1734) dá um testemunho oposto, denunciando as realizações [i] e [u], [12] mostra como as informações dos gramáticos e ortografistas que, naturalmente, não tinham uma consciência clara da distinção entre imagem sonora e imagem gráfica, não podem ser tomadas como verdades incontestáveis. Logo, ainda que os primeiros testemunhos dos gramáticos no que respeita às realizações -[i] -[u] sejam do século XVIII, não fica invalidada a hipótese, apoiada pelos dados da geografia linguística, de que tais realizações fossem as do português do século XVI ou talvez mesmo mais antigas[13].

Opinião diferente, em relação a T. Hart e H. de Carvalho, têm Révah (1956) e (1957) e A. Naro (1971), em "A História do e e do o em português. Um estudo de deriva linguística".[14] Para os dois últimos autores, /e/ e /o/, em posição final, eram realizados [e] e [o], no século XVI. (Naro especifica que eram realizações muito fechadas: [e̝] [o̝]. Os trabalhos de Révah foram criticados por Herculano de Carvalho (1962) que refutou os dados básicos da sua argumentação[15]. Mas Naro trouxe novos argumentos para a discussão pelo que o problema cronológico, no que respeita a [e] > [i] e [o] > [u], continua em aberto. De acordo com Naro (que rejeita a interpretação feita por Herculano de Carvalho de Fernão de Oliveira) a elevação das vogais átonas finais [e] e [o] dataria do século XVIII (i.e., da altura em que, para o português europeu, é confirmada pelos testemunhos dos gramáticos[16]) e teria ocorrido independentemente "no Brasil, Portugal e Ceilão" — tratando-se de uma "mudança natural", o argumento da geografia dialectal ficaria, segundo Naro, invalidado [17].

À hipótese de uma origem comum para a elevação de [e] e [o] finais para [i] e [u], respectivamente, substitui, assim, a hipótese da existência comum de condições que tivessem permitido a aplicação independente de idênticas regras fonológicas.

Segundo Naro, a realização [u] em posição final dever-se-ia à generalização, para todos os limites de palavra, de uma regra de elevação em posição pré-pausa (já presente no português do século XVI), determinada na origem, por um factor de natureza física: "a típica queda no conteúdo médio de energia das ondas acústicas que constituem a corrente de fala depois da sílaba tônica final de um enunciado declarativo normal" — dado serem, em geral, as vogais [+altas] menos intensas que as [-altas] (p. 43). A realização [i] em posição final resultaria da generalização, para a forma de imagem reflectida[18], de uma regra que elevava [e] inicial de palavra para [i] (na origem desta última regra estaria a confusão entre vários prefixos que levou ao aparecimento, a partir do século XVI, de variantes de [e] inicial pré-consonântico — com nasalização, [ẽ], com nasalização e elevação [ĩ], com elevação e desnasalização [i] — tendo-se o padrão europeu e dialectos do português do Brasil fixado na forma [i][19]).

1.2. Os mistérios da história de -u final não se encerram nos problemas até agora enunciados. São mais complexos e obrigam a remontar ao português pré-literário.

Que em certas regiões da Península Ibérica, nomeadamente a galego-portuguesa e a leonesa, Ō final e Ŭ final latinos evoluíram diferentemente, tendo o último conservado o timbre -[u], prova-o a metafonia na flexão nominal: elevação da vogal tónica nas formas do masculino singular onde ocorria uma vogal [+alta] em posição final (←[u]< -Ŭ); conservação do timbre da vogal tónica nas formas do masc. plural onde não existiam condi-

ções para a elevação já que a vogal final era [-alta] (-[os] < -OS).

Menéndez-Pidal (1926), em Orígenes del Español, veio mostrar que a distinção entre -[u] < -Ŭ e -[o] < Ō se conserva em dialectos leoneses (Astúrias), onde não foram alteradas as condições que determinaram a produção da metafonia nas formas nominais do masc. singular, mas já não no plural; dessa distinção se mantendo vestígios em documentos do Norte da Península Ibérica nos séculos X e XI:

"En algumas regiones se conservam todavía durante los siglos X y XI muchos restos de la primitiva distinción entre -Ō y Ŭ latinas finales. Las Glosas Silenses, por ejemplo, recuerdan bastante bien la diferencia entre el singular nafregatu y el plural nafregatos, entre Nosotros debemus y el gerundio sapiendo. Algo semejante se observa en el díploma aragonés de 1062. La vitalidad de esta distinción se aprecia por la influencia de la -u sobre la vocal acentuada, que produjo en portugués la diferencia entra el singular porco y el plural porcos, o en el dialecto de Lena (Asturias), entre puircu y puercos, y se aprecia mejor aún viendo subsistir hasta hoy tal distinción en algunos dialectos románicos de Asturia, Cerdeña, etc." (§ 35.3).

Deve, então, perguntar-se se o -[u] final do português actual, nas formas nominais do masc. singular, é o resultado directo de -Ŭ final latino, tendo-se depois estendido ao plural e às formas verbais (como acontece em alguns dialectos leoneses[20]); ou se esse -[u] do português pré-literário se tornou -[o] tendo evoluído, depois, novamente para -[u] aquando da elevação generalizada das vogais átonas finais. Ou seja, o processo evolutivo terá sido -Ŭ > -[u] ou antes -Ŭ > -[u] > -[o] > -[u] ?

Uma vez mais não temos para esta pergunta uma resposta única. Herculano de Carvalho (1962) admite a primeira possibilidade ainda que não

desenvolva o assunto: "Pelo que respeita a -u final, é mesmo provável que seja muito mais antigo: é justamente no primeiro de todos os documentos portugueses (o "auto de partilhas" de 1192) que se encontram formas como fazemus, padruadigus, nossu, todolus, herdamentus, Carapezus — formas estas anteriores à fixação da tradição escrita que determinou o uso do grafema o final." (p. 100)(21)

Naro (1971) não aborda o problema mas a hipótese de -U > -u é incompatível com a sua proposta.

Piel, num artigo publicado em 1942, "Considerações sobre a metafonia portuguesa", toma decididamente posição a favor de uma abertura de -[u] em -[o] desde época muito antiga, com base no argumento ortográfico: "Desde os princípios da tradição literária portuguesa — fins do século XII — que o u final latino aparece escrito o, e seria absurdo admitir que não fosse esta a sua pronúncia." (pp. 367-368).

Mas é Dámaso Alonso (1958), em "Metafonía e neutro de materia en España", e (1962), "Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica", quem analisa minuciosamente esta questão. Sendo, embora, cauteloso nas suas conclusões não deixa de se mostrar favorável à hipótese de que o -[u] do singular masculino, em português, continue ininterruptamente o -ŭ latino: "también parece que allí [en Portugal] la -ŭ persistió com valor fonético u (a pesar de haberse adoptado la grafía -o, possiblemente por atracción del plural -os y en general por los casos de -o etimológica); quizá el timbre vacilaba entre una -ų y una -o: en este titubero Galicia habría tendido a regularizarse en pronunciación -o y Portugal en pronunciación -ų (con grafía -o). De todos modos la -u tuvo que tener un efecto metafónico sobre la vocal tónica temprano o relativamente temprano; desde luego, ese efecto metafónico había cesado ya antes

de que el plural -os y en general toda -o etimológica llegaram a pronunciarse -ụs (finalmente -ụš) y -ụ "(1962: p. 135; cf. 1958: p. 23, onde não aparece "ụ" mas sim "u")".(22)

Em síntese: No que respeita a /e/ temos como dado seguro que a realização [i] constitui uma etapa intermédia entre a mais antiga [e] e a mais recente [ə]. O processo evolutivo foi, pois [e] > [i] > [ə], com um primeiro momento de elevação e um segundo de centralização (finais do século XVIII (?)(23)). Continua em aberto a questão da cronologia de [e] > > [i], com a seguinte implicação: esta elevação tem origem no português europeu (séc. XVI ou época anterior) tendo sido transmitida aos territórios colonizados? ou, a evolução ocorreu independentemente, no português europeu e em áreas de colonização, em virtude da aplicação de uma mesma regra fonológica (séc. XVIII)?

Quanto a /o/, temos quase só interrogações: nas formas nominais do masculino singular a realização -[u] continua directamente -ŭ final latino, tendo-se, posteriormente, alargado esta realização ao plural e às formas verbais? ou, este -[u], de -ŭ final latino, abriu-se em -[o], elevando-se depois para [u] ao mesmo tempo que se elevavam os [o] das formas nominais do masc. plural e das formas verbais? Admitindo esta segunda hipótese, (-ŭ > -[u] > -[o] > -[u]), o problema cronológico, e as implicações deste, colocam-se para -[o] > -[u] nos termos já expostos para -[e] > -[i].

Como diz Dámaso Alonso "Lo único que se puede afirmar con seguridad es que en portugués la -o sonaba -u bastante antes que -os del plural nominal sonara -uš y antes que la -o de los verbos (amo), etc., sonara -u; en otros términos, cuando se produjo la metafonía, la -o > ŭ sonaba u, pero la o < ō sonaba o" (1962: p. 123; 1958: p. 10).

1.3. No que respeita às vogais nasais átonas finais, veja-se o capítulo terceiro.

2. O Testamento.

2.1. Procedi a um levantamento de todas as palavras do Testamento em que os fonemas /o/ e /e/ ocorrem em posição final. Tendo em conta a sua base etimológica, agrupá-las-ei em seis conjuntos:

1. palavras com -Ŭ final etimológico; 2, palavras com -ŬS final etimológico; 3. palavras com -O final etimológico; 4. palavras com -ŌS final etimológico; 5. palavras com -E ou ES final etimológico; 6. palavras com -Ī ou -ĪS final etimológico.

O meu objectivo é o de determinar se existem no Testamento grafias que indiciem, para os fonemas /o/ e /e/, em posição final, as realizações -[u] e -[i] no português do início do século XIII. Em caso afirmativo, isolarei as palavras em que tais grafias ocorrem e procurarei interpretá-las no sentido de saber: a) se as grafias dessas palavras podem considerar-se, efectivamente, reveladoras daquela realidade fonética; b) se as palavras em que ocorre uma grafia "fonética" pertencem ou não a um mesmo grupo etimológico (ou seja, se derivam de formas latinas com uma mesma vogal final); c) se, face às diferentes hipóteses existentes no que respeita à evolução do vocalismo átono final, as grafias do Testamento, uma vez interpretadas, fornecem ou não evidências a favor de alguma(s) das referidas hipóteses.

Por razões óbvias, não registei formas abreviadas, nos casos em que a abreviatura implicava a vogal final. Daí, fundamentalmente. a assime-

tria entre as listas de palavras dos dois manuscritos, listas que passo a apresentar:

2.1.1. Latim -Ŭ

Ms. da Torre do Tombo:	Ms. de Toledo:
Afonso (1.1)	*Afonso* (1.1)
	alguno (1.17)
añiu(er)sario (11.10(2x), 11(4x),12)	*añiu(er)sario* (11.10(2x), 11(4x),12)
ano (1.12)	*ano* (1.12)
ao (11.11(3x), 13(2x), 15) — V.NOTA (no fim desta lista)	
apostoligo (11.4, 23(2x))	*apostoligo* (11.4, 23(2x))
aq(ui)lo (1.19(2x))	*aq(ui)lo* (1.19(2x))
arcebispo (11.6(2x), 9(2x), 15(2x), 25(3x))	*arcebispo* (11.6, 9, 15, 25)
bispo (11.6, 9, 26)	*bispo* (11.6, 9, 26)
cabidoo (1.11)	*cabidoo* (1.11)
corpo (11.10, 15)	*corpo* (11.10, 15)
derecto (1.7(2x))	*defendimento* (1.4)
difindemẽto (1.4)	*dereito* (1.7)
dito (11.16, 22)	*dito* (1.22)
do (11.5, 6(5x), 9(2x), 26(3x)) — — V. NOTA	*do* (11.5, 6(5x), 9(2x), 25, 26(3x)) — — V. NOTA
filio (11.2, 3(3x), 20, 21, 23, 24)	*filio* (11.2, 3(3x), 20, 21, 23, 24)
guisado (1.16)	*guisado* (11.7, 16)
Junio (1.27)	*Iunio* (1.27)
Lamego (1.6)	*Lamego* (1.6)

meu (11.1, 2(3x), 3, 4, 5, 7, 8, 10 (6x), 11(4x), 12, 15, 18, 20(2x), 21(2x), 23(2x), 23-24, 24, 24-25)

moesteiro (11.11(2x), 15)

morto (11.3, 4)

nenguu (11.14, 23)

no (11.3, 20, 21, 23, 24) — V. NOTA

nõbro (11.19, 20)

nomeado (11.13, 18, 21, 22)

o (art. def.) (11.1(2x), 3(2x), 4 (2x), 5, 7, 9(3x), 10, 15(2x), 20, 22, 23, 25(3x), 26(5x)) — V. NOTA

o (pro. pessoal) (11.3, 14, 17, 22) — V. NOTA

o (pro. demonstr.) (11. 9(4x), 14 (2x), 26(4x)) — V. NOTA

outr' (1.5)

partido (11.5, 14)

Portu (11.6, 9, 26)

reino (11.1, 2(2x), 3, 4(2x), 5, 7, 10(2x))

saluo (1.1)

Sancho (1.2)

sano (1.1)

Santiago (11.9, 11, 15, 25)

seendo (1.1)

segũdo (11.7, 15)

servizo (1.16)

meu (11.1, 2(3x), 3, 4, 5, 7, 8, 10 (6x), 11(4x), 12, 15, 18, 20(2x), 21(2x), 23(2x), 23-24, 24, 24-25)

moesteiro (11.11(2x), 15)

morto (11.3, 4)

nẽgũu (11.14, 23)

no (11.3, 20, 21, 23, 24) — V. NOTA

nobro (11.19, 20)

nomeado (11.13, 16, 18, 21, 22)

o (art. def.) (11.1(2x), 3(2x), 4 (2x), 5, 7, 9, 10, 15, 23, 25(3x), 26(5x)) — V. NOTA

o (pro. pessoal) (11.3, 14, 17, 22)

o (pro. demonstr.) (11.26(4x), 14)

ou (prep. + art. def.) (11.11(3x), 13(2x), 15) — V. NOTA

outr' (1.5)

partido (11.5, 14)

Porto (11.6, 9, 26)

reino (11.1, 2(2x), 3, 4(2x), 5, 7, 10(2x))

saluo (1.1)

Sãcio (1.2)

sano (1.1)

Sãtiago (11.9, 11, 15, 25)

seendo (1.1)

s(er)vicio (1.16)

seu (11.4, 17(2x))	*seu* (11,4, 17(2x))
suso (11.13, 15, 16, 18, 19(2x), 20, 21(2x), 22)	*suso* (1.21)
	susu (11.13, 15, 16, 18, 19(2x), 20, 21, 22)
tẽpo (1.3)	*tẽpo* (1.3)
Tẽplo (1.26)	*Tẽplo* (1.26)
tesoureiro (1.6)	*tesoureiro* (1.6)
tesouro (1.18)	*tesouro* (1.18)
Toledo (1.26)	*Toledo* (1.26)
todo (11.1, 8)	*todo* (11.1, 8)
	u (art. def.) (11.9, 20, 22) — V. NOTA
	u (pro. demonstr.) (11.9(5x), 14, 15) — V. NOTA
	uno (1.12)
uiuo (1.13)	*uiuo* (1.13)

NOTA: Considero o artigo definido dentro do vocalismo átono final já que, no português padrão e em dialectos do centro-sul, se identifica, nas suas realizações fonéticas, com as vogais átonas finais e não com as iniciais: assim, por exemplo, [u] caso, mas [o]caso; [uʃ] pedais mas h[o]spedar. Idêntico comportamento tem o pronome pessoal, mesmo quando em posição proclítica. Cf. Mattoso Câmara, Para o Estudo da Fonêmica Portuguêsa, pp. 85-89: "À primeira vista, pelo próprio conceito do fenômeno da próclise, pode parecer que a vogal de um monossílabo átono equivale à de uma sílaba átona inicial (...). Acontece, entretanto, que entre uma partícula e o vocábulo que se lhe segue, há em português uma delimitação vocabular, e a redução do vocalismo dessas partículas é o sinal demarcativo (al. Greuzsinal; ing. open juncture) entre elas e os vocábulos a que se unem. O resultado é que a vogal do monossílabo átono funciona como vogal final de vocábulo...".

2.1.2. Latim -ŬS

Ms. da Torre do Tombo:

Deus (11.1(2x), 15)

formos (1.5)

nomeamos (1.15)

ouuermos (1.3(2x))

posermos (1.5)

Ms. de Toledo:

Deus (11.1(2x), 2, 7, 15)

formos (1.5)

2.1.3. Latim -O

Ms. da Torre do Tombo:

beigio (11.4, 23)

como (11.16, 21) — V. NOTA

(con)fio (1.22)

Eu (11.1, 4(2x), 6, 7, 10, 12, 14, 16, 18, 22)

mãdo (11.2, 5, 6, 7(2x), 8(2x), 10, 12, 13, 14(2x), 15, 16, 17(2x), 18(2x), 19, 20, 21, 24)

prego (1.23)

pregoli (1.24)

q(uan)do (11.4, 17(2x), 25)

rogo (11.4, 12, 22, 23)

rogoli (1.5)

tenio (11.6, 8)

Ms. de Toledo:

beio (11.4, 23)

cãdo (11.4, 17(2x), 25)

como (11.16, 21, 25) — V. NOTA

(con)fio (1.22)

Eu (11.1, 4(2x), 6, 7, 10, 14, 16, 18, 22, 26)

faco (1.26)

mãdo (11.2, 5, 6, 7(2x), 8(2x), 10, 12, 13, 14(2x), 15, 16, 17(2x), 18(2x), 19, 20, 21, 24)

prego (1.23)

p(re)goli (1.5)

rogo (11.4, 12, 22, 23)

rogoli (1.5)

tenio (11.6, 8)

NOTA: Ao lado de como, ocorre a forma come (Ms. da Torre do Tombo, 11.12,13, 25; Ms. de Toledo, 11.12, 13). Cf. Will. (1938), §48.6A: "Essa modificação [lat.-O > [e]] tem sido atribuída à influência de outros advérbios, como onde (de UNDE) e tarde (de TARDE), particularmente em expressões aliterativas como tarde ou toste [<TOSTUM], e à influência de palavras francesas ou provençais."; Huber (1933), §157: "... come, farte und toste sind in ihrem Auslat an die vielen andern Adverbia auf -e angeglichen worden (Z.B. ante, adeante, onde, ende, porende, longe, oje, sempre)..." e J. J. Nunes (1919), p. 73.

Tanto em A como em A': com'eles (1.16), com'eu (1.22), com elisão.

2.1.4. Latim -ŌS

Ms. da Torre do Tombo:	Ms. de Toledo:
alguus (1.17)	
añiu(er)sarios (11.12(2x), 13(2x))	*añiu(er)sarios* (11.12(2x), 13(2x))
aos (11.11, 13, 14, 15(3x), 16)	
arcebispos (11.17, 18, 21, 22)	*arcebispos* (11.17, 18, 21, 22)
bispos (11.15, 17, 18, 21, 22)	*bispos* (11.15, 17, 18, 21, 22)
castelos (1.24)	*castelos* (1.24)
caualeiros (1.24)	*caualeiros* (1.24)
dieiros (1.5)	*dineiros* (1.5)
dos (11.5(2x), 17(2x))	*dos* (11.5(2x), 17(2x))
Espitaleiros (1.15)	*Espitaleiros* (1.15)
filios (11.1, 2, 4, 9, 16, 17(2x))	*filios* (11.1, 2, 4, 5, 9, 16, 17(2x))
leigos (1.16)	*leigos* (1.16)
manus (1.5) — V. NOTA	*manos* (1.5)
meus (11.13, 17, 20, 24(2x))	*meus* (11.1(2x), 2(2x), 4(2x), 5, 9, 13, 16, 17(2x), 18, 20, 22, 24 (3x))
mortos (1.5)	*mortos* (1.5)
muitos (1.19)	*muitos* (1.19)

os (art.) (11.5, 15, 19(2x), 22, 24(3x))	*os* (art.) (11.5, 19(2x), 22(2x), 24(3x))
os (pro. pessoal) (11.18, 24(2x), 25)	*os* (pro. pessoal) (11.18, 24(2x), 25)
	ous (prep. + art.) (11.11,13,14,15(3x),16)
	outros (1.13)
riquos (1.24(2x))	*ricos* (1.24(3x))
seus (11.4, 23)	*seus* (11.4, 23)
Tẽpleiros (1.15)	*Tẽpleiros* (1.15)
tesouros (11.6-7, 18)	*tesouros* (11.6-7, 18)
todos (1.19)	*todos* (1.19)
	us (art.) (1.15)
uassalos (11.1, 2, 4, 20, 22)	*uassalos* (11.1, 2, 4, 20, 22)

NOTA: Do latim vulgar *MANOS (cláss MANŪS), dado que os substântivos masculinos da 4ª. declinação se integraram no paradigma da 2ª. declinação (cf. Williams (1938), §49.A).

2.1.5. Latim -E/-ES

Ms. da Torre do Tombo:	Ms. de Toledo:
abade (11.20, 22, 26)	*abade* (11.22, 26)
ante (11.4, 23)	*ante* (1.23)
	antr' (11.9, 18, 19)
	antre (1.16)
aq(ue)les (1.24)	*aq(ue)les* (1.24)
aqueste (1.16)	*aq(ue)st'* (1.16)
aq(ue)stes (11.17(2x), 18(3x), 21 (2x))	*aq(ue)stes* (11.17(2x), 18(3x), 21(2x))

busque (1.14)

cinque (1.15)

comemorazones (11.12, 13)

daq(ue)les (1.19)

d' (11.6, 7, 9, 13, 20, 26(2x))

de (11.1(9x), 3, 4, 5(2x), 6(7x), 7, 8, 9(5x), 10, 11(4x), 12, 14, 15(3x), 16(2x), 17(2x), 18, 23(2x), 24(2x), 25, 26(5x), 27)

departiãse (1.9)

destes (1.12)

el (1.7)

eles (11.7(2x), 9, 16, 19, 21, 22 (2x))

ende (11.8(2x), 15)

enteg(ra)m(en)te (11.2, 3)

estes (11.12, 13)

esses (1.24)

freires (11.13, 14)

igualm(en)te (11.9, 14, 16)

maestre (11.13, 26)

meiadade (11.7, 8(2x), 16, 20, 22)

morte (11.12, 13(2x), 14, 17, 18, 20, 21, 23)

nome (1.1)

omees (11.15, 24(3x))

padre (11.4, 5)

partes (11.9(2x), 12, 14, 16)

pees (11.4, 23)

comemoraciones (11.12, 13)

daq(ue)les (1.19)

d' (11.6, 7, 9, 13, 20, 26(2x))

de (11.1(9x), 4, 5, 6(6x), 7, 8, 9(2x), 10, 14, 17, 18, 24, 25)

departans' (1.9)

destes (1.12)

el (1.7)

eles (11.7(2x), 9, 16, 19, 21, 22(2x))

ende (11.8(2x), 9(2x), 15)

enteiram(en)te (11.2, 3)

estes (11.12, 13)

esses (1.24)

fraires (11.13, 14)

igualm(en)te (11.9, 14, 16)

maestre (11.13, 26)

meiadade (11.7, 8(2x), 16, 20, 22)

morte (11.12, 13(2x), 14, 17, 18, 20, 21, 23)

nome (1.1)

omees (11.15, 24(3x))

padre (11.4, 5)

partes (11.9(2x), 12, 14, 16)

pees (11.4, 23)

piadade (1.23)	*piedade* (1.23)
P(ri)meiram(en)te (11.2, 8)	*P(ri)meiram(en)te* (11.2, 8)
proe (1.1)	*proe* (1.1)
quaes (11.14, 25)	*q(ua)es* (11.14, 25)
que (1.17)	*que* (1.24)
rei (1.1(2x))	*rei* (1.1(2x))
s' (1.18)	*s'* (1.18)
saude (1.1)	*saude* (1.1)
sẽpre (1.22)	
temẽte (1.1)	*temente* (1.1.)
Uicẽte (1.11)	*Uicẽte* (1.11)
uoontade (1.8)	*uoontade* (1.8)

2.1.6.

Gurge (1.11)	*Iorgi* (1.11)

2.1.7. Latim -Ī/-ĪS

Ms. da Torre do Tombo:	Ms. de Toledo
dei (1.13)	*dei* (1.13)
exetes (1.8)	*exetes* (1.8)
galardoei (1.16)	*galardoei* (1.16)
li (1.22) — V. NOTA I	
lis (11.7, 17, 20, 22) — V.NOTA I	*lis* (11.7, 17, 20, 22) — V. NOTA I
mi (11.2, 5) — V. NOTA II	*mi* (11.2, 5) — V. NOTA II

pregol<u>i</u> (1.5) — V. NOTA I

rogol<u>i</u> (1.5) — V. NOTA I

s<u>e</u> (1.20)

ss<u>i</u> (11.2, 3(2x), 4(2x), 8, 12, 19, 21, 22, 23)

pregol<u>i</u> (1.5) — V. NOTA I

rogol<u>i</u> (1.5) — V. NOTA I

ss<u>e</u> (11.2, 3(2x), 4(2x), 8, 12, 19, 20, 21, 22, 23)

NOTA I: Do dativo latino ILLĪ, ILLĪS, de acordo com Williams (1938), §143, Huber (1933), §329, J. J. Nunes (1919), p. 238, Menéndez-Pidal, Orígenes, §66.3 e Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §25.8g). Cf. Lindley Cintra, op. cit. §4 D9).

NOTA II: Do dativo latino MIHĪ, de acordo com Huber (1933), §329, J. J. Nunes (1919), p. 238 e Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §25.8g). Cf. Lindley Cintra, op. cit., §4 D9).

2.2. /O/ final: Palavras como meu (< MĔŬ-), seu (< SĔŬ), Deus (< DĔŬS), meus (< MĔŌS), eu (< ĔGŌ), em que a vogal átona final, em latim, formava hiato com vogal tónica de timbre diferente, apresentam sistematicamente a grafia -u nos textos antigos e deverão, pela evolução particular . que as caracteriza, ser consideradas autonomamente. Dado que a vogal átona se semivocalizou, voltar-se-á a falar delas no capítulo dedicado aos ditongos.

Quando a vogal átona final estava precedida de vogal tónica do mesmo timbre, com a qual viria posteriormente a fundir-se, a grafia geralmente encontrada nos textos antigos é ainda -u. O Testamento dá-nos as seguintes formas: nenguu (< NECŪNU-) (A), nẽgũu (A'), alguus (< ALIQUŪNŌS) (A); mas também alguno (< ALĬQUŪNŬ-) (A'), uno (< ŪNŬ-) (A') com grafia -o[24]. A muito grande frequência, nos textos antigos, da grafia -u para este tipo de formas, tanto no singular como no plural, ou seja, tanto nos

casos de -Ŭ etimológico como nos de -ŌS, não pode deixar de indicar que a realização da vogal átona final era nestes casos [u], independentemente da base latina (cf. Huber (1933), §156). Sendo a vogal tónica [+alt] e estando directamente em contacto com a vogal átona é natural que esta assimilasse o timbre daquela. Não podemos, pois, ver na grafia -u destas palavras uma evidência a favor de uma elevação precoce do vocalismo átono final.

Em contrapartida, se admitirmos que a grafia -o de alguno e uno não pode deixar de representar uma realização [u], teremos de concluir que, em outro tipo de palavras onde a grafia -o aparece com grande regularidade, esta grafia não pode ser tomada como prova de que /o/, em posição final, se realizasse [o] no português antigo.

Não estando a vogal átona final em contacto com a vogal tónica, o Ms. da Torre do Tombo, para as formas com -Ŭ(S) etimológico, usa a grafia -o em 164 casos, apresentando-nos, em contrapartida, apenas 3 ocorrências de -u, (1,8%), o que muito pouco significa pois se trata sempre da mesma palavra Portu; o Ms. de Toledo dá-nos 138 ocorrências de -o contra 25 de -u, (15,3%), nas palavras susu, u (artigo), u (pronome demonstrativo), ou (preposição + artigo) — V. NOTA da p.12. Em ambos os Ms. há um caso de elisão da vogal átona final, outr'aver.

No que respeita a Portu, provindo de uma forma latina de tema em u (PORTŬS, -ŪS), é possível interpretar-se a grafia do Ms. da Torre do Tombo como de influência latina. Sobretudo se tivermos em conta que o Ms. da Torre do Tombo apresenta outras grafias de feição latinizante, nomeadamente na representação de semivogais: entegramente (11.2, 3; cf. A' enteiram(en)te, 1.12, enteg(r)amete, 1.3); derecto (1.7(2x); cf. A' dereito, 1.7), luctosas (A, 1.6; cf. A' luitosas, 1.6), regno (1.10, junto de reino, 11. 2, 3, 4(2x), 5, 7, 10; cf. A' reino, 11.2, 3, 4(2x), 5, 7, 10(2x)) e chega

a integrar no seu texto a forma latina da conjunção copulativa, Et (1.8; cf. A': E).

Não poderão ser interpretadas do mesmo modo as formas susu (< SŬR-SŬ), u (< ĬLLŬ) e ou (< AD ĬLLŬ) do Ms. de Toledo — formas tão claramente romances que não seria possível grafá-las como nos textos latinos. Ou poderá ser a representação de um ditongo (veja-se adiante, cap. IV, §6.2); mas susu e u terão de ser tomadas como testemunho de uma realização -[u] para a vogal átona final, quando esta tem na sua base um -Ŭ latino.

As vogais provenientes de -O latino, em posição final, estão regularmente representadas por -o quer em A quer em A'. Mas o continuador galego-português de -ŌS latino está representado pela grafia us, uma vez no Ms. da Torre do Tombo, manus (cf. NOTA da p.15), e oito vezes no Ms. de Toledo, us (artigo), ous (preposição + artigo). Dever-se-á concluir que a realização -[u] das formas do masculino singular se tinha já estendido às formas do plural? Julgo que devemos interpretar com cautela as formas referidas, porque:

a) manus, tal como Portu, pertenceu, no latim clássico, à declinação de tema em u e poderá interpretar-se como latinismo;

b) ous pode corresponder a um ditongo e a semivocalização é um fenómeno independente da elevação do vocalismo átono (veja-se IV, §6.2).

c) us surge numa frase em que co-ocorre com ou, ous e u e poderá interpretar-se como um caso de "inércia" ao nível do processo de selecção grafemática: "A outra ou moesteiro d(e)Santa †, a t(er)ceira ous Tẽpleiros, a q(ua)rta ous Espitaleiros, a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo d(e) Bragaa e u de Santiago e us cĩq(ue) bispos q(ue) susu nomeam(os) segũdo Deus. E den ende ous omees d'ordin"... (1.15).

Em todo o caso, a ocorrência das formas manus, us e ous, no Testamento faz com que o mais antigo texto português não possa considerar-se testemunho da oposição -[u] (<Ŭ) ~ -[o(ṣ)] (<Ō(S)) que a metafonia portuguesa supõe[25].

Note-se, finalmente, que, se admitirmos ser a grafia -us, no Testamento, uma grafia fonética, a hipótese de uma evolução Ŭ > -[u] > -[o] > >-[u] ficará debilitada: os testemunhos de -u colocariam a língua do Testamento num tempo anterior ao da evolução -[u] > -[o], mas, nesse caso, seria estranha, senão contraditória, a propagação do fechamento às formas do plural, -[oṣ] > -[uṣ].

2.3. /e/ final: Exceptuados alguns casos de elisão[26], uma forma com apócope, ei[27] e uma forma com ditongo, rei (cf. cap. IV, §4.2). O Testamento apresenta quase regularmente a grafia -e para as palavras com -E(S) final na base latina.

Com grafia -i no Ms. de Toledo, ao lado de -e no Ms. da Torre do Tombo aparece-nos o antropónimo Iorgi (A'), Gurge (A). Sobre ele diz J. J. Nunes: "Jorge, nome grego (...). Nos nossos antigos documentos apresenta-se sob as formas Georgio ou Geórgeu, Júrgio, Jurge e Jórgio as quais reproduzem mais ou menos fielmente a greco-latina Georgius (...); todas, porém, foram suplantadas pela primeira das referidas, que me parece importada de França..." (R.L., XXXIII, p. 38). Nascentes, s.v. Jorge, concorda com Nunes: remete para o étimo latino GEORGIU (do grego) mas considera a forma Jorge, que terá suplantado a "popular" Jurjo, como "de origem francesa". Quanto a uma possível evolução -Ŭ > -[e] em galego-português, diz-nos Williams (1938): "o final do latim vulgar às vezes torna-se e" (§48.6). "Essa modificação tem sido atribuída (...) à influência de palavras francesas ou provençais" (§48.6).

Admitindo, pois, uma origem, ou influência, francesa, importa saber qual a realização do fonema /e/, em posição final, no francês antigo. P. Fouché, Phonétique Historique du Français, II, p. 501 diz-nos apenas: "le passage à [ę] a du être très ancien". M. K. Pope, From Latin to Modern French, dá-nos indicações mais precisas: "The reduction of ę to a neutral vowel (ę?) is indicated for the late eleventh century by the signature appended by Anne of Russia, wife of Henry I, to a document of 1063, for in the Cyrillic characters she used, the symbols for the first vowel of the word reina is the one used to denote an obscure vowel (Thomas, Essais, pp. 159-165" (§235).

"In the leonine rhymes of the period ę is freely coupled with ẹ and ę, cf. Rose II [séc. XIII]: sera: plaira, chevaus: et vaus, entrepris: esté pris, ambedeus: volenté d'eus, anemis: ai mis, Rome rei: desrei, onques point: les point, simple on: saison, le pris: e pris, le sent: et sent, le chief: meschief, te fier: e fier, de gris: amaigris, etc. (Intr., pp. 247-248), Cretin [séc. XV], a quelle fin: Ha qu'il est fin, LXII, 39 and Tabourot equates parlez bas with par le bas." (§275 (I)).

Embora /e/, em posição final, fosse no francês do século XIII, provavelmente já realizado [ə], as rimas citadas por Pope mostram-nos que esta vogal era percebida como mais próxima de [e] do que de [i] — sendo [ə] uma vogal média e central, dentro do sistema fonológico do francês, ela está efectivamente mais próxima de [e], vogal média, que de [i], vogal alta e com um maior grau de anteriorização.

Sendo assim, quando o galego-português integrou no seu léxico palavras de origem francesa, com [ə] final, a adaptação das mesmas ao sistema fonológico galego-português faria, com certeza, corresponder essa vogal ao [e] galego-português. Ou seja, se uma palavra francesa aparece grafada com

i num texto português do século XIII, essa grafia terá aí o mesmo valor que numa palavra de origem latina com -E final etimológico: Iorgi parece-me, pois, ser, no Testamento, um exemplo, isolado, de elevação -[e] > -[i] em posição final.

Huber (1933), §15.3 e Williams (1938), §47.1, seguindo Cornu, situam no século XIV a passagem de -[i] galego-português (< Ī latino) a -[e] (que corresponderia a uma extensão, no ramo palatal, da realização -[e] aos casos de -i etimológico, raros dentro do galego-português — cf. Huber (1933), §152.

No Testamento estão regularmente grafados com -i: as desinências da 1ª. pessoa do singular do pretérito perfeito, dei, galardoei, onde -[i] por estar em hiato com a vogal tónica não se transformou em -[e], e as formas oblíquas do pronome pessoal, 1ª. e 3ª. pessoas do singular, li, lis (< ILLĪ(S)), mi (< MIHĪ) — cf. NOTAS da p.18). Por sua vez, a conjunção condicional (do latim SSĪ) apresenta quer a grafia -i, (s)si, com 11 ocorrências no Ms. da Torre do Tombo, quer a grafia -e, (s)se com 1 ocorrência no Ms. da Torre do Tombo e 12 no Ms. de Toledo. E o particípio exetes[28], do ablativo latino EXCEPTĪS, com uma ocorrência em cada um dos Ms., apresenta grafia -es nos dois casos. Parece assim que a evolução -[i] (< -Ī) > -[e] se iniciou em época muito anterior ao século XIV.

Mas poderemos perguntar: A progressiva substituição, em posição final, da grafia -i por -e (nas palavras com -Ī etimológico), substituição já registada no Testamento, corresponderá na realidade a uma mudança fonética? Porque se a elevação de -[e] (< -E) para -[i] já se verificasse nessa época, como indicia a forma Iorgi, não haveria justificação para -[i] (< -Ī) > -[e]; poder-se-ia, nesse caso, interpretar essa substituição, que se acentua a partir do século seguinte, como um processo de regularização ortográfica numa altura em que, dada a evolução -[e] > -[i], e fosse a re-

presentação gráfica normal de -[i].

2.4. Se as grafias -u e -i têm no Testamento, como penso, um significado fonético, apontando para realizações -[u] e -[i] de /o/ e /e/ finais (dialectais? sociolectais? incipientes, no caso de [i]?), seria necessário explicar a enorme preponderância das grafias -o e -e neste e noutros textos.

A omnipresença de tais grafias tem servido de argumento, a vários autores, para postular que as vogais átonas finais do português antigo se realizavam -[e] e -[o]. O peso real deste argumento só poderá ser devidamente avaliado quando puder saber-se em que medida a tradição gráfica portuguesa, no que respeita à representação das vogais átonas finais, é herdeira de tradições gráficas latinas (que haverá que identificar) e até que ponto ela poderá ter sido influenciada por tradições gráficas de outras línguas ibéricas (onde a elevação das vogais finais não ocorreu).

NOTAS

(1) A oscilação entre diferentes realizações fonéticas, suposta por Herculano de Carvalho, verifica-se actualmente, no que respeita à vogal final [-rec], em dialectos portugueses e leoneses, conforme testemunham Lindley Cintra (1959) e Rodriguez-Castellano (1954): "recordo-me de ter ouvido o -e pronunciado muito fechado com um timbre semelhante a -i ou claramente transformado em -i, nas mais diversas regiões de Portugal. Simplesmente esta articulação é instável, como a asturiana tão perfeitamente descrita por L. Rodríguez-Castelhano. E em certas regiões, especialmente do sul e leste, tem maior tendência do que noutras a estabilizar-se sob a forma de -i." (Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, p. 209, nota 121); "esta vocal oscila casi siempre entre una e muy cerrada y una i abierta, sin que sea fácil señalar en qué condiciones sigue siendo e y en cuales es ya claramente una i", "Estas pequeñas vacilaciones en el timbre de la e, se aprecian incluso en el habla del mismo sujeto. Solo a veces parece advertirse una ligera tendencia a hacerse i cuando en la sílaba acentuada hay también una i." (L. Rodríguez-Castelhano, Aspectos del Bable Occidental, §36).

(2) A utilização da grafia -u como caracterização de personagens portuguesas no teatro espanhol do século XVI não parece ser um argumento a reter a favor da realização [u] em posição final, no português do século XVI. Como reconhece Hart (1955) em nota ao seu texto: "It is possible that this spellings with u were intended to represent, not the sound [u], but only [o^] less open that the final -o of Castilian Spanish; written u is sometimes used to represent the lather sound in the speeches assigned to Galician characters in modern Spanish plays of the género chico and in the Argentine Sainetes. For this observation I am indebted to Angel Rosenblat." (p. 408, nota 19).

(3) Existem também as realizações [e] e [o]: "é muito importante um traço do vocalismo referente a uma área do Sul do País, que tem a parte meridional de S. Paulo como ponto de irradiação e se estende, pelo sul de Mato Grosso, o norte do Paraná, e daí até o Rio Grande do Sul. Trata-se da pronúncia de -e e -o finais, que assim se pronunciam, ao invés de reduzir-se a -i e -u, como na maior parte do domínio lingüís-

tico português (Serafim da Silva Neto, História da Língua Portuguesa, p. 625); "Não se operou aqui a permuta de e final por i que se observa em outras regiões do país (aquêli, êsti), como não se operou a de o por u (povu, digu)" (Amadeu Amaral, O dialecto Caipira, pp. 22-23).

(4) Cf. Herculano de Carvalho, "Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert", Estudos Linguísticos, vol. II, pp. 35-45; Leite de Vasconcelos, Esquisse d'une Dialectologie Portugaise, §§107 ("Port. de Goa"), 116 ("Dial. crioulo de Ceilão"), 120 ("Dial. de Macau"); e Sebastião Rodolfo Dalgado, "Dial. Indo-Português de Goa", R.L., VI, p. 64 (nomeadamente nota 8), "Dial. Indo-Port. de Negapatão", R.L., XX, p. 47, Dial. Indo-Português de Ceilão (cit. por Naro (1971)). Também no português actualmente falado em Moçambique se regista a realização - [i] para /e/ em posição final (informação que agradeço a Maria José Albarran).

(5) Cf. Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, pp. 208--209 e nota 121 ; Leite de Vasconcelos, Esquisse, §50 e); Hammarström, Etude de Phonétique Auditive sur les Parlers de l'Algarve, passim (nomeadamente p. 141); Rogers, "Insular Portuguese pronunciation: Madeira", Hispanic Review, XIV (1946), p. 249, "Insular Portuguese pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores", idem, XVI (1948), p. 3; "Insular Portuguese pronunciation: Central and Western Azores", idem, XVII (1949), p. 62.

(6) Hart (1955) e (1957) refere-se apenas aos dialectos do português europeu e ao português do Brasil; Herculano de Carvalho (1962), aos dialectos do português europeu, ao português do Brasil e aos crioulos de Cabo Verde. Mas ambos recorrem a um mesmo tipo de argumento, o da coincidência linguística entre áreas geograficamente descontínuas. Argumento que fica reforçado se também forem considerados os crioulos asiáticos e os dialectos portugueses falados na Ásia e na África (cf. nota 4).

(7) O galego com -[e] e -[o] finais representaria um estado linguístico mais antigo, sendo a elevação para -[i], -[u] uma inovação ocorrida dentro da área portuguesa numa época em que os condicionalismos históricos não favoreciam a aproximação linguística entre o galego e o português. Só

junto da fronteira o galego apresenta -[e] -[u] finais — cf. Schneider, "Studien zum Galizischen des Limiackens", pp. 213-214.

(8) Cf. Herculano de Carvalho, "Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo caboverdiano", Est. Ling. II, pp. 10-31 e "Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert", Est. Ling. II, passim; G. Hammarström, Etude de Phonétique Auditive sur les Parlers de l'Algarve, passim; H. Lüdtke, "Beiträge zur Lautlehre portugiesischer Mundarten", Miscelânea Homenaje a André Martinet - "Estructuralismo e História", pp. 95-106 (sobretudo 101-106).

(9) Argumento aduzido por Thomas Hart.

(10) De acordo com Hart (1955) e (1957) que tem como fonte Gonçalves Viana, "Les vocables malais empruntés au portugais, Mélanges Charles de Harlez (Leyde, 1896), pp. 336-348. Herculano de Carvalho retomará este argumento. Contudo, a informação fornecida por G. Viana vai ser criticada por Naro (1971): cf. nota 17 .

(11) Cf. Herculano de Carvalho, "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona", Est. Ling. II, pp. 81-88. São três as passagens da gramática de Fernão de Oliveira discutidas e interpretadas por H. de Carvalho: "Algũas letras se fazem líquidas. Quer dizer líquido aqui brando ou diminuído de sua força. Das vogaes nós fazemos u líquido algũas vezes despois de g e q, como quando e língua. Mas, se o meu sentir é acertado, eu sinto nos taes lugares o pequeno e não já u, e assi o escreveria, se me atrevesse, desta maneira, língoa, qoando, porque assi me soa a mi nas minhas orelhas" (cap. XV).

"Das vogaes antre u e o pequeno há tanta vezinhança que quasi nos confundimos, dizendo uns somir e outros sumir, e dormir ou durmir, e bolir ou bulir e outras muitas partes semelhantes. E outro tanto antre i e e pequeno como memória ou memórea, glória ou glórea. Ainda que eu diria que quando escrevemos i na penúltima, sempre ponhamos o acento nessa penúltima, seguindo-se logo a última sem antreposição de consoante, como aravia; e se a tal penúltima assi de vogaes puras não tever o acento, não na escreveremos com i senão com e como glórea e memórea" (cap. XVIII).

"i e u letras vogaes também segundo mais ou menos consoantes de que vierem acompanhadas, assi gastarão mais ou menos tempo, mas elas em si sempre são de ũa mesma quantidade, e a mi me parece que sempre são grandes, como ouvido, escudo; e em lugar de i pequeno serve e pequeno, como memórea, hóstea, necessáreo, reverência, nas penúltimas das quaes partes e outras semelhantes eu nunca escreveria i senão e, porque eu tenho que a penúltima pura ou última qualquer que se escreve com i sempre tem o acento da dição, como Maria, ouvir, e as que não tem esse acento da dição escrevem-se com e pequeno e não com i, como já dissemos.

Outro tanto dizemos de u vogal como dissemos do i, o qual u vogal sempre é grande, como gorgulho, arguyo; e em lugar de u pequeno escrevemos o pequeno, como argoyr, continoar, onde, se estevera u, poseramos o acento na penúltima, como concluyo.

Não pareça a alguém que nós confundimos i pequeno com e pequeno, nem o pequeno com u pequeno, porque elas não são diversas vozes, e tampouco não temos aí necessidade de diversas letras; mas é desta maneira, que antre i, que é letra delgada, aguda e viva, e antre ɛ grande, soa na nossa língua ũa voz mais escura e não mais que ũa. E a este chamamos e pequeno, o qual em ũas partes soa mais e em outras menos, como fazem as outras vogaes. E onde soa mais podemos dizer que é mais vezinho do e grande; onde também menos soa será isso mesmo mais vezinho de i. Mas não por isso dizemos que são duas letras, porque não muda a voz senão por respeito das consoantes mais ou menos, ou por qualquer outra vezinhença de letras que se co'ele ajuntam gasta mais ou menos tempo, e aparece mais ou menos a sua voz, como escreveste, memórea: mais soa e pequeno na penúltima de escreveste que de memórea; porque em escreveste tem adiante na mesma sílba ũa letra consoante s, e em memórea tem logo outra vogal em outra sílaba, a qual lhe tira parte da voz" (cap. XXVII).

(12) "Note-se que as palavras que acabam em e se devem pronunciar com um som escuro, mas não tão escuro como fazem os portugueses, os quais mudam quase o e final em i, e em lugar de pronunciarem anche, pure, rumore, parlare, sentire, pronunciam anchi, puri, rumori, etc."; "Note-se que a vogal o geralmente no fim das palavras tem som aberto, e não fechado ou escuro, como lhe dão ordinariamente os portugueses, equivocando-o com u". (L. Caetano de Lima (1734), cit. por H. de Carvalho,

Est. Ling. II, p. 92).

(13) Por outro lado, sabendo-se que [a], em posição átona final, já se elevara para [ɑ] no século XVI, tal facto reforça a hipótese de Hart e Herculano de Carvalho de acordo com a qual, na mesma época, /o/ e /e/, em posição final, se elevariam para [u] e [i], respectivamente. Cf. P. Teyssier em "La prononciation des voyelles portugaises au XVIe. siècle d'après le système orthœgraphique de João de Barros": "la réalisation phonétique est sûre: il s'agissait d'un [ɐ] analogue à celui d'aujourd'hui" (p. 198).

(14) Quanto a P. Teyssier, que também se pronunciou em relação a este assunto, admitia em 1966, em "La prononciation des voyelles portugaises au XVI^{ème} siècle d'après le système orthographique de João de Barros", que "[En position atone finale] Pour O, on peut supposer des degrés d'ouverture très divers allant de [o] à [u]. De même pour E, qui peut aussi bien être imaginé comme un [e] bref et très fermé, comme un [i] ou comme une voyelle intermédiaire du type [ə]" (p. 198), mas em 1980 na sua Histoire de la Langue Portugaise a sua posição é ambígua:

"Para certos historiadores da língua, a pronúncia do -o e -e como [u] e [i] em posição átona final, cujos testemunhos mais antigos datam da primeira metade do séc. XVIII, deve ser recuada para uma época bem anterior, pelo menos até ao século XVI. (...). Pensamos, como foi dito mais atrás, que no português do século XVI a realização dessas vogais era [o] e [e], como ainda hoje permanece em galego. Tratava-se de um [o] e de um [e] muito fechados que a deriva da língua ia levando para um grau de fechamento e brevidade cada vez maior. Como existiam nessa posição, apenas três fonemas e como não havia, consequentemente, nenhum meio de opor /o/ a /u/ e /e/ a /i/, os falantes lusófonos, durante largo tempo, não tiveram consciência dessa deriva, e foi necessário esperar pela primeira metade do século XVIII para que certos observadores notassem que se pronunciavam [u] e [i]. Daí em diante, a realização [u] para a vogal escrita -o é definitiva. Mas a realização [i] para a que se escreve -e será em Portugal, na língua comum, uma simples etapa intermediária para o [ë] contemporâneo, que deve ter aparecido na segunda metade do século XVIII." (trad. port., p. 60).

Que significa afirmar que a realização [u] é definitiva a partir do

momento em que os falantes tiveram consciência dela? E se "durante largo tempo, não tiveram consciência dessa deriva, cabe perguntar: 1º em que momento entre o século XVI e os primeiros testemunhos dos gramáticos se terá produzido a elevação?; 2º que valor probatório pode ter o facto de que "Não há, nos séculos XVI e XVII, nenhum testemunho de gramático ou ortógrafo que indique para as vogais escritas -e e -o outra realização fonética que não [e] e [o]"? (op. cit., p. 57).

(15) Cf. Herculano de Carvalho, "Nota sobre o vocalismo antigo português...", Est. Ling. II, p. 88, nota 17; pp. 98 (v. nota 36) e 99.

(16) Cf. nota (12). Depois do testemunho de L. Caetano de Lima (1734), surge em 1746 o de Luís Antônio Verney: "Finalmente devo advertir a V. P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no meio, mas principalmente nos fins das dicções. V. g. e final, pronunciam como i, como em dê-me, pôs-me, etc. Todo o o final acabam em u, v.g. em tempo, como, buxo, etc., cujos nomes quem quer pronunciar à portuguesa deve acabar em u" (cit. por P. Teyssier, História da Língua Portuguesa, p. 58).

(17) Não posso aceitar a qualificação dada por Naro às suas próprias conclusões quando diz que elas são, "[de] natureza evidentemente definitiva" (p. 34), pelas razões que passo a expor:

1. Empréstimos ao malaio — cf. Naro, pp. 19-21: Naro, com base em Verguin (1967), Le malais, Paris & La Haye, aponta o facto de que no vocabulário geral do malaio e proporção entre as realizações-[o]e-[u]em posição final átona é de 29/693, i.e. 4,2% (incluindo-se provavelmente nestes 4.2%, empréstimos não assimilados). Tendo em conta a lista de empréstimos portugueses ao malaio dada por Gonçalves Viana em 1903, ("Malaio e português", R.L., VIII, pp. 1-28), Naro verifica que a percentagem de realizações -[o], relativamente a -[u], é muito mais elevada, 5/30, ou seja, 16,7% .

Sendo a realização -[o], ao contrário de -[u], pouco frequente no malaio, Naro conclui: a) para as palavras de origem portuguesa que apresentam -[o]final, era esta a realização da vogal átona final na época em que o malaio as tomou de empréstimo ao português; b) quanto aos empréstimos portugueses que apresentam hoje -[u]final é lícito supor que essa rea-

lização resulte de um processo de assimilação operado pelo malaio, língua que favorece a realização -[u]final, ao integrar no seu léxico palavras estrangeiras.

As conclusões de Naro retiram validade ao argumento de Hart, retomado por Herculano de Carvalho, mas não constituem prova de que o português do século XVI não conhecia senão as realizações -[e] e -[o]. Que estas existiam prova-o, além do malaio, o caipira, conforme notara já H. de Carvalho (Est. Ling. II, pp. 98-99); mas não fica demonstrado que com elas não coexistissem as realizações -[i] e -[u]: na verdade tanto pode admitir-se que a realização -[u]final nas palavras portuguesas emprestadas ao malaio resulte de uma adaptação das mesmas ao sistema fonológico da língua receptora, como pode admitir-se ser ela uma realização possível no português do século XVI — Naro nada nos diz quanto às realizações -[e],-[i]no malaio.

Torna-se necessário um estudo de conjunto sobre os empréstimos portugueses às línguas asiáticas (outras línguas, além do malaio, apresentam -[i] e -[u]finais — cf. nota (5) e Naro, pp. 20-21): estudo que tenha em conta o sistema fonológico, e mais especificamente o sistema vocálico átono, das línguas que integraram léxico português, bem como a época e as vias, directas ou indirectas, de empréstimo. Enquanto tal estudo não existir, qualquer coleccção de palavras tomadas de empréstimo ao português, pelo malaio ou qualquer outra língua, não poderá ser usada como argumento a favor de qualquer das hipóteses relativas à evolução do vocalismo átono português.

2. Geografia linguística — cf. Naro, pp. 22-23: Naro afirma a não aceitabilidade do argumento da geografia linguística, contra-argumentando que a elevação das vogais átonas finais constitui "uma mudança natural que poderia ter se desenvolvido independentemente em vários lugares e em várias épocas" (p. 22).

O raciocínio de Naro pode ser subvertido: uma "mudança natural" não é uma mudança necessária (prová-lo-ia o dialecto caipira se admitissemos a hipótese de Naro). Logo, na ausência de outras evidências, nada prova que ela tenha surgido independentemente em distintos lugares da Ásia, África, América e Europa. — sobre a noção de "regra natural" cf. Schane, "Regras Naturales en Fonologia", Stockwel y Macaulay (eds.), Cambio Lingüístico y Teoría Generativa, pp. 268-305; sobre o problema do "impul-

so" para aplicação de uma regra, cf. Labov, "La evolución interna de las reglas lingüísticas, op. cit., p. 222 e Weinreich, Labov e Herzog, "Empirical foundations for a theory of language changes" em Lehman e Malkiel (eds.), Directions for Historical Linguistics, pp. 97-188.Quer o raciocínio da geografia linguística, quer o da linguística teórica permitem estabelecer hipóteses, mas não são por si só demonstrativos.

3. Gramática de Fernão de Oliveira — cf. Naro, pp. 28-32: Continua a parecer-me correcta a interpretação feita por Herculano de Carvalho de Fernão de Oliveira. Naro não tem, finalmente, a opor a essa interpretação senão uma argumentação moral que terá de considerar-se, no mínimo, inadequada: "Por estas razões não posso aceitar a rejeição de Oliveira por Herculano. Fazê-lo seria acusar Oliveira ou de incompetência por não ter notado o fenómeno ou de incompetência e desonestidade ao mesmo tempo, por tê-lo notado, e, não tendo se dado conta de que os fatos estavam de acordo com (uma formulação de) suas próprias regras,ter deixado de mencioná-los. Oliveira não tem essa fama nem a merece." (p. 32).

4. -[e], -[o] no dialecto caipira — cf. Naro, pp. 23-24: Depois de ter verificado que a maior parte dos "arcaísmos" do dialecto caipira apontados por Révah correspondem, no século XVI, a um estado de língua já ultrapassado pelo português europeu, pelo menos em parte do território, é incompreensível a afirmação de Naro de que "o argumento de Révah precisa ser considerado extremamente valioso no sentido heurístico senão no probatório." (p. 24).

5. Rhys (1569) — cf. Naro, p. 32: Rhys, numa obra que tem por finalidade ensinar a ortografia e pronúncia do italiano a nacionais e estrangeiros, e onde aponta várias divergências de ortografia e pronúncia entre o italiano e o português não faz qualquer referência a uma realização -[i] -[u] para as vogais átonas finais do português.

Para poder atribuir-se a tal ausência um valor probatório, como o faz Naro, seria necessário que o Autor nos informasse se Rhys tinha da língua portuguesa um conhecimento directo, e não um conhecimento mediatizado pelas gramáticas portuguesas do século XVI.

6. Barreto (1671) — cf. Naro, pp. 32-33: Na sua Ortografia, Barreto atribui a "troca" de o por u e de e por i aos "estrangeiros setentrionais", "castelhanos" e "ingleses". Naro vê aí uma prova de que tal

substituição era estranha ao português.

O problema põe-se nos mesmos termos que em relação à Gramática de Fernão de Oliveira: o fenómeno era estranho ao português ou faltava a consciência dele? Poderia argumentar-se que se Barreto tinha a percepção do fenómeno relativamente às línguas estrangeiras tê-la-ia também em relação ao português. Mas enquanto não forem inteiramente conhecidas as fontes da Ortografia de Barreto ninguém poderá afirmar que as observações deste autor relevam do seu próprio conhecimento das línguas estrangeiras que nomeia.

7. O Auto das Ciganas — cf. Naro, pp. 10 e 33: "Gil Vicente (...) [considera] a substituição do e o pelo i u como uma característica da fala ESTRANGEIRA. Este ponto é muito significativo. Se a pronúncia normal portuguesa de uma palavra como asno era [áznu] no século XVI, por que Vicente colocaria a forma aznu (...) na boca dos ciganos?" (Naro, p.33).

Naro esquece-se de dizer que os ciganos de Gil Vicente falam "espanhol pronunciado de uma certa forma" (P. Teyssier, La langue de Gil Vicente, p. 257. V. pp. 254-263). A realização -[u] é pois um traço linguístico marcado no interior de um sistema linguístico, o espanhol, que não conhece qualquer elevação do vocalismo átono. Não é o português mas o castelhano que está em causa no que respeita à língua dos ciganos: a interpretação de Naro não pode deixar de ser revista.

(18) "A convenção de imagem reflectida foi introduzida por Bach (1968) ["Two Proposals concerning the simplicity metric in phonology", Glossa, 2, pp. 128-149] e foi recentemente discutida por Kiparsky (1968), [Linguistic Change Universals in Linguistic Theory, ed. por E. Bach e R.T. Harms, New York, pp. 171-202] e R. W. Langacker (1969) ["Mirror image rules II: lexicon and phonology", Language, 45, pp. 844-862].

"A convenção assevera que se a morfofonêmica gerativa, sincronicamente ordenada de uma língua contém a regra

$$A \longrightarrow B / C_1 \ldots C_n \ __ \ d_1 \ldots d_m$$

então é natural esperar que a gramática contenha como a regra seguinte:

$$A \longrightarrow B / d_m \ldots d_1 \ __ \ c_n \ldots c_1$$"

(Naro, "A história do e e do o em português. Um estudo de deriva linguística", Estudos Diacrônicos, pp. 45-46, nota 23).

(19) A existência de dialectos tanto em Portugal como no Brasil em que /e/ inicial não se realiza como [i] levanta dificuldades a esta hipótese — — cf. Leite de Vasconcelos, Esquisse, §50 a)-b); Naro (1971), pp. 40-41; Mário Marroquim, A Língua do Nordeste, §36.

(20) "... el asturiano central mantiene, neta, la distinción -u y -os, o, en general, -o. En otras zonas de dialecto leonés hay condiciones menos claras; de algunas (Maragatería y tierra de Astorga, Babia y Laciana) hay datos se diría seguros de que lo mismo se pronuncia sing. -u que plur. -us: es decir, que se ha llegado a una situación como la del portugués. También es indudable que cuando del asturiano central se va hacia el O. se llega dentro del asturiano occidental a una zona (Cangas de Narcea, Pola de Allande, Tineo) en la que no se puede percibir una absoluta -u (Rodríguez Castellano vacila entre o̯ y u). Tampoco se nota en estes concejos occidentales diferencia entre el singular y el plural; por tanto: mozo̯, lo mismo que mozo̯s. Más al occidente están los concejos de habla gallego-asturiana: en los más occidentales (los tres Oscos, Castropol) el matiz normal es -o̯ y -o̯s, y lo mismo resulta de mis interrogatorios en el gallego berciano y también (según observaciones incompletas y ocasionales mías, y abundantes testimorios ajenos) en el gallego hablado dentro de Galicia." (Dámaso Alonso (1962), pp. 123-124).

(21) Estando hoje demonstrado que o Auto de Pastilhas não é um original de 1192 (vj. Lindley Cintra (1963) e Avelino de Jesus da Costa (1979)), não deixa, no entanto, de ser verdade que o mais antigo documento escrito em português, o Testamento de Afonso II apresenta, em algumas palavras a grafia u para a vogal átona final — cf. p.19.

(22) Contudo, Williams (1938) não faz remontar ao latim do NW hispânico a oposição -[u]~-[o(ș)], considerando que o fechamento da vogal átona final foi retardado nas formas do plural pelo -s final: "A pronúncia do o final se tornou [u] em data precoce (ver §48, 1A). Êsse extremo fechamento da vogal final aumentou seu efeito assimilador sôbre a vogal tônica. Deve-se presumir que o o do final -os não adquiriu essa pronúncia fechada até depois do tempo de ação da metafonia; por conseguinte, o final -os não tinha nenhum efeito sôbre a vogal tônica. (...). É interes-

sante notar que o o átono inicial, seguido de s, é ainda pronunciado [o] em algumas palavras, e.g., hospedagem, hospital" (§123, 6A).

Opinião idêntica à de Menéndez-Pidal e Dámaso Alonso, no que respeita à origem da oposição -[u] (<-ŭ) ~ -[o(ş)] (< ō(S)) têm Meyer-Lübke (1889-1890), Grammaire des Langues Romanes, I, §641; Huber (1933), Altportugiesisches Elementarbuch, § 93,2; Piel (1942), "Considerações sobre a metafonia portuguesa", p. 368; Serafim da Silva Neto (1957), História da Língua Portuguesa (3ª. ed.), pp. 185-186, 615.

Note-se que esta oposição, além de se manter em dialectos das Astúrias e Sardenha, conforme referiu Menéndez-Pidal (1926) (cf. §353),vive ainda em dialectos do centro e sul de Itália: "Las zonas que hoy distinguen -u y -o en Italia y en España son pequeñas. La de Asturias es,hoy, Lena (aunque es evidente que la distinción existió en todo el asturiano central allí donde hay hoy metafonía (...); en Italia es una extensión desde el S. de las Marcas y de Umbría con parte del NO. de Abruzos (Aquila) y de la zona contigua del Lacio hasta el S. de Roma, pero también aquí los hechos de la metafonía prueban que la distinción entre -u y -o existió originalmente en un área mucho más dilatado" (Dámaso Alonso (1962), p. 133).

Nas áreas dialectais acima referidas -o, por oposição a -u é a terminação das formas verbais e adverbiais em cuja base está um -o final latino, ou seja, a oposição -[o]~ -[u]não se restringe à flexão nominal: "Encore à l'heure actuelle -o et -u sont restés distincts en Logoudorien: bona, bonos, tempus, kanto, kando; pour l'Italie centrale, cf. diko à côté de tempu à Aquila, Rieti, Norcia, Pitigliano, etc. De même en Asturien 1e pers. sing. o, noms plur. os, komo, kresiendo, kuando, sedo, solo, mais sing. u, adj. masc. u, neutr. o" (Meyer-Lübke, Grammaire des Langues Romanes,I,§308).Sendo assim, e dado que a hipótese de Williams faz depender a oposição -[u]~ -[o]da oposição entre singular (sem -s final) e plural (com -s final), não existe adequação entre essa hipótese e os dados da dialectologia românica.

(23) Veja-se P. Teyssier, História da Língua Portuguesa, pp. 59-60.

(24) Em alguno e uno, a grafia n está a representar a nasalidade da primeira vogal do hiato. Esta grafia (n entre vogais) ocorre no Testamento

nas duas versões) em um número excessivamente grande de casos para que possamos interpretá-los como "latinismos" (verdadeiros ou supostos) : asunar (A, 11.18, 19; cf. asuar A', 11.18, 19); dineiros (A', 1.5; cf. dieiros A, 1.15); comemorazones (A, 1.13); comemoraciones (A', 1.13); Lixbona (A, 11.6, 9, 11, 26); Lisbona (A', 11.6, 9, 11, 26); manus (A, 1.5); manos (A', 1.5); reina (A, 11.1, 2, 3, 4(2x), 5, 7, 8, 16, 20, 22; A', idem); sano (A, 1.1.; A', 1.1); una (A, 11.12, 14, 25(2x); A', idem) ; uinir (A, 1.23); uenir (A', 1.23).

(25) Nos exemplos dados por Lindley Cintra, em A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, de grafias -u, -us em textos do século XIII, encontramos apenas casos de -Ŭ(S) etimológico: "afonsu, 1270, Pinedo, Penalva do Castelo (R.L., VIII, pp. 39-40), avemus, damus, au, du, outorgamus, aqelu, rogamus, rugadu, moordomu, 1275, Ferreira de Aves (R.L., VII, p. 62)" (p.208, nota (120)); mas Huber (1933), §§155-156 regista tanto formas com -Ŭ(S) etimológico, como formas que têm na sua base um -O(S): a) "fazemus (1192)", "damus (1269)", avemus (1269)", "canpu (1269)", "nossu (1192); b) "herdamentus (1192)", "padruadigus (1192)", "outrus (1192)", "anvydus (C.V. 680)", "comu (1269)" — haverá que situar em finais do século XIII, os exemplos de 1192 por pertencerem ao Auto de Partilhas (cf. nota (21)); e haverá que verificar se a grafia -us nos exemplos citados por Huber não corresponde a desenvolvimento de abreviatura.

Para exemplos de grafias -u, -us nos Cancioneiros, cf. ainda Rübecamp, A linguagem das Cantigas de Santa Maria, pp. 71-72.

(26) antr'aqu(es)tes (A', 1.18); antr'eles (A', 1.19); aq(ue)st'auer (A', 1.16); d'Alcobaza (A, 11.7, 20); d'Alcobacia (A', 11.7, 20); departans' antr'eles (A', 1.19); s'asuar (A', 1.18); s'asunar (A, 1.18).

(27) Cf. Williams (1938), §140.1: "contràriamente ao §46.2A ["se a consoante era dupla, o e geralmente não caía"], elle se torna el. Isso se deveu à próclise."; e Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §25.1: "[comuns ao galego-português, leonês e castelhano] eram no século XIII as duas formas, plena e apocopada, do pronome singular da terceira pessoa, proveniente de ILLE: elle (ou ele) e el."

(28) Cf. Leite de Vasconcelos, Lições de Filologia Portuguesa, p. 83.

II. Vogais pretónicas mediais — /ɛ/, /e/ e /ɔ/, /o/

1. Estado actual dos conhecimentos

1.1. O sistema ortográfico de João de Barros serviu de base a um estudo de P. Teyssier (1966) sobre a pronúncia das vogais na século XVI. No que respeita à posição pretónica, diz Teyssier a concluir: "Pour "o pequeno" c'était un [o] fermé, qui restait distincte de [u] sans que l'on puisse préciser davantage son degré de fermeture. Pour "e pequeno" c'était une voyelle distincte de [i], mais il est impossible de savoir si son point d'articulation en faisait plutôt un [e] fermé, ou plutôt dès cette époque, une voyelle apparenté au [ə] moderne." ("La prononciation des voyelles portugaises au XVIe siècle d'après le système orthographique de João de Barros", p. 197).

Os testemunhos directos dos gramáticos e ortógrafos do século XVI são concordantes ao atribuir a /e/ - /ɛ/ e /o/ - /ɔ/ pretónicos as realizações [e] e [o], respectivamente — quanto aos casos de não elevação das vogais abertas, ver introdução.

É de 1682 o primeiro testemunho da evolução [o] > [u]. Numa gramática do português para franceses, diz o seu autor:"O se prononce ouvert comme en français; ex.: cortar (couper), et quelquefoys comme ou, comme s'il y avoit courtar."(1)

Mas só na segunda metade do século XVIII, uma Ortografia portuguesa, a de L. de Monte Carmelo (1767), regista o fenómeno(2). Também por esta época, segundo Teyssier (1980), aparecem nos textos "numerosas grafias" que comprovam a nova pronúncia. As afirmações dos gramáticos não se apresentam, a este respeito, contraditórias e L. Caetano de Lima que na sua Gramática Italiana (1734) adverte para que -e e -o finais italianos não devem ser pro-

nunciados -[i] -[u], à portuguesa, não faz idêntica advertência quanto a e e o pretónicos.

As realizações [e] [o], em posição pretónica, ocorrem na maior parte do domínio linguístico brasileiro(3), encontram-se nos crioulos(4) e pertencem a toda a área galega(5). Tal coincidência linguística entre territórios sem continuidade geográfica deve significar que conservam todos eles um estado de língua antigo(6). A elevação das vogais átonas pretónicas é uma inovação do português europeu(7) que terá ocorrido depois do séc. XVI, explicando-se assim que não tenha sido transmitida a nenhuma parcela de territórios nessa época colonizados (nomeadamente Brasil e Cabo Verde).

A interpretação dos dados da geografia linguística e os testemunhos dos gramáticos conduzem, desta vez, a uma mesma conclusão: a elevação do vocalismo átono pretónico terá sido posterior ao séc. XVI. Se admitirmos com Herculano de Carvalho (1962) e Hart (1955, 1957) que no século XVI /e/ e /o/ em posição final eram já realizados [i] [u], diremos ainda que a elevação do vocalismo átono final precede cronologicamente a do vocalismo pretónico.(8)

Esta cronologia relativa está de acordo com a hipótese de Naro (1971), já que este autor explica a evolução [o] > [u] em posição pretónica como resultado de um processo de generalização para a forma de imagem reflectida, da regra de elevação em posição final — cf. Naro (1971), pp. 45--47.

A evolução da vogal recuada; [o] > [u], não levanta outros problemas, mas no que respeita à sua correspondente [-rec] cabe perguntar : [e] evolui directamente para [ə], elevando-se e centralizando-se simultaneamente, ou passou por uma etapa intermédia [i] só depois se centralizando em [ə], tal como aconteceu em posição final?

O facto de o português europeu não neutralizar, em posição pretónica, a oposição fonológica entre /i/, realizado [i] e /e/, realizado [ə], constitui uma forte evidência contra a segunda hipótese. Hart (1955) quis ver no [i] pretónico do português europeu actual o resultado de uma "reconstituição erudita" feita com base na imagem ortográfica (cf. pp. 409-410). Mas poderá admitir-se que um processo deste tipo alcançasse a implantação que é hoje no território português a da oposição fonológica referida?

É verdade que existem dialectos (Algarve, Alentejo) que realizam como [ə] o fonema /i/ em posição pretónica(9), o que parece jogar a favor da hipótese de Hart (estes dialectos conservariam o estado de língua anterior à "reconstituição erudita"). Juntemos a este um outro dado: 1) Contador de Argote, em 1721, observa que "Differe na pronúncia [o dialecto do Algarve] porque ao e fechado pronuncião como i, assim como pedaço dizem pidaço"(10).

Se a informação de Argote é fidedigna, no século XVIII /e/ pretónico realizava-se [i] no Algarve, região onde hoje se encontram variedades dialectais que não opõem fonologicamente /i/ ~ /e/ em posição pretónica, realizando ambos /ə/. Tal realização não podia ser comum a todo o território, pois, nesse caso, Argote não a referiria como característica do dialecto do Algarve.(11) A conclusão a retirar parece ser a de que o processo evolutivo que levou de [e] a [ə] não foi o mesmo em toda a área do português europeu, tendo-se manifestado em alguns lugares como [e] > [ə] e noutros como [e] > > [i] > [ə] (12) (neutralizando-se neste caso a oposição /e/ ~ /i/ em posição pretónica.)

1.2. Ocorria no português antigo um processo de elevação condicionada, quando a vogal átona estava seguida de uma tónica [+alt]: [e]–[í] > [i]–[í]; [e]–[ú] > [i]–[ú]; [o]–[í] > [u]–[í]; [o]–[ú] > [u]–[ú]. As grafias i, u para /e/, /o/

pretónicos em palavras com vogal tónica [+alt] são frequentes nos textos medievais e atestam este fenómeno. Nos nossos dias, idêntico processo de harmonização vocálica regista-se no galego, no português do Brasil e nos crioulos, o que confirma o carácter conservador destes domínios no que respeita ao vocalismo átono pretónico. Assim formas como minimo (< menino), custúme (< costume), cubrir (< cobrir), etc. pertencem tanto ao galego, português do Brasil e crioulos actuais, como aos antigos textos galegos-portugueses.(13)

1.3. No português padrão e em dialectos do Algarve, Alentejo e Beira Alta, as vogais nasais pretónicas têm comportamento diferente do das vogais orais pretónicas: assim, os fonemas /e/ e /o/, quando nasalizados e pretónicos, realizam-se [ẽ] e [õ], sem elevação (cf. Leite de Vasconcelos, Esquisse, §50 - d, 51 - d; e M. H. Mira Mateus, Aspectos da Fonologia Portuguesa, §§1.4 e 4.2).

Em outras áreas dialectais há elevação do vocalismo pretónico, quer oral, quer nasal. Aplicadas as regras de nasalização e de elevação das vogais átonas /e/, realiza-se [ə̃], de acordo com Leite de Vasconcelos, op. cit., "no Minho, grande parte de Trás-os-Montes e da Beira-Alta", e realiza-se [ĩ] "em certos lugares do Norte de Trás-os-Montes, numa parte da Beira e do Alto Alentejo e na Estremadura"; /o/ realiza-se [ũ] "no Alto e Baixo-Minho, numa parte de Trás-os-Montes e da Beira-Alta e em quase toda a Estremadura". Leite de Vasconcelos acrescenta: "Il existe un certain parallélisme entre -ũ-, d'un côté, et -ə̃-, -ĩ- (...) de l'autre." (§51 - d) —cf. ainda Opúsculos, II e VI, passim.

Quanto à harmonização vocálica referida em 1.2., ela atingia, no português antigo, também as vogais nasais pretónicas: sintir (< sentir), cumprir (< comprir), etc.

2. O Testamento

No que respeita à posição pretónica, poucas são as palavras em que as grafias do Testamento se afastam da ortografia actual (a qual não reflecte a elevação do vocalismo átono). Considerá-las-emos uma a uma:

difindemẽto (A, 1.4; cf. defendim(en)to, A', 1.4): Do latim DEDENDĔRE + suf. MENTUM. A forma galega é defendemento, a portuguesa defendimento desde os mais antigos textos (cf. Ramon Lorenzo (1977), s.v. defendemento): o sufixo -mento tomou em português a forma -imento quando se juntou a temas verbais quer em e quer em i (valimento, crescimento, rendimento, ferimento, etc.). Defendimento tornou-se difindimento, por assimilação das vogais das duas sílabas iniciais à pretónica [+alt], ĩ (cf. Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §5.3a: "Em pillitero (...) (a par de pelitero (...), foi a vogal da sílaba inicial que se assimilou à pretónica."; também "convinidores (...) a par de convenidores"). Depois, difindimento deu difindemento, provavelmente por dissimilação.

vinir (A, 1.23; cf. venir, A', 1.23): Do latim VENĪRE [vẽir] > > [vĩĩr] é um exemplo de elevação da vogal átona pretónica por assimilação à vogal tónica [+alt].

derecto (A, 1.7(2x), dereito (A', 1.7): Do latim vulgar DERĒCTO (cláss. DĪRĒCTU). Cf. Corominas y Pascual, s.v. derecho: "Em romance las formas de todos los idiomas proceden de DERECTUS, sin excluir el portugués, donde había dereito en la Edad Media y en gallego, y el moderno direito se debe sobre todo a una rectificación puramente ortográfica...". Dereito é a forma mais frequente nos textos antigos e pertence ao galego actual com a variante popular dreito (também no aragonês, dreicho, apud Corominas e Pascual); direito aparece em textos portugueses a partir do século XIV (cf. R. Lorenzo (1977), s.v. dereyto).

Não poderá ver-se em direito um caso de inflexão da vogal pretónica, inflexão condicionada pela semivogal da sílaba tónica? (Cf. Ernout--Meillet, s.v. rĕgo; R.E.W. 2648; e Menéndez-Pidal, Manual, §65.1).

descordia (A, 11.18, 19; A', 1.19; cf. discordia, A', 1.18): Do latim DĬSCORDĬA. Descordia, com [e] etimológico (< Ĭ), surge em textos dos séculos XIII a XV; a primeira atestação da forma moderna, discordia, que R. Lorenzo (1977), s.vv. discordia/-io, descordia/-io, descordo situa no século XIV, (Cr. 1344), tem de ser recuada para 1214 (Ms. de Toledo, 1.18). Sendo um cultismo, como o mostra a ausência de palatalização do grupo -DĬ-, a oscilação des- ~ dis- traduz uma menor ou maior sujeição ao modelo latino.

logares (A e A', 1.13), logar (A, 11.21, 24, 25). Do latim LŎCALE(S). Em logar, logares, o timbre da vogal pretónica é etimológico. Lugar está atestado desde o século XIII, mas continua obscura a causa da mudança [o] > > [u], que se verifica também em castelhano, lugar: "El cambio logar > lugar se explica dentro del idioma, pero no de manera clara. La explicación de Machado (Dic.[1]1365; Dic.[2] 1442) es pueril y no explica nada: sería triunfo de una forma dialectal. También es artificial la explicación de Corominas y no tiene en conta el gall.-port.: en cast. existiría también luego < < LŎCUS, dándose la coexistencia de logar y luego; de ahí pudo crearse un *LUEGAR, *LUOGAR, de donde lugar. Esto no tiene sentido y no creo que pueda separarse el cast. de la evolución en port. Es posible que haya una relación con otros casos en que la alternancia es normal, como agoa/agua, legoa/legua, dormir/durmir, etc.. Podía pensarse en la relajación de la vocal átona, que en gall. es muy cerrada y en port. suena -u-, arrastando a la grafía; pero esto choca con el cast. y con su aparición ya en el XIII." (R. Lorenzo (1977), s.vv. Lugar, Logar). Cf. Menéndez-Pidal, Manual, §20.2 e Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §5.1).

molier (A e A', 1.1). Do latim MŬLĬĔRE. Tanto as formas com grafia o como as formas com grafia u estão atestadas desde o século XIII e a primeira delas chega até ao século XVII (cf. R. Lorenzo (1977), s.v. Moller). Segundo R. Lorenzo, "Ya desde el XIII se encuentra esporádicamente muller, que se impondrá desde el XVII"; mas Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, considera, pelo contrário, que "Em muller (...) a par de moller (...) apresenta-se-nos a vogal átona com o seu timbre mais frequente a partir de época muito antiga em todas as línguas peninsulares." (§5.2, v. nota 159).

A elevação [o] > [u], em mulher, mujer, é problemática. Lindley Cintra e Menéndez-Pidal atribuem-na ao efeito assimilatório do iode, apesar de que, no grupo -Lj-, o iode que palatalizava a consoante não inflexionava, normalmente, a vogal da sílaba anterior (cf. Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §5.5 e Menéndez-Pidal, Manual, §20.2)[14]

posermos (A e A', 1.5). Do latim POSŬERĬMUS. Segundo Williams (1938), na sequência de Meyer-Lübke (1894-95)[15], "a modificação do [o] radical pretônico para u nesse [pretérito perfeito] e nos tempos derivados ocorreu por imitação da forma pus. Como a vogal o pretônica havia muito já era pronunciada [u] essa modificação foi puramente ortográfica." (§193.9). Com esta explicação concorda H. Meier, "A evolução dos pretéritos fortes em português" (cf. p. 49). J. J. Nunes (1919) e J. Piel, "A flexão verbal do português" consideram que a evolução [o] > [u] em P2, P4, P5 e P6 do pretérito perfeito se deve à analogia com P1, pus (sendo, deste modo, independente da elevação do vocalismo átono): "[Em puseste, etc.] o u moderno das formas fracas é analógico da 1ª. do sing." (Piel, p. 391); "por analogia com aquela primeira pessoa as restantes, com excepção da terceira do singular, mantiveram a mesma alteração [a que resultou da metafonia por -i final]". (Nunes, p. 311).

Este [u] ter-se-ia estendido depois às formas fracas dos restantes tempos do PERFECTUM.

A elevação do vocalismo átono pretónico não se revela, directa ou indirectamente (por ultracorrecção), em nenhuma das formas consideradas: em difindemẽto e vinir temos casos de elevação condicionada que se identificam com a harmonização vocálica do galego, do português do Brasil e dos crioulos; em descordia, logares, molier (e derecto?) temos casos de oscilação e ~ i e o ~ u que são particulares a estas palavras não indiciando qualquer fenómeno fonético geral; quanto a posermos, o Testamento representa um estado de língua anterior à mudança para pusermos, qualquer que seja a sua natureza e motivação.

O Testamento de Afonso II não levanta, assim, dificuldades à hipótese de que a elevação do vocalismo átono pretónico é mais recente que a do vocalismo átono final.(16)

NOTAS

(1) Cit. por Teyssier, História da Língua Portuguesa, p. 61.

(2) "o Compendio de Orthografia de Luís de Monte Carmelo traz listas de "erros" onde aparecem formas tais como cutovelo (cotovelo), murar (morar), purtagem (portagem), tucar (tocar), xuver (chover), etc." (P. Teyssier, ibidem, p. 62).

(3) No Norte e Nordeste ocorrem as realizações [ɛ] e [ɔ]. A respeito da realização [ɔ], veja-se crítica de Herculano de Carvalho a Révah (1956), em "Nota sobre o vocalismo antigo português...", Est. Ling. II, p. 96, nota 32 .

(4) Cf. Herculano de Carvalho, "Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert", Est. Ling. II, pp. 35-45 (nomeadamente p. 37); cf. também, Dalgado, "Dialecto Indo-Português de Goa", R.L., VI, pp, 64 - 65.

(5) Cf. Gran Enciclopedia Gallega, s.v. galego, p. 231; Garcia de Diego, Elementos de Gramática Histórica Gallega, §40.2, 4, 6.

(6) Cf. Herculano de Carvalho, "Nota sobre o vocalismo antigo português...", Est. Ling. II, pp. 96-97.

(7) As realizações [ə][u] para, respectivamente, /e/-/ɛ/ e /o/-/ɔ/ pretónicos são comuns a todos os dialectos do português europeu. Clarinda de Azevedo Maia, "Os falares do Algarve - conservação e inovação", R.P.F., XVII, registou "com carácter esporádico", a realização [e] em posição pretónica nas seguintes palavras: "mẹtadə ", "frẹzạda", "varẹžad", "varẹžadọr" (p. 61). Parece tratar-se de um vestígio da antiga pronúncia.

(8) Carece de fundamentação a afirmação de Hart (1955) de que "The spelling u for pretonic o is frequent in our Old Portuguese manuscripts, and this is generally taken as evidence for pretonic o (from Latin Ō, Ŭ) and u (from Latin Ū) had fallen together in early Portuguese", "the use of u for pretonic o in our manuscripts is paralleled by the even frequent use of i for pretonic e ..." (p. 409). Cf. Herculano de Carvalho, "Nota

sobre o vocalismo antigo português...", Est. Ling. II, pp. 94-95; Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, pp. 213 ss. e P. Teyssier, "La prononciation des voyelles portugaises au XVI^{e} siècle d'après le système orthographique de João de Barros", pp. 163-166 e 194-196.

(9) Cf. Leite de Vasconcelos, Esquisse, §52-a), "Dialectos alentejanos", R.L., IV, pp. 217, 219 e "Dialectos algarvios", R.L., IV, p. 327; Clarinda de Azevedo Maia "Os falares do Algarve (conservação e inovação)" R.P.F., XVII, pp. 28-29; Paiva Boléo e Santos Silva, "O mapa dos dialectos e falares...", Estudos de Linguística Portuguesa e Românica, p. 106, nota 52 .

(10) Cit. em P. Teyssier, História da Língua Portuguesa, p. 106, nota 52 .

(11) A realização [i] para /e/ pretónico é um traço marcado no teatro do século XVIII, o que confirma não se tratar de uma pronúncia geral no português do século XVIII. Cf. P. Teyssier, História da Língua Portuguesa, p. 62: "O marujo do Entremez do Barbeiro Pobre" (1789), já citado, que se declara originário do Alentejo, diz arrinigado por arrenegado, vilhaco por velhaco e, inversamente, premori por primor. Alguns anos mais tarde, num Entremez para o Natal (1772), uma personagem popular de Lisboa, que usa uma linguagem muito particular, acumula exemplos: diclaro (declaro), pissoa (pessoa), arribentar (arrebentar), priverso (perverso), rizão (rezão)".

(12) É possível que, além de variantes dialectais, haja também que considerar variantes sociolinguísticas.

(13) Cf., entre outros, Herculano de Carvalho, "Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert", Est. Ling., II, pp, 42-43.

(14) A hipótese de Williams (1938) segundo a qual "Moller (...) veio a ser pronunciado mulher no curso do século XVII, por imitação do seu étimo latino e do espanhol mujer" (§43, 2A) não se adequa aos dados fornecidos pelos textos antigos.

(15) Grammaire des Langues Romanes, II, §284: "Quant à l' u qui pénètre dans les formes fortes: pudeste, pudemos, pudesteis, puderão, la meilleure explication doit être d'y voir le représentant régulier d'un o atone."

(16) No que respeita a caonigos (A, 1.11), conigos (A', 1.11), forma culta como o mostra o n intervocálico mantido, cf. a evolução de -Ĭ- latino postónico em outros proparoxítonos: DĒBĬTAM > dívida; DĔCĬMUM > dízimo;*DŬBĬTAM > dúvida; LĒGĬTĬMUM > lídimo (Williams (1938), §53)). Cf. ainda Leite de Vasconcelos, Opúsculos, VI, p. 227 ("Dialecto Beirão" — "Linguagem popular de Monte Novo": conigo, cónego. Forma mais vizinha do lat. CANONICUS (...). Vulgar."); Esquisse, §60-d, nota 17 ; e Rübecamp (1933), p. 38.

III. Vogais nasais [-alt] em posição final

1. Estado actual dos conhecimentos

No português do século XIII ocorriam, em posição final, as vogais nasais -ã, -õ, -ẽ, quer tónicas, quer átonas[1], e ainda o ditongo -ão. A sua origem é a que a seguir se indica:

TÓNICAS	ÁTONAS
-ã < -ÁNE: pã < PÁNE < -ÁNT: dã < DÁNT; está < STÁNT amará < AMÁRE *HÁNT (futuro de todos os verbos)	-ã < -ANT: amã < ÁMANT (presente do indicativo dos verbos da 1ª. conjugação) digã < DÍCANT (presente do conjuntivo dos verbos da 2ª. e 3ª. conjugações) erã < ÉRANT (pretérito imperfeito de todos os verbos) amariã < AMÁRE(HAB)ÉBANT (condicional de todos os verbos) derã < DĔDĔRANT (pretérito mais que perfeito de todos os verbos) < -ÁN-: sã < san(to) < SANCTU[2]
-õ < -ÓNE : razõ < RATIÓNE < -ŬDĬNE: solidõ < solidõe < SOLĪTŬDĬNE[3] < -ŪNT : sõ < SŪNT < -ŌN : nõ < NŌN [4] < -ŬM ou -ŬNC : entõ <*IN-TŬM ou *IN-TUNC sõ < SŬM	-õ < -ŬNT : vierõ < *VENĔRŬNT (pretérito perfeito de todos os verbos) < -ŬM : cõ < CŬM[2] < -ŎM'N : dõ < don(no) < DŎM'NU[2]

-ẽ < -ĔNE : bẽ < BĔNE < -ĔNET: tẽ < TĔNET < -ĔNĬT: vẽ < VĔNĬT < -ĔM : quẽ< QUĔM < -ĔNT : dẽ < DĔNT; stẽ < STĔNT < -ĔN- : cẽ < cen(to) < CĔNTU	-ẽ < -ENT : dizẽ < DĪCENT (presente do indicativo dos verbos da 2ª. e 3ª. conjugações) amẽ < ĀMENT (presente do conjuntivo dos verbos da 1ª. conjugação) amassẽ < AMĀSSENT (imperfeito do conjuntivo de todos os verbos) amarẽ < AMĀRENT (infinitivo pessoal de todos os verbos) < -ĬNT : puderẽ < *POTŬĔRĬNT (futuro do conjuntivo de todos os verbos) < -ĬNE : virgẽ < VĪRGĬNE(5)
-ãa < -ĀNU: chãa < PLĀNU(6)	-ãa < -ĂNU : orfãa < ŎRPHĂNU

Depois, estas vogais ditongaram-se, à excepção de cõ e dõ, mas a terminação -ãa, de -ĀNA, veio a tornar-se -á, e a terminação -õo, de -ŌNU, veio a tornar-se -ó. Ou seja, enquanto as antigas vogais nasais em posição final se transformavam em ditongos, apareciam, noutras palavras, novas terminações nasais tónicas:

DITONGAÇÃO	CRASE
pá > pão dá > dão etc.	láa > lá
razó > razão só > são etc.	bóo > bó
bé > béi vé > véi	———

No que respeita à cronologia destes fenómenos, e de acordo com Williams (1938), §157.1,3 e J. Inês Louro (1952), pp. 55-56, as rimas dos primitivos Cancioneiros mostram que -ã já se ditongava em -ão no século XIII; e as oscilações gráficas entre -am e -om, que se registam durante o século XIV, indicam que, nessa altura, -ã e -õ haviam convergido em -ão (cf. Lindley Cintra, "Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^{e} siècle", pp. 75-77). Em relação a -ãa (<-ÁNA) e -õo (<-ÓNU), Williams (1938), §99, e Teyssier (1980), p. 41, dizem apenas que o processo de eliminação de hiatos por crase estava completado em finais do século XV; Ramón Lorenzo (1977) regista a forma bõ nas Cantigas de Santa Maria (séc. XIII), na Crónica Troiana (séc. XIV) e na Tradução Galega da Crónica Geral e da Crónica de Castela (séc.XIV), mas apenas em próclise (cf. C. Michaëlis de Vasconcelos, "Glossário do Cancioneiro da Ajuda", s.vv. bon e bõo); e só encontra atestadas as formas lã, sã e vã a partir do século XVI. O ditongo [ẽj], resultante da ditongação de [ẽ] em posição final, está representado graficamente a partir do século XVI: por exemplo, homẽis e bẽis no Livro de José de Arimateia, ed. por I. Castro (1984), pp. 427 e 431, respectivamente (caps. I, II).

Quanto às causas da mudança das vogais nasais em ditongos, diversas explicações têm sido propostas. Alguns viram na ditongação uma evolução fonética espontânea (integrada ou não numa tendência evolutiva mais ampla que atingiria as vogais tónicas em posição final); outros consideraram-na uma evolução analógica; outros ainda optaram pelo compromisso entre as duas perspectivas.

José Leite de Vasconcelos (1911), em Lições de Filologia Portuguesa, considera, apoiado em dados dialectais, que na origem do ditongo -ão, não etimológico, está o acrescentamento de uma vogal paragógica nas palavras que terminam em -ã̄ ou -ȭ tónicos (o que, conforme está implícito nas pa-

lavras de Leite de Vasconcelos, responderia a uma tendência da língua para evitar o oxitonismo): "Porque é que pã e razõ se mudaram em pão e razão? ou por outra, porque é que -ã e -õ (-om) deram -ão? Suponho que em certa época repugnaram ao ouvido as vogais nasais -ã e -õ em fim de sílaba, e que elas receberam o apoio da vogal -o [ou por prologamento enfático][7], d'onde -ão e -õo (não é raro ainda hoje ouvir ao povo fíe, túe, péi, etc.). Depois -õo desenvolveu-se em -ão, ou por dissimilação, ou por confusão com a outra terminação -ão dos nomes que vinham de -ANU e -ANE, ou espontâneamente. (...) Convém notar que a fase *õo está ainda hoje representada no falar interamnense e talvez em parte do beirão (costumo escrever -õu para maior clareza)" (pp. 134-135, nota 6).

Face à necesssidade de explicar porque não se ditongaram as vogais -ó < -ÓNU e -ã < -ÁNA, também elas nasais tónicas, acrescenta: "Perguntar-se-há, contudo, porque é que, havendo-se pã alterado em pão, e razõ em razão, não se alterou lã em lão, nem bõ em bão. É que lã vem de lãa < lat. LANA e bõ de bõo < lat. BONU, e na época em que pã se transformou em pão e razõ em razão, ainda lãa e bõo não haviam evolucionado em lã e bõ e não podiam pois amoldar-se a pã e razõ." (p. 135).

Esta justificação vem, de facto, pôr em causa a argumentação anterior, pois se razõ (< RATIÓNE) se tivesse tornado razõo enquanto existia a forma bõo (< BÓNU), não se vê por que motivo num caso se teria produzido uma semivocalização, da qual resultou um ditongo, razão, e no outro uma crase, bõ. É o ponto fraco da tese de Leite de Vasconcelos: será tomado como contra-argumento por Williams (1933) e (1938), ao propor a sua hipótese "analógica"; e será alterado por alguns daqueles que, depois de Leite de Vasconcelos, continuaram a encontrar na natureza da vogal que se ditongou a razão da ditongação.

J. J. Nunes (1919), no seu Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa, retoma a proposta de Leite de Vasconcelos (aparecimento de uma vogal paragógica depois de nasal final tónica), mas sem a relacionar com o problema do lugar do acento em português; ao mesmo tempo admite uma influência analógica de -ão sobre -ã: "Em seguida, estas duas vogais nasais [ã e õ], a primeira talvez sob influência de -ão, tomaram um -o de encosto, resultando daí os ditongos nasais -ão e -õo (na pronúncia ãu e õu). Este último, que ainda persiste nalgumas falas dialectais, ou por dissimilação ou por outra causa que se ignora, tornou-se depois em -ão (...)." (p. 227).

Não pude consultar directamente o artigo de Nobiling (1903),"Die Nasalvokale in Portugiesischen", publicado em Die Neuren Sprachen, XI. Não sei até que ponto a falta de clareza que ressalta da exposição que dele faz Williams advém do próprio original. Limito-me, por isso, a transcrever Williams (1938):

"Nobiling (...) acha que o português do Brasil, que representa um estágio evolutivo anterior à linguagem de Lisboa, acusa a tendência de, por exemplo, lã se tornar lãu̯ e bõ se tornar bõu̯; presume que os finais -ã e -õ se tornaram -ão com seguirem essa tendência até a completa dissimilação,ressaltando que a modificação de -õu para -ão foi semelhante à de [ẽj̃] para [ɑ̃j̃]no final em. Explica que palavras tais como lã e bom, mesmo depois que se tenham tornado monossilábicas, foram preservadas de posterior modificação pela "quantidade" de suas vogais, isto é, pelo facto de que essas vogais são oriundas de contração." (§157 B).

Rodrigues Lapa, no Boletim de Filologia, III, refere-se ao artigo de Nobiling, dando-nos sobre ele mais algumas informações: "Leite de Vasconcelos regista pois duas hipóteses, não nos dizendo qual prefere; mas parte efectivamente duma alteração fonética de carácter paragógico, fenómeno já considerado em 1903 por O. Nobiling no seu estudo sobre as nasais, basea-

do em certas particularidades do falar brasileiro."/"Nobiling notara já que a paragoge habitual na pronúncia brasileira não afectou lã e bom devido à quantidade vocálica do fonema, resultante duma crase anterior." (p. 331).

J. Bourciez (1949), em "Notes sur la résonance nasale des diphtongues accentuées du Portugais" considera que -ó e -á tónicos finais se tornaram -ão por ditongação espontânea, ou seja, por um processo de diferenciação (do segmento vocálico final) na origem da qual estaria a maior duração dessas vogais: "... l'apparition de [ãu] à favorisé la formation d'une diphtongue spontanée en provenance de l'ã nasal accentué qui n'était pas en hiatus. Prononcés avec une certaine longueur et une certaine complaisance [pã] et [cã] deviennent à leur tour [pãu] et [cãu]. (...) D'autre part [õu] s'introduit dans un nouveau domaine. La nasale õ accentuée se diphtongue dans les mêmes conditions que ã. L'õ de [razõ] devient d'abord [õu], puis la différence d'aperture augmente entre les deux éléments et l'on a [ãu] par suite d'une consolidation dont le premier élément fait ici les frais. (...) d'après une intéressante obsérvation de M. Williams, il ne semble pas que le type [razãu] ait pu rimer avec [cãu] aussi vite que ce dernier avec [vãu] en provenance de vanu. Il est possible qu'il y ait dans ce fait l'indice d'une formation plus lente.") (pp. 64-65)[8]. A evolução proposta por J. Bourciez não pressupõe, assim, uma etapa de V nasal + V paragógica, pelo que escapa à contradição inerente à hipótese de Leite de Vasconcelos: a da convergência entre o resultado de -ÓNE e o resultado de -ÓNU, num momento do processo evolutivo, sendo os resultados finais diferentes): "Entre õ et õ(-o) il y avait toute la différence qui sépare une voyelle ordinaire d'une voyelle en hiatus, entre ãu et õ-o toute celle qui sépare une diphtongue de deux voyelles en hiatus." (p. 65)[9].

J. Inês Louro (1952), em "Origem e flexão dalguns nomes em -ão", atribui à analogia um relativo peso; embora acolha, basicamente, a tese de

Leite de Vasconcelos, que altera pontualmente: a vogal paragógica seria um -e e não um -o. A terminação -õe, de -õ, e a terminação -ãe, de -ã, teriam, depois, convergido em -ãe, processo a que não seria estranha a analogia. A transformação de -ãe em -ão (primeiro, hiato; depois, ditongo) dever-se-ia a três tipos de circunstâncias: "a) certa proporcionalidade entre formas como irmãa (...): irmão e alemãa (...): alemam (< alemão), em que a oposição temporária -ãa/-ãhe (feminino/masculino) acabava por se tornar definitiva em -ãa (...) /ãhu (...); b) a existência de formas ou pronúncias em -am = = ãhe (de origem francesa, etc.) ao lado de outras em -ão etimológico, da mesma palavra ou de palavras de emprego associado (como cidadam e cidadão, ermitam e ermitão, Estevam e Estêvão, vilam e vilão, sacristam e cristão, foam e vão, etc.), que acabavam por se confundir fonèticamente (e depois gràficamente); c) além da oposição -ãa (...)/-ão e da força analógica do -ão etimológico, o facto de -ãhe (-am) ser inteiramente final tornava mais fácil a sua passagem a -ão por se terminar com a boca fechada." (pp. 54-55). Deste modo, também o caminho proposto por J. Inês Louro evita o encontro entre os resultados de -ÕNE e -ÓNU (-ÕNE > -õ > -õe > -ãe > -ão; -ÓNU > õo > >-õ).

Williams (1933), em"The portugese final -ão", vai basear na analogia toda a sua explicação do fenómeno.

No latim vulgar ibérico, as terminações -ŬNT e -IŬNT de P6 do presente do indicativo dos verbos da 3ª. e 4ª. conjugações foram geralmente substituídas por -*ENT (cf. Williams (1938), §§148.1c, 162.2-3 . Mas, segundo este autor, a forma VÁDŬNT teria sobrevivido, dando, por evolução fonética regular, o português vão — baseia esta sua presunção no facto de numa versão antiga (1385) da Regra de S. Bento ocorrer, a par de ham (< *HÁNT por HÁBENT) e som (< SŬNT). a forma vaano.

Então, o ditongo -ão, de vão, "a common and important form" (p. 204), ter-se-ia estendido analogicamente a outras formas verbais terminadas em -ã tônico na 3ª. pessoa do plural: o presente do indicativo de estar, dar e haver (está < STÁNT, dá < DÁNT, há < HÁNT); o futuro de todos os verbos; o presente do conjuntivo de ir (vá < vãa < VÁDANT). A forma som (< SŬNT), por sua vez, ter-se-ia tornado são por analogia com estão, mudança facilitada pelo facto de o primitivo campo semântico de ser ter sido parcialmente ocupado por estar.

Num segundo momento, o movimento analógico ter-se-ia propagado à flexão nominal, recebendo aí o impulso dos substantivos com -ão final, de -ĀNU, os quais teriam reforçado a tendência para estender o ditongo -ão às formas nominais com -ã (< ÁNE) e -õ (< ŌNE/ŬDĬNE) tônicos finais).

Finalmente, também as terminações nasais átonas teriam sido atingidas pela analogia: depois de uma fase de oscilação entre as realizações -ã e -õ, no imperfeito, condicional, mais-que-perfeito e pretérito perfeito, teria prevalecido a realização -ã, depois tornada -ão por analogia com a transformação já sofrida por -ã tônico: "the original confusion arose between the preterit and the plusperfect of ser (and ir), then spread to all verbs and to the imperfect and conditional, with the form in -am finally prevailing in all three tenses (...). While -om of the preterit was being replaced by -am, unstressed -am itself was changing to -ão by analogy with stressed -am. This took place first in the present indicative of verbs of the second and third conjugation (...). Finally, the process was completed when -am in the imperfect, condicional, preterit and plusperfect, became -ão by analogy with present." (p. 206).

Williams (1938), em Do latim ao português, §157, reforça com nova documentação a afirmação de que vão provém de VÁDŬNT[10], por constitu-

ir esta etimologia um pressuposto básico da sua argumentação. Vê na não uniformização das terminações nasais dos plurais nominais uma prova de que "o impulso analógico original não proveio [dos substantivos em -ão, de -ANU] ". E mantém, genericamente, o que havia proposto em 1933 e que volta a apresentar de forma mais abreviada. As seguintes palavras sugerem, no entanto, uma alteração pontual do que propusera antes: "pelo século XIV principia-se a encontrar -om acentuado em substantivos substituído por -am (...) e -am não acentuado em verbos e menos comumente -am acentuado em verbos substituídos por -om, e.g., morõ (...) e estom (...). Exemplos dessas grafias podem ser encontrados em quase todo documento do século XV. Como é verosímil que êsses finais já se tivessem fundido em data anterior, essas substituições gráficas provavelmente não reflectem modificações na pronúncia, mas antes acusam a confusão dos copistas no seu esfôrço de usar coerentemente três grafias familiares para representarem uma e mesma pronúncia". (§157.3).

A oscilação entre -õ e -ã na 3ª. pessoa do plural do imperfeito, condicional, mais que perfeito e pretérito perfeito que, em 1933, era considerada fonética, é agora interpretada como meramente gráfica?

G. Tilander (1959), em "porque -am, -om se tornaram -ão em Português?" propõe uma explicação baseada na analogia mas encontra nas formas nominais o ponto de partida para o processo evolutivo: a existência, desde época muito antiga (XII-XIII), de formas galego-portuguesas com -ão etimológico, de -ÃNU, para as quais existiam variantes em -ã, de origem galo-românica, na sua maioria, (escrivão-escrivã, ortolão - ortolã, etc.)[11], bem como o reduzido número de formas nominais com -ã etimológico, de -ÃNE, teria levado a que: 1º) se criasse para as formas com -ã etimológico, de -ÃNE, formas duplas em -ão; 2º) se substituísse a terminação -ã, sentida como estrangeira, pela terminação galego-portuguesa -ão.

Depois, a direcção tomada pelo movimento analógico seria a seguinte: 1º -ão estende-se às formas verbais com terminação -ã tónica; 2º por influência de dão, hão, vão e, sobretudo, de estão, sõ (< SUNT) torna-se são; 3º a terminação -o átona dos pretéritos perfeitos é também atingido pela analogia; 4º tendo -õ tónico evoluído para -ão no interior da flexão verbal, as formas nominais com a mesma terminação -õ sofrem idêntica transformação(12).

A tese de Leite de Vasconcelos tem em consideração, como vimos, os dados dialectais. A maior parte das hipóteses posteriormente formuladas, ignoram-nos. Convém, por isso, esclarecer se essas hipóteses, face aos dados dialectais, se revelam, ou não, explicativamente adequadas.

Os materiais que vamos apresentar, e adiante analisar, resultam de um levantamento feito a partir das seguintes obras de Leite de Vasconcelos: Esquisse d'une Dialectologia Portugaise; Opúsculos, II — Dialectologia (Parte I: "Dialecto Interamnense"); Opúsculos, VI — Dialectologia (Parte II: "Dialecto Transmontano", "Dialecto Beirão"); "Dialectos Alentejanos", em Revista Lusitana, II, pp. 15-45, e IV, pp. 13-77, 215-246; "Dialectos Algarvios", em Revista Lusitana, IV, pp. 324-338, e A Independência (Separata, 1886); "Dialectos Extremenhos" em Revista Lusitana, V, pp. 137-147 e Revista de Estudos Livres (Separata, 1885).

As informações de Leite de Vasconcelos serão completadas pelas de outros autores: Paiva Boléo e M. H. Santos Silva, "O mapa dos dialectos e falares de Portugal continental", Estudos de Linguística Portuguesa e Românica; M. J. Moura Santos, "Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes", R.P.F., XIII; C. de Azevedo Maia, "Os falares do Algarve (conservação e inovação)", R.P.F., XVII.(13)

Na apresentação dos dados, serão usados os seguintes sinais, relativos à proveniência dos mesmos:

—— em Leite de Vasconcelos, Esquisse e, simultaneamente, num dos outros trabalhos de Leite de Vasconcelos.

\ / em Leite de Vasconcelos, Esquisse.

| | em Paiva Boléo e M. H. Santos Silva.

/ / em C. de Azevedo Maia.

< > em M. J. Moura Santos.

|| || em Paiva Boléo e M. H. Santos Silva e, simultaneamente, em C. de Azevedo Maia.

Na ausência de qualquer sinal, a fonte é uma das obras de Leite de Vasconcelos acima enunciadas.

Outros sinais:

* —— coexistência numa determinada localidade de diferentes resultados para uma mesma terminação latina.

—— (...) outros étimos dos quais resulta idêntica terminação nasal no português antigo.

As formas dialectais não aparecerão transcritas em alfabeto fonético, porque: 1) a notação de Leite de Vasconcelos é ora gráfica, ora fonética e, como ele próprio afirma, "irregular"[14], o que torna, muitas vezes, impossível saber a que realização fonética corresponde exactamente um determinado símbolo; 2) pequenas diferenças de realização fonética são irrelevantes para o tipo de análise a que se irá proceder.

"Dialecto Interamnense" (Opúsculos, II)

TÓNICAS	ÁTONAS
-ÁNA > -ão (*Monção, *Baião, S. Lourenço de Sande, Porto, Barcelos, Guimarães, Ponte de Lima, Esposende) > -ã (*Melgaço, *Monção, *Baião) > -á (*Melgaço, *Monção)	
-ÁNU > -ão (Póvoa do Varzim, Baião) > -õu (S. Lourenço de Sande, Porto, Guimarães) > -ã (Melgaço) |-õ|	
-ÁNE > -ão (*Monção, *Baião) > -õu (*Monção, *Baião, Ponte de Lima, S. Jorge, S.Lourenço de Sande, Porto, Guimarães, Barcelos) > -ã (*Monção, *Melgaço) > -õ (*Monção, Parada do Monte, *Melgaço)	
-ÁNT > -ão (Baião) > -õu (Guimarães) > -ã (Parada do Monte, Melgaço)	-ANT > -ã (*Monção, Parada do Monte, Melgaço) > -ũ (*Guimarães, *Ponte de Lima, *Esposende) > -o/-u (*Monção, Baião, *Guimarães, *Ponte de Lima, *Esposende, Póvoa do Varzim) — V. NOTA I

-ŌNE > -ãõ (*Póvoa do Varzim) -UDĬNE > -õu (*Monção, Baião, Ponte de Lima, S. Lourenço de Sande, Porto, Guimarães, *Póvoa do Varzim, Barcelos) > -õ (*Monção, Parada do Monte, *Melgaço) > -ã (*Monção, *Melgaço)	
-ŭ́NT > -ãõ (Baião) > -õu (*Ponte de Lima, S. Jorge, Guimarães) > -õ (*Ponte de Lima, Parada do Monte, *Melgaço) > -ã (*Melgaço)	-ŬNT > -ũ (*Guimarães, Parada do Monte, Melgaço, *Barcelos, *Monção) > -ã (*Monção) > -o/u (*Monção, Baião, Ponte de Lima, Porto, *Guimarães, Póvoa do Varzim, *Barcelos) — V. NOTA I
-ŌNU > -ãõ (*Porto, *Baião) > -õu (*Porto, Guimarães, Ponte de Lima) > -õ (*Melgaço, *Baião) — V. NOTA II > -o (*Melgaço)	
-ĒNE (...) > -ẽi (Baião, S. Jorge, S. Lourenço de Sande, Guimarães) > -ẽ (Parada do Monte, Melgaço, Monção)	-ĬNE > -ẽi (*Guimarães, *Baião) > -ĩ (*Melgaço) > -e (Soajo, *Baião, *Guimarães, *Melgaço)
	-ENT > -ẽi (*Guimarães) > -ẽ (Parada do Monte, Melgaço) > -ĩ (*Guimarães, *Monção) >-[ə̃] (*Monção) > -e (*Guimarães, Barcelos) > -i (Póvoa do Varzim)

NOTA I: Cf.: Porto, p. 128: "Ao arcaico -om átono (mod. -ão corresponde geralmente -o (isto é, u abafado), por exemplo: fôro (...)"; Guimarães, p.191: "A -om arcaico átono corresponde aqui ou um (...), ou mais vulgarmente o (=u) desnasalado: (...) andaro', biero'(...). Também se diz ándum (por andão) (...) e abio'(aviam, de aviar), inxino (ensinam)."; Barcelos, p. 392: "A -om arcaico átono corresponde -um e -o'(=-u), como em Guimarães (...): fôro' a par de fôrum; binhero' . "Para as outras localidades, Leite de Vasconcelos não especifica qual o valor da grafia o.

NOTA II: Em Baião, "bõ torna-se bu em tão bu día" (p. 375)

"Dialecto Transmontano" (Opúsculos, VI)

TÔNICAS	ÁTONAS
-ÁNA > -ãõ (Chaves, Campo de Víboras, Carvalhais) – cf. Moura Santos, 144-145 > -ãi (Alvações do Corgo) – cf. Moura Santos, 145 > -ã (Vila Real) ><-á> – cf. Moura Santos, 145	
-ÁNU > -ãõ (Guiães, Barqueiros)	-ĂNU > <-u> – cf. Moura Santos, 187 e Esquisse, §56-j
-ÁNE > -ãõ (Guiães) > -ẽu (Fornos) > -ã (Campo de Víboras)	
-ÁNT > -ãõ (*Zeibe, Favaios, Tralhariz, Paredes, Santa Comba) > -ãi (*Zeibe, *Soutelo) > -ẽi (Espinhoso, *Soutelo) > -ã (Montezinho)	-ANT > -ãõ (Moimenta, *Montezinho, Vale de Nogueira, Argana, Carvalhais, Vila Real, Parada de Infanções) > -ãi (*Régua) > -ẽi (*Zeibe, Espinhoso, *Montezinho, Soutelo, *Vargem) > -ei (*Zeibe) > -ã (Lombada, Freixo de Espada à Cinta, Campo de Víboras) – cf. Moura Santos, 187 > -õ (Vilar Seco da Lomba, Salselas, *Régua) > -ĩ (*Zeibe, *Vargem) > -o (Telões)

-ŌNE -ŬDĬNE > -ãõ (Parada de Infanções, Favaios, Mogadouro, Guiães, Barqueiros) ><-õu> — V. NOTA I > -ẽu (Fornos > -õ (Argozelos) — cf. Moura Santos, 187	
-ŬNT > -ãõ (Chaves, *Montezinho, Vargem, Deilão, Vale de Nogueira, Torre de D. Chama) > -õ (*Montezinho, Lombada)	-ŬNT > -ãõ (Campo de Víboras, *Tralhariz, Moncorvo, Alvações do Corgo, Avelanoso, Argozelo, Vimioso, *Mesão Frio, *Moimenta, *Lombada, Bragança, Quintanilha, Vale de Nogueira, Parâmio, Mirandela, Santulhão, Mogadouro, Guiães, Stª. Marta de Penaguião, Barqueiros, Parada de Infanções, Chaves) > -õ (*Moncorvo, *Mesão Frio, *Moimenta, *Paredes, Santa Comba, Torre de D. Chama, Salselas) — cf. Moura Santos, 187 > -ũ (Castro de Avelãs, *Zeibe, Carragosa, *Espinhoso, *Moimenta, Montezinho, *Soutelo, *Vargem, *Lombada, Laviados, *Paredes, Deilão, Portelo, Vale de Frades) — cf. Moura Santos, 187 > -o (*Zeibe, *Tralhariz, *Moimenta) — V. NOTA II > -u (*Espinhoso, *Moimenta, *Soutelo, *Vargem) >\-ĩ / — cf. Esquisse, §74-f
-ŌNU > -õu (Vila Real) > -õ (Parada de Infanções, *Mesão Frio, Moimenta) > -o (*Mesão Frio) — V. NOTA III	

-ÉNE (...) > -ẽi (*Zeibe, *Soutelo, *Lombada, Laviados, Portelo, Telões, Castorigo, *Montezinho) > -ãi (Chaves, Castro de Alãs, *Zeibe, Favaios, Tralhariz, Alvações do Corgo, Bragada, Argozelo, Mesão Frio, Rio Frio, *Deilão, Santa Comba, Mirandela, Torre de D. Chama, Salselas, Avelanoso, Vila Pequena, Vila Verde de Chaves, Vila Real, Guiães, Torre de Pinhão, Sta. Marta de Penaguião, Barqueiros, Régua, Sedielos) > -ei (*Montezinho) > -ẽ (*Zeibe, Espinhoso, Moimenta, *Soutelo, *Lombada, *Deilão, Portelo) — cf. Moura Santos, 186	-ĬNE > -ẽ (*Mesão Frio) > -ĩ (*Mesão Frio) > -e (Chaves, *Mesão Frio, Vilar Seco da Lomba, Telões) — cf. Moura Santos, 187
	-ENT > -ẽi (*Chaves, *Tralhariz, *Alvações do Corgo, Soutelo) > -ãi (*Tralhariz, *Alvações do Corgo, Avelanoso, Carragosa, Carção, *Mesão Frio, *Lombada, Rio Frio, Vale de Nogueira, Mirandela, Régua) > -ei (*Zeibe) > -ẽ (*Argozelo, Salselas, Campo de Víboras, Avelanoso, Freixo de Espada à Cinta) — cf. Moura Santos, 187 > -ĩ (*Zeibe, *Chaves, Argozelo, Vilar Seco da Lomba, Montezinho, Vargem, *Lombada, Quintanilha, Deilão, Argana) — cf. Moura Santos, 187 > -e (*Mesão Frio) > -i (*Argozelo)

NOTA I: "O ditongo [õu̯] ocorre em mirandês a corresponder à terminação -ão portuguesa proveniente de -ONE- UDINE: ladrõu̯, 'ladrão', sərtidõu̯ 'certidão', multidõu̯ 'multidão' (M. J. Moura Santos, p. 191).

NOTA II: Será =u? (cf. "Dialecto Interamnense", NOTA I); mas, em Moimenta, Leite de Vasconcelos regista tibẽnu "tiveram" e binhẽno "vieram".

NOTA III: "em bô, ao lado de bom, bua (masc.) e no fem. bõa, bona, bua" (p. 107).

"Dialecto Beirão" (Opúsculos, VI)

TÓNICAS	ÁTONAS
-ÁNA > -ão (Monte Novo, Cinfães, Figueira de Castelo Rodrigo) > -ãi (Froles, Carvalhal, Sátão) > -ã (Tabuaço, Mondim, Arouca, Lírio, Ribeira de Gonjoim, Penalva do Castelo, Castendo, Vilar Seco, Famalicão da Serra)	
-ÁNU > -ão (*Arouca, Lírio, *Cinfães, Penajóia, Travanca, Figueira de Castelo Rodrigo) > -õu (*Cinfães, *Arouca) > -õ (*Cinfães, Miomães)	
-ÁNE > -ão (*Cinfães, *Arouca, Travanca) > -õu (*Cinfães, *Arouca, *S. Martinho de Mouros) > -õ (*Cinfães, Miomães, *S. Martinho de Mouros)	

-ÁNT > -ão (Ribeira do Gonjoim, Alpedrinha)	-ANT > -ão (Reigada, Condeixa-a-Velha, Barrô, Penso, Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo, Moreira de Rei, Figueiró da Granja, Lajeosa, Seia, Alpedrinha) > -ãi (Viseu) > -õ (Ançã, Pincho, Fonte Arcada) > -ĩ (Tábua) > -o/-u (Cinfães) — V. NOTA
-ŌNE -ŬDĬNE > -ão (Fornos de Algodres, Vila da Feira, Semelião) > -õu (*Cinfães, *S. Martinho de Mouros) > -õ (*Cinfães, Miomães, *S. Martinho de Mouros)	
-ŬNT > -ão (Ribeira do Gonjoim)	-ŬNT > -ão (Mata, Tabuaço, Reigada, *Vila Verde, Alegrete, Penedono, Penso, Figueira de Castelo Rodrigo, Moreira de Rei, Lajeosa, Famalicão da Serra, Souto, Fundão) > -õ (Ançã, *Vila Verde, Miomães, Fonte Arcada) > -ũ (Albergaria-a-Velha) > -ĩ (Tábua, Covilhã, Proença-a-Nova) > -o/-u (Cinfães, Espinho) — — V. NOTA
-ŌNU > -ão (*Arouca) > -õu (Cinfães, *Arouca) > -õ (Tabuaço, Nagosa, Penalva do Castelo)	

-ĒNE (...) > -ẽi (Arouca, *Barrô) > -ãi (Lorvão, Reigada, Anadia, Lírio, Pincho, Montemor-o-Velho, Coimbra, S.Martinho do Bispo, Taveiro, Soure, *Barrô, Resende, S.Martinho de Mouros, Penajóia, Lamego, Ribeira do Gonjoim, Ucanha, Granjal, Cobertinha, Viseu, Vilar Seco, Chãs de Tavares, Quinta da Ponte, Travanca, Meda, Aguiar da Beira, Frechão, Moreira de Rei, Malhada Sorda, Prados, Melo, Paçoinhos, Famalicão da Serra, Alpedrinha, Idanha-a-Nova) > -ẽ (Alegrete)	-ĭNE > -ẽi (Vila Verde, Ucanha, Cobertinha, Vilar Seco) > -ãi (Lorvão, Lírio, Montemor-o-Velho, Coimbra, Resende, Ribeira do Gonjoim, Chãs de Tavares, Quinta da Ponte, Malhada Sorda, Paçoinhos, Famalicão da Serra) > -ĩ (Vila de Rei) > -e (Tabuaço, Cinfães, Pincho)
	-ENT > -ẽi (Vila Verde, Ucanha, Cobertinha, Algodres, Almeida, Lajeosa, Vilar Seco, Seia) > -ãi (Montemor-o-Velho, Coimbra, Quinta da Ponte, Frechão, Figueiró da Granja, Folgosinho, Mizarela, Famalicão da Serra, Alpedrinha) > -ẽ (Fonte Arcada) > -ĩ (*Pincho, Vila de Rei) > -i (*Pincho, Souto)

NOTA: Cf. Cinfães: "Não há geralmente vogais nem ditongos nasais átonos finais (...) Ex.: fôro (foram), biéro (vieram), fugiro (fugiram), ando (andam) (...)" (p. 281); "A terminação verbal -am átona aparece desnasalada e transformada em -o (-u): saío (= saiam), fôro, incontrábo, andáro (...)".(p.321); e Espinho:"A terminação nasal átona (gráf. -am dos perfeitos corresponde uma vogal -u (-o) não nasal: fazéro, biéro, andáro (...)." (p. 291).

"Dialectos Alentejanos" (Revista Lusitana, II e IV)

TÓNICAS	ÁTONAS
-ÁNA > ‖-ão‖ — cf. Paiva Boléo e Santos Silva, p.337; C. de Azevedo Maia, p. 14: nota 4	
-ÁNU > -ão (Avis)	
-ÁNT > -ão (*Alandroal) > -õ (*Alandroal)	-ANT > -õ (Alandroal, Évora) > -ĩ (Avis)
-ÓNE > -ão (Avis)	
-ŭ́NT > -ão (Alandroal, Beja)	-ŬNT > -õ (*Avis, Alandroal, Terena, Montes-Juntos, Beja) > -ũ (*Avis) > -ĩ (*Avis) >|-u|
-ÉNE (...)> -ẽi (Castelo de Vide, *Alandroal, *Avis, *Terena, *Évora, Beja) > -ẽ (*Alandroal, *Avis, *Évora, *Terena) — — V. NOTA	-ĭNE > -ẽ (Beja)
	-ENT > -ẽ (Alandroal, Évora, Beja) > -ĩ (Avis)

NOTA: "Dans le Baixo-Alentejo et dans l'Algarve, on dit -ẽi en syllabe découverte, et -ẽ en syllabe couverte, par ex.: bẽi, bẽ bom" (Esquisse, §44n).

"Dialectos Extremenhos" (Rev. Lus., IV; Sep. d'A Independência)

TÓNICAS	ÁTONAS
- ÁNT > -ãõ (Peral)	-ANT > -ãõ (*Peral) — V. NOTA I >-\õ/ — cf. §74-f > -ũ (*Peral) > -u (*Peral)
-ÓNE > -ãõ (Peral)	
-ŬNT > -ãõ (Peral)	-ŬNT > -ãõ (*Peral) — V. NOTA I > -õ (*Peral) > -ũ (*Peral) > -o (Benfica) > -u (*Peral) > — (*Peral)
-ÉNE (...) > -ãi (Peral)? — V. NOTA II	-ĬNE > -ĩ (Benfica, Peral)
	-ENT > -ĩ (Benfica, Peral)

NOTA I: "Na lingoagem popular ha sempre fluctuações; por isso ao mesmo tempo que no Peral se ouve stivérõm ou stivèrôm (cfr. o alentejano; Subdialecto, pg. 16), ouve-se tambem dêro (dêru) que rima com quêro numa canção (o que acontece no Minho), e ainda apanhárão, e fôrum (como tambem no Minho). Egualmente se ouve no Peral vocês andum, lávrum (ao lado de andão, lavrão), mas o um é attenuado, de modo que facilmente se passa para u (o). — Eis outros ex. colhidos em flagrante: dixérum (por disserão), vinho' todos (por vinhão todos), vieru' (por vierão), for'-se (= foru-se por forão-se), ândum a cavar e andu'a cavar, io'-me (= iao-me)." (p. 15).

NOTA II: "A fórma de quem antes de outra palavra é quim, em virtude do que se disse em Phonetica; mas tambem se diz qãi." (p. 14).

"Dialectos Algarvios" (Rev. Lus., IV; Sep. da Rev. de Est. Livres)

TÓNICAS	ÁTONAS
-ÁNA > ‖-ão‖ — V. NOTA I > -ã (Lagoa)	
-ÁNU > -ãu (Lagoa)	
-ÁNE > /-õu/ (/Patacão/, /Bordeira/)	
-ÁNT > \-ão/ — cf. Esquisse, §74-f	-ANT > /-ãi/ (/Alvor/) > -ã (Lagoa) > -õ (Cabanas) > /-u/ (/Odeleite/, /Alcoutim/, /Marmelete/)
-ÓNE > /-õu/ (/Patacão/, /Bordeira/) > /-õ/ (/Patacão/, /Bordeira/)	
-ǴNT > \-ão/ — cf. Esquisse, §74-f	-ǓNT > /-ão/ — cf. Azevedo Maia, p.59 > /-ãi/ (/Alvor/) > -õ (Cabanas) > -u (/Alte/, /Alcoutim/, /Bordeira/, /Marmelete/, /Odeleite/, "etc.")

-ÉNE (...) > -ẽi (Cabanas) > -ẽ (*Cabanas, /*Marmelete/, /*Vila do Bispo/, /*Bordeira/, /*Odeceixe/, /Alvor/) – V. NOTA II >/-ẽa/ (/Cachopo/, /Vila do Bispo/) >/-ã/ (/*Bordeira/, /Lagos/, /*Odeceixe/, /Marmelete/)	-ĬNE > -ẽ (Cabanas) > -e (Cabanas) > /-a/ – V. NOTA III
	-ENT > -ẽ (Cabanas, Lagoa) > /-a/ (/Marmelete/)

NOTA I: Cf. Clarinda de Azevedo Maia, p. 34 e pp. 14-16 (v. nota 4 e Mapa nº 4).

NOTA II: "Conforme fica descoberto ou coberto por outra palavra: trẽi, nenguẽi, ventẽi, tẽs (tens), vẽs (vens), ẽ tu vindo." (Rev. Lus., p. 327).

NOTA III: "sensivelmente em toda a província" (p. 33).

À excepção de Nobiling (1903) e E. Bourciez (1930) — cf. nota (9) — nenhum dos autores cujas hipóteses expusemos se referiu à ditongação de -ẽ tónico final.

Os dados dialectais vêm mostrar-nos que, no "dialecto interamnense", exactamente nas mesmas localidades em que se mantêm -ṍ ou -ã́ tónicos finais, -ẽ́ tónico final não se ditonga. Assim temos -ẽ como resultado de -ÉNE em Parada do Monte, onde -ÁNE > -ṍ, -ÁNT > -ã́, -ÓNE/-ŬDĬNE > -ṍ/-ã́, -ŬNT > -ṍ; em Melgaço, onde -ÁNE > -ã́/-ṍ, -ÁNT > -ã́, -ÓNE/-ŬDĬNE > -ṍ/-ã́, -ŬNT > -ṍ, -õ (e mesmo -ÁNU > -ã́); em Monção, onde -ÁNE > -ã́o/-ṍu/-ã́/-ṍ, -ÓNE/-ŬDĬNE > -ṍu/-ṍ/-ã́; por outro lado, todos os lugares onde -ẽ́ se ditongou em -ẽ́i, apresentam também, e exclusivamente, ditongos como resultado de -ã́ e -ṍ tónicos (não provenientes de -ÁNA, -ÓNU). Uma tal regularidade de resultados só pode significar que as ditongações de -ã́ e -ṍ tónicos finais, bem como a ditongação de -ẽ́ tónico final, são manifestações diversas de um mesmo fenómeno.

Sendo assim, só se revelará adequada à realidade linguística uma hipótese que possa explicar conjuntamente a ditongação das vogais nasais tónicas finais -ã́, -ṍ, -ẽ́.

Por outro lado, uma hipótese adequada aos dados linguísticos, tal como eles nos aparecem a nível dialectal, deverá poder explicar não só a ditongação de -ṍ e -ã́ em -ã́o, mas também a ditongação destas mesmas vogais em -ṍu (cf. "dialecto interamnense", "dialecto transmontano", "dialecto beirão" e "dialectos algarvios"), em -ã́i (cf. "dialecto transmontano", "dialecto beirão" e "dialectos algarvios") ou em -ẽ́u (cf. "dialecto transmontano" — Fornos).

Nenhuma das hipóteses "analógicas", de Williams (1933, 1938) e Tilander (1959) fornece alguma explicação para os factos acima mencionados.

No que respeita ao ditongo -ǫ́u, poderia pensar-se ser o resultado de -ą́o, com assimilação da vogal pela semivogal. Algumas evidências, no entanto, tornam improvável que assim tenha acontecido, e dão razão a Leite de Vasconcelos (1911) quando afirmou que o ditongo -ǫ́u resulta directamente do antigo -ǫ́:

a) Há dialectos em que -ǫ́u existe como resultado de -ǪNU ou -ǪNE/ /-ǪDǏNE, mas nunca como resultado de -ĄNA, -ĄNU ou -ĄNE, aos quais corresponde -ąo (cf. "dialecto transmontano"). Se -ǫ́u resultasse de um processo de assimilação a partir de -ą́o, seria inexplicável que, sistematicamente, essa assimilação só tivesse atingido o ditongo -ą̋o quando ele resulta de -ǪNU ou -ǪNE/-ǪDǏNE latinos.

b) Em outros dialectos -ǫ́u aparece como resultado não só de -ǪNU, -ǪNE/-ǪDǏNE, mas também de -ĄNU, -ĄNE, -ĄNT. Na Esquisse, §45-c, diz Leite de Vasconcelos:

"L'arch. om < l. -ONE, mod. ão, est devenu -ǫ̃u dans le Baixo-Minho, dans le Baixo-Douro et dans la partie de la Beira située en face de cette dernière région: melǫ̃u "melão", carbǫ̃u "carvão". Ce phenomène, dans sa forme la plus archaïque, a déjà été observé par les anciens grammairiens (§23, etc.). La diphtongue -ão de la langue littéraire a été souvent, par analogie, dans le Minho, remplacée par -ǫ̃u, même dans les mots où elle ne lui correspond pas etymologiquement: cǫ̃u "cão" < l. CANE-, pǫ̃u (quelque part põune) "pão" < l. PANE-. On dit de même dans le Baixo-Minho: cǫ̃u = l. CUM, bǫ̃u = arc. bǫ̃o < l. BONU-."

Nos Opúsculos, fará afirmações que vão no mesmo sentido, ou seja, que -ǫ́u é o resultado regular de -ǫ́, sendo analógico e assistemático nos casos em que corresponde ao antigo -ą́. Assim, por exemplo, em Cinfães (Beira):

"(...) Diz-se igualmente em Cinfães: póum, Juóum, móum e sóum. Segundo se vê, há aqui uma tendência a regularizar as terminações, pois que estas palavras derivam do latim PANEM, IOANEM, MANUM e SANUM, que deviam terminar respectivamente em -am e -ão, como de facto acontece noutras localidades. Note-se porém a forma cão (lat. CANEM), que existe em Cinfães."(15) (Opúsculos, VI, p. 281);

ou em Ponte de Lima (Minho):

"Aquela terminação não é corrupção de -ão, mas geralmente desenvolvimento fonético da arcaica -om (lat. -ONEM); em, alguns casos, todavia, como póum (lat. PANEM), resulta de analogia ou confusão, como aconteceu com os plurais em -ões, que às vezes substituem plurais em -ães, outras em -ãos." (Opúsculos, II, p. 60).

A crer nas palavras de Leite de Vasconcelos, a situação descrita em a), e conservada por alguns dialectos, corresponderá a um estado de língua mais antigo em que a analogia não tinha perturbado a sistematicidade da relação biunívoca entre -ǫ́u e -ǫ́.

Os dados dialectais falam a favor desta interpretação quando numa mesma localidade os ditongos resultantes do antigo -ą́ apresentam quer a realização -ą́o, quer a realização -ǫ́u, enquanto o ditongo resultante do antigo -ǫ́ é, sistematicamente, -ǫ́u: veja-se, nos "dialectos interamnenses", Monção; nos "dialectos beirões", Cinfães.

Acrescente-se apenas uma observação relativamente às palavras de Leite de Vasconcelos: o ditongo -ǫ́u, para uma base etimológica -ÁNE ou -ĀNU, também pode resultar de ditongação de -ǫ́, já que alguns dialectos apresentam esta vogal, -ǫ́, como resultado de -ÁNE ou -ĀNU: Monção, Parada do Monte e Melgaço ("dialecto interamnense"); Cinfães, Miomães e S. Martinho de Mouro ("dialecto beirão"). Ou seja, a analogia pode ter operado em época an-

terior ao aparecimento dos ditongos nasais (não desenvolverei aqui esta assunto, mas cf. nota (20)).

c) Dada a tendência, muito generalizada, para que o ditongo oral [õω] se dissimile em [ãω] (o que de acordo com Leite de Vasconcelos, Esquisse, §56-e se verifica no Norte de Trás-os-Montes, em Entre-Douro-e-Minho e talvez numa parte da Beira) seria muito improvável que [ɐ̃ω], ou [ɐ̃ω], se assimilasse em [õ̃ω][16]. (Cf. Lindley Cintra, "Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico", pp. 42-43).

Em síntese, vimos que: 1. as hipóteses "analógicas" não podem explicar nem a ditongação de -ẽ tónico final, nem os ditongos -õu, -ãi e -ẽu, saídos de -õ ou -ã finais; 2. quer a ditongação de -ẽ, quer as ditongações de -õ e -ã, incluindo os diversos resultados das mesmas, são diferentes manifestações de uma mesma tendência evolutiva. Logo, as hipóteses "analógicas" de Williams e Tilander, são, do ponto de vista da adequação explicativa, hipóteses fracas, por não poderem explicar senão uma parte limitada dos factos linguísticos.

As hipóteses "fonéticas" de Nobiling (1903), Leite de Vasconcelos (1911), J.Bourciez (1949)e J. Inês Louro (1952) explicam a ditongação com base em características fonéticas ou fonológicas da vogal nasal tónica final; e são omissas no que respeita às vogais nasais átonas finais. Ou seja, ligam a ditongação à tonicidade final, mostrando que, no âmbito das suas hipóteses explicativas, não cabem os ditongos surgidos de vogais nasais finais não acentuadas.

No português padrão, as antigas terminações -ã, -õ e -ẽ, quer tónicas, quer átonas, transformaram-se em ditongos — exceptuando as que provêm de -ÁNA e -ŎNU e ainda a prep. com < CŬM e a forma proclítica dom < DŎMĬNU. Mas observemos o que se passa nos dialectos portugueses.

De acordo com os dados de que dispomos, os dialectos "interamnenses", "alentejanos", "extremenhos" (e mesmo os "algarvios") mostram-nos comportamentos claramente diferenciados das vogais nasais finais conforme são tónicas ou átonas: as primeiras, geralmente, ditongaram-se (exceptuando alguns lugares onde se mantêm as antigas terminações -ã, -õ, -ẽ, sobretudo na região interamnense); as segundas, em geral, conservaram-se, podendo ter-se elevado e/ou desnasalizado (cf. "vogais átonas pretónicas", §1.3) — em Guimarães e Baião (Minho), aparece o ditongo -ẽi átono, mas nas mesmas localidades registam-se também as realizações -e e -ĩ.

A situação dos dialectos "transmontanos" e "beirões" é menos clara: as nasais átonas finais aparecem frequentemente ditongadas, mas ao lado destes ditongos átonos aparece uma grande diversidade de outras realizações fonéticas possíveis, com a vogal final conservada. E para -ANU átono, do qual saiu -ão por evolução fonética regular, os "dialectos transmontanos" apresentam uma realização -u, o que evidencia a relação privilegiada que existe entre atonicidade e ausência de ditongo, em posição final (cf. Esquisse, §56-j, Williams (1938), §78-3C, J. J. Nunes (1919), p. 113 e Rübecamp (1933), p. 49).

Como os dados de que dispomos para cada localidade são fragmentários e assistemáticos não podemos definir muito claramente que tipos de situação linguística se desenham nestas regiões (transmontana e beirã). Mas podemos afirmar que, de acordo com os dados de que dispomos, em nenhuma localidade se ditongam sistematicamente todas as vogais átonas sem que se ditingam as tónicas, ou seja, nunca ocorre a situação inversa da que podemos encontrar em outros dialectos: ditongação sistemática das tónicas, para todos os casos registados por Leite de Vasconcelos, a par da conservação das átonas (coexistindo eventualmente com ditongos átonos) — veja-se, por exemplo, Avis (Alentejo), Baião, Guimarães, Barcelos e Póvoa do Varzim (Minho),

Peral (Estremadura).

Assim, os dados dialectais parecem confirmar que existe uma interdependência entre a ditongação e a acentuação.

Se tivermos em conta que, em alguns dialectos portugueses, também as vogais orais tónicas finais se ditongam, ficaremos mais seguros dessa interdependência. Clarinda de Azevedo Maia, em "Os falares do Algarve..." regista casos de ditongação de [ɛ́], [é] e [ɔ́]tónicos finais:

"Ocorre a ditongação de /ę/ quando esta vogal está em final de palavra seguida de pausa, sobretudo em final de frase. Nesta posição, a vogal tónica é realizada com maior duração, o que leva à formação de um ditongo mais ou menos perfeito: ęi̯ 'é', pęi̯ 'pé', balãsęi̯ 'balancé', atęi̯ 'até', loulęi̯ 'Loulé', bǫnęi̯ 'boné', põtapęi̯ 'pontapé', pręi̯ 'pré'." (p. 17).

"[quanto a /ẹ/] (...) à semelhança do que já ficou dito para /ę/ (...), desenvolve-se, por vezes, a semivogal [i̯], formando-se, portanto, o ditongo [ẹi̯]: vẹi̯ 'vê' (Alt. Bord.), purKẹi̯ 'porquê' (Alt.)." (p. 18).

"Quando a mesma vogal [/ǫ/] está em final de palavra seguida de pausa, desenvolve, por vezes, na metade oriental, um elemento semivocálico velar: dǫu̯ 'dó', (Olh.), pǫu̯ 'pó' (Odel.), nǫu̯ 'nó' (Alc.), avǫu̯ 'avó'(Alc.), tẹrǫu̯ 'teiró', parte do arado (Bord.)." (p. 21).

E Leite de Vasconcelos encontra, nos dialectos "beirões" (Opúsculos, VI), idêntica ditongação de [ɛ́], em Mira (p. 319), Castendo (p. 350), Belmonte (p. 140) e Alpedrinha (p. 415). (Cf. ainda M. J. Moura Santos, R.P.F. XIII, pp. 152 e 165).

Se em grande parte do território português as vogais nasais átonas finais se conservam, enquanto as tónicas se ditongam, isso só pode significar que esta mudança fonética, na origem, só atinge as vogais tónicas, por só estas apresentarem condições para a ditongação.

Assim, Leite de Vasconcelos (1911), J. Bourciez (1949) e José Inês Louro (1952), formularam adequadamente as suas hipóteses quando restringiram o âmbito delas à ditongação das vogais nasais tónicas finais.

Se algum papel há que atribuir à analogia será seguramente o de ter feito com que os ditongos se propagassem às terminações átonas.

Resta-nos perguntar: haverá que admitir, com Leite de Vasconcelos, José Inês Louro e Nobiling (?) uma etapa de V tónica + V paragógica, prévia ao aparecimento do ditongo (que assim resultaria de uma semivocalização e não duma ditongação propriamente dita)? ou será a hipótese da ditongação espontânea, formulada por J. Bourciez, a que pode explicar de forma mais adequada a mudança linguística em análise?

A tese de Bourciez apoia-se em princípios desde há muito estabelecidos pela Fonética Geral: cf. P. Fouché em "Diphtongaison et phenomènes relatifs à la diphtongaison": "... Il y a donc une diphtongaison dépendante et une diphtongaison indépendante des phonèmes voisins." (p. 17) / " La diphtongaison [spontanée] n'est que la conséquence du relâchement articulatoire qui se manifeste dans le cours de la tenue d'une voyelle." (p. 20) / / "Nous avons vu qu'à l'origine, et avant toute modification de timbre, la voyelle qui se diphtongue spontanément est scindée en deux segments (...) / /"Les voyelles exigeant pour leurs articulation un temps minimum qui varie avec chacune d'elles, il faut que la durée de chaque segment égale au moins ce minimum. Si le segment final n'a pas cette durée, un timbre distinct de celui du segment initial ne peut s'établir et vice-verse." (pp. 28-29).

"Pour en revenir à la diphtongaison spontanée, ajoutons que là aussi l'accent joue son rôle. Mais à la différence de ce qui a lieu pour la diphtongaison conditionnée, ce rôle semble être nécessaire. Ne se diphtonguent spontanément, en effet que les longues accentuées; ce qui revient à

dire qu'en dehors de l'accent les longues n'ont pas la durée suffisante pour permettre à la diphtongaison spontanée d'avoir lieu." (p. 31). Cf. ainda J. Bourciez, em "Note sur quelques faits de la diphtongaison portugaise: "C'est ici le lieu de rappeler qu'en roman les monosyllabes accentués étaient plus longs que les syllabes toniques des polysyllabes et que, malgré l'entrave, l'e de rem ou de mel a pu se diphtonguer en français. Il semble bien que, dans une langue normalement paroxytone telle que le portugais, les syllabes accentuées des oxytons soient légèrement plus longues que celles des paroxytons. La syllabe étant plus longue, sa voyelle et émise avec une certaine lenteur qui facilite la diphtongaison." (p. 400).

A tese de Leite de Vasconcelos tem implicações mais amplas a nível fonológico. Na verdade, o suposto acrescentamento de vogal paragógica em palavras oxítonas pode interpretar-se como resultado de uma tendência para generalizar a acentuação na penúltima sílaba da palavra, reduzindo os casos, "excepcionais", em que o acento recai sobre a última sílaba.(17)

Mas esta vogal ter-se-ia depois semivocalizado, reconduzindo-se, assim, a palavra ao oxitonismo? — Note-se que a nível dialectal, uma vogal paragógica surge não só a seguir a uma vogal tónica mas também depois de um ditongo tónico: por exemplo, em Guimarães (Minho), "céue", "chapéue", "eue", "degraue", "lãõe","coraçõũe", "limõũe", "salbaçõũe", "bẽie" (Opúsculos, II, p. 208); em Carvalhais (Trás-os-Montes), "tiŭe", "riŭe", "biŭe", "partiŭe", "paŭe", "böŭe", "andöŭe" (Opúsculos, VI, p. 190); ou em Travanca (Beira), "pãũe", "mãũe" (Opúsculos, VI, p. 361).

E nos dialectos "alentejanos" acontece até que um ditongo se torna bissilábico, transformando-se o ditongo num hiato em que a antiga semivogal passa a ter realização idêntica à de uma vogal paragógica: "Rigorosamente o i̯, quando se conserva não se une à vogal antecedente para constitu-

ir ditongo, mas constitue syllaba, ou isolado, ou unido ao phonema seguinte: andê-i ..." (Avis, R.L., IV, p.219). "Dá-se paragoge de i em rê-i, Jzé-i (=José), vê-i: - Propriamente como se vê, o i não forma ditongo com a vogal antecedente, mas constitue por si uma syllaba Também se ouve: dé-ix (dez), ré-ix (réis). (Vila Viçosa, R.L., IV, pp. 238-239).(Cf. ainda Alandroal, R.L., IV, p.24).

Verifica-se, portanto, nos dialectos"alentejanos", um processo evolutivo inverso do suposto por Leite de Vasconcelos.

Em relação aos dialectos"algarvios", Clarinda de Azevedo Maia, "Os falares do Algarve..." faz notar que: " (...) desenvolve-se, por vezes, a semivogal [i̯] formando-se, portanto o ditongo [ẹi̯] : vẹi̯ 'vê'(...), purkệi̯ 'porquê' (...) / Outras vezes, a mesma vogal desenvolve um outro elemento vocálico : vọsəməsệ^{a} (...) vọsẹ^{a} (...), purkẹ^{a} (...) / Em toda a província a vogal da sílaba tónica tem uma duração maior que no português normal. Quando a vogal tónica está no final de palavra e seguida de pausa, essa duração é mais acentuada, chegando mesmo à ditongação." (p. 18).

Ou seja, a ditongação e a paragoge surgem aqui como evoluções alternativas, já que a paragoge anula a condição que propicia a ditongação: a maior duração de uma vogal tónica final[18]. Sem dúvida, ambas são evoluções dependentes da tonicidade da vogal final; o que os dados dialectais não sugerem é que paragoge e formação de ditongos sejam duas etapas de um mesmo processo evolutivo.

2. O Testamento

No que respeita às vogais nasais em posição final, as grafias que ocorrem no Testamento (quer no Ms. de Toledo, quer no Ms. da Torre do Tombo) não fornecem qualquer indício de que as mesmas vogais já se ditongassem.

Assim, registam-se as seguintes representações gráficas (não abreviadas), para as terminações nasais:

I. TÓNICAS

a) *-an*, em: *an* (< HÁNT) — A, 1.19; A', 1.19.

b) *-en*, em: *den* (< DĒNT) — A, 11.10, 13, 14 15(2x), 20, 24(2x); A', idem.

sten (< STĒNT) — A, 1.2; A', 1.2.

ten (< TĔ́NET) — A, 11.7, 25; A', idem.

q(ue)n (< QUĔ́M) — A, 1.17; A', 1.17.

c) *-on*, em: *baron* (< BARṒNE, do germ. *BARO) — A', 1.3.

-õ, em: *barõ* (< BARŌNE, do germ. *BARO) — A, 1.3.

d) *-ũ*, em: *sũ* (< SŬ́NT) — A, 11.5, 9; A', idem.

II. ÁTONAS

a) *-an* em: *aian* (< HÁBĔBANT) — A', 11.9, 17(3x).

darian (< DONĀRE (HAB)ÉBANT) — A', 1.25.

departan (< deriv. de PĀRTĔ́ANT) — A', 11.7(2x), 21 (2x).

departans' (< deriv. de PĀRTĔ́ANT SE) — A', 1.19.

facan (< FĀCĔ́ANT) — A', 11.9(2x), 10, 12(3x), 13.

San (< SANCTU) – A', 1.11(2x).

seian (< SĒDĔANT) – A', 1.16

tenian (< TĒNĔANT) – A', 1.17(2x).

-*ã*, em: *agiã* (< HĂBĔANT) – A, 11.9, 17(3x).

dariã (< DONĀRE (HAB)ĒBANT) – A, 11.9, 17(3x).

departiã (< deriv de PĂRTĔANT) – A, 11.7(2x), 21(2x).

departiãse (< deriv de PĂRTĔANT SE) – A, 1.9.

segiã (< SĒDĔANT) – A, 11.5, 16.

teniã (< TĒNĔANT) – A, 1.17(2x).

-*am*, em: *fazam* (< FĂCĔANT) – A, 11.9(2x), 10, 12(3x), 13.

seiam (< SĒDĔANT) – A', 1.5.

b) -*en*, em: *demãden* (< DĒMANDENT) –A, 1.22; A', 1.22.

fazen (< FĂCENT) – A', 1.13.

mãdaren (< MANDĂRĬNT) – A', 1.19.

oren (< ŌRENT) – A', 1.12.

ouueren (< *HABŬĔ́RĬNT) – A', 1.17.

pod(er)en (< *POTŬĔ́RĬNT) – A', 11.18, 19, 22.

q(ui)s(er)en (< *QUAESĬĔ́RĬNT) – A', 11.18, 19, 22.

sen (< SĪNE) – A, 11.20(2x), 22(2x); A', idem.

solten (< *SŌL(Ŭ)TENT) – A, 1.8; A', 1.8.

teen (< TĔ́NENT) – A, 1.24; A', 1.24(2x).

teiueren (< *TENŬIĔ́RĬNT) – A', 11. 22, 24.

uiren (< UĪDĔRĬNT) – A', 11.7(2x), 16.

-*ẽ*, em: *mãdarẽ* (< MANDĂRĬNT) – A, 1.19(2x), A', 1.19.

ouuerẽ (< *HABŬERĬ́NT) – A, 1.17(2x).

q(ui)serẽ (< *QUAESĬĔ́RĬNT) – A, 11.18, 19.

teiuerẽ (< *TENŬIĔ́RĬNT) – A, 11.22, 24.

uirẽ (< UĪDĔRĬNT) — A, 11.7(2x), 16.

-*em*, em: *fazem* (< FĀCENT) — A, 1.13.

orem (< ŌRENT) — A, 1.12.

poderem (< *POTŬĔ́RĬNT) — A, 11.18, 19.

teem (< TĔ́NENT) — A, 1.24(2x).

teiuerem (< *TENŬIĔ́RĬNT) — A', 1.22.

c) -*in*, em: *ordin* (< ÓRDĬNE) — A, 1.15; A', 1.15.

d) -*on*, em: *don* (< DŎ́M'NU) — A, 11.1, 2; A', idem.

foron (< *FǪ́RŬNT) — A', 1.27.

-*õ*, em: *nõ* (< NŌN)[19], em contextos de próclise — A, 11.3(2x), 16, 17, 18(2x), 19(2x), 21, 22, 23, 24; A', 11.18(2x), 21.

e) -*ũ*, em: *cũ* (< CŬM) — A, 11.17, 25; A', 1.25.

forũ (< *FǪ́RŬNT) — A, 1.27.

nũ (< NŌN), em contextos de próclise — A', 11.3(2x), 17, 22, 23, 24.

remaserũ (< *REMANSĔ́RŬNT) — A, 1.5.

-*um*, em: *remaserum* (< *REMANSĔ́RŬNT) — A', 1.5.

Como se vê, em ambos os Manuscritos do Testamento, as grafias -an/-ã/-am e -on/-õ/-om são sempre "etimológicas": as primeiras correspondem ao latim -ÁNT, -AN-, as segundas ao latim -ŌNE, -Ŭ́NT, -ŬNT, -ŎM'N-. Conforme se disse na p. 51, José Inês Louro (1952) e Williams (1938) situam no século XIV os primeiros textos em que as grafias -om e -am "se confundem", isto é, em que deixam de ser sistematicamente usadas de acordo com a base etimológica das palavras em que ocorrem. Lindley Cintra, em "Observations sur l'ortographe et la langue...", dá-nos conta da existência de dois tex-

tos de 1309, provenientes do Algarve, onde aparecem grafias "anti-etimológicas: "Dans l'une [des chartes], écrite à Silves (...) on trouve tabeliõ et tabaliã, dayõ et dayã. Les formes normales sont tabeliõ et dayã (...). Un document d'Albufeira (...) est encore plus clair: on y trouve, en plus de tabaliã à côté de taballiõ, les formes mhã et mhãa (2 fois) pour mão (en plus des formes normales capelã, aleymã, Johã, entregarã, posison, entregarõ, diserõ, pitiçõ, forom, diserũ, fezerũ (...)" (p. 76).

Azevedo Ferreira (1982) regista no Fuero Real, de finais do século XIII (c. 1280), formas de pretérito (lat. -ŬNT) com grafia -ã, bem como uma forma de futuro (lat. -ÁNT) com grafia -õ: demandarã (pret.), sayrã (pret.), casaron (fut.) — cf. p. 269.(20)

Os manuscritos do Testamento, quase um século mais antigos que os documentos do Algarve referidos por Lindley Cintra e cerca de sete décadas mais antigos que o Fuero Real parecem mostrar que na língua dos copistas que os escreveram, -[ɐ̃](ou -[ã]) e -[õ] não tinham convergido em -[ɐ̃ω] (ou -[ãω]), pelo que a cada uma dessas terminações nasais correspondiam respectivamente, e de forma sistemática, as grafias an/-ã/-am e -on/-õ/-om. Mas isso não significa, necessariamente, que as vogais nasais em posição final não se houvessem ditongado: bastava que -[õ] se tivesse ditongado em -[õω] enquanto -[ɐ̃] se ditongava em -[ɐ̃ω] para que, não havendo convergência fonética, não se gerasse uma correspondente oscilação gráfica.

No Cancioneiro da Ajuda, onde não existe oscilação entre as grafias -om e -am, a rima de foã com en vão, numa cantiga do trovador Pero Barroso, indica para a primeira destas formas uma pronúncia com -ão final que a grafia nunca evidencia (cf. Lindley Cintra, "Observations sur l'orthographe et la langue...", p. 74; e Williams (1938), §157). Por isso, ainda que no Testamento não se registe qualquer grafia que revele a existência

de um ditongo nasal em final de palavra (para as antigas terminações -[ɑ̃] (ou -[ã]), -[ẽ] (ou -[ɛ̃]) e -[õ]), não se pode daí inferir que tal realização das nasais finais não pertencia à língua de nenhum dos copistas do Testamento.

Se a análise dos manuscritos do Testamento não se revela produtiva no que respeita à ditongação de vogais nasais em posição final, esses manuscritos apresentam, em contrapartida, algumas grafias que merecem ser cuidadosamente analisadas. São elas, a grafia in, em ordin, e as grafias -ũ/-um, em sũ, forũ, remaserũ/-um, cũ, nũ.

A forma ordin (< ORDĬNE) ocorre com relativa frequência, ao lado de orden, em textos antigos (cf. R. Lorenzo (1977), s.vv. ordem, ordim e Rübecamp, A linguagem das Cantigas de Santa Maria, pp. 66, 68). A existência do plural ordiis (< ORDĬNES) (cf. R. Lorenzo, idem), com elevação da vogal átona final por assimilação à tónica [+alta], prova que ordin, relativamente a orden, não é uma variante gráfica mas sim uma variante fonética. Para outras palavras com terminação etimológica -ĬNE/-ĬNES (omẽ/omẽes, imagẽ/ imagẽes, omagẽ/omagẽes, virgẽ/virgẽes, vermẽ/vermẽes), nem R. Lorenzo (1977), nem Rübecamp, A linguagem das Cantigas de Santa Maria, dão qualquer exemplo de variantes com -in ou -ĭis final.

Parece, assim, que em ordin/orden temos uma oscilação fonética, particular a esta palavra, do tipo da que encontramos em discordia/descordia (cf. II. 2, p. 42) e não o resultado de uma evolução fonética geral. Por isso, é satisfatória a explicação de Rübecamp, op. cit., p. 66, o qual considera ter sido o -i- conservado em vez de -e- por influência erudita (recorda, Rübecamp, que tem também -i- a forma derivada ordinada).

A grafia -ũ para a vogal tónica final da 3ª. pessoa do plural do verbo ser, sũ < SŬNT (sũt), pode ser interpretada como um latinismo gráfico.

Idêntica interpretação pode dar-se à mesma grafia -ũ ou à grafia -um na 3ª. pessoa do plural dos pretéritos perfeitos, forũ (< *FǪRŬNT), remaserũ/-um < *REMANSĔRŬNT, e na preposição cũ < CŬM (cũ). Mas não poderá interpretar-se nem como latinismo gráfico, nem como cultismo fonético a forma nũ < NŌN, para o advérbio de negação, em próclise.

Esta forma recorda-nos as terminações nasais átonas, com elevação da vogal final, de grande parte dos dialectos portugueses (cf. III. 1. sobretudo pp.60 - 71). o Ms. de Toledo do Testamento de Afonso II dar-nos-á já em 1214, um testemunho desta elevação? Não encontro para a forma nũ uma outra explicação.

Quanto às formas forũ, remaserũ e cũ, elas poderiam ser também interpretadas como exemplos de elevação da vogal átona final, mas a ocorrência nas duas versões do Testamento da forma sũ, para a qual a elevação é foneticamente inadmissível por a vogal ser tónica, obriga a encarar com reserva tal interpretação. Até porque, nũ, a única forma seguramente relevante do ponto de vista fonético, ocorre apenas no Manuscrito de Toledo (6 ocorrências, para 3 de nõ) não apresentando uma única ocorrência no manuscrito da Torre do Tombo (onde nõ ocorre 13 vezes); enquanto que forũ só ocorre no Ms. da Torre do Tombo (foron no Ms. de Toledo) e as formas remaserũ/-um, cũ ocorrem em ambos os manuscritos.

Se nos lembrarmos que é o manuscrito de Toledo, e não o da Torre do Tombo, que apresenta exemplos seguros de elevação das vogais orais átonas finais (cf. I. 2: u (10 ocorrências, para 29 de o), susu (9 ocorrências para 1 de suso) no Ms. de Toledo; o (39 ocorrências), suso (10 ocorrências) no Ms. da Torre do Tombo) mais provável se torna que, também no que respeita às vogais nasais, seja o copista do manuscrito de Toledo aquele que utiliza grafias inovadoras, foneticamente motivadas.(21)

Em síntese, o Testamento, particularmente através da versão de Toledo, apresenta-nos grafias que são testemunho da elevação quer de vogais átonas orais, quer de vogais átonas nasais.(22) Os dialectos mostram-nos que nos dois casos a elevação é consequência da atonicidade, já que as vogais tónicas nasais nunca se elevam (cf. III. 1, pp. 60 - 71 e II. 1.3., p. 40. Assim, nos dialectos em que o traço de nasalidade não constitui uma restrição à aplicação das regras de elevação do vocalismo átono, estas aplicam-se quer às vogais orais quer às nasais. Haverá, por isso, que concluir que as grafias -ũ, -ĩ (e suas variantes) são tão reveladoras como as grafias -u, -i (cf. I. 2) de que o vocalismo átono do português antigo conhecia realizações [+altas] em posição final; não poderá, pois, dissociar-se a interpretação destas da interpretação daquelas, ao comentar linguisticamente um texto.

NOTAS:

(1) Não está totalmente esclarecido em que época as vogais nasais [+baixas], por exemplo em t[ɛ̃]po < TÉMPU-, p[ɔ̃]te < PÓNTE-, m[ã]u < MÃNU-, se tornaram [-baixas], t[ẽ]po, p[õ]te, m[ɑ̃]u (embora Rübecamp (1933), pp. 27 (nota 2) e 50, encontre nas rimas das C.S.M. algumas evidências a favor de [ɛ̃] > [ẽ] e [ɔ̃] > [õ] já no século XIII) — em alguns dialectos esta evolução não ocorreu e as vogais mantêm-se abertas (cf. Leite de Vasconcelos, Esquisse, §§40-b, 40-e, 44-k, 45-d e Opúsculos, II e VI, passim). Por isso, não sendo a referida alteração do timbre das vogais nasais relevante no que respeita aos problemas que abordaremos neste capítulo, optámos por uma respresentação gráfica, e não fonética, das referidas vogais.

(2) No que respeita à inclusão, entre as vogais nasais átonas finais, das terminações das formas proclíticas, sã, cõ e dõ, veja-se NOTA da p.12.

(3) -õe (< UDĬNE) > -õ já no século XIII: servidon no Cancioneiro da Ajuda (cf. C. Michaëlis de Vasconcelos, "Glossário do Cancioneiro da Ajuda" e Rübecamp (1933), p. 35).

(4) Forma frequentemente proclítica, em contexto frásico.

(5) Em algumas palavras, a terminação nasal -ẽ resulta de um processo de nasalização, ou assimilação, progressiva: por exemplo, nem (<NEC), ontem (<HAC NOCTE) (cf. Williams (1938), §109.4).

(6) Não considerei, entre as formas que apresentariam terminação -ão no português antigo, a forma verbal vão, de VÁDUNT, por ser esta uma etimologia muito contestada (cf. J. Inês Louro (1952), pp. 46-49 e G. Tilander (1959), p. 299).

(7) Acrescentado na 2ª. edição, de 1926.

(8) Sobre "ditongação espontânea", veja-se P. Fouché, "Diphtongaison et phénomènes relatifs à la diphtongaison", Etudes de Phonétique Générale, pp. 15-45.

(9) Cf. E.Bourciéz (1930), Elêments de Linguistique Romane, p. 403: "On a une diphtongue originelle dans ptg. grão (granum) (...) De bonne heure les noms en ã (du lat. -ane) ont été attirés par ceux en ão, et cã (écrit en a. ptg. cam) est devenu cão (...). Pour les noms en õ (du lat. -one) l'attraction a dû se faire par voie phonétique: un mot a. ptg. razom se prononçait avec une sorte de résonance razõõ, d'où par dissimilation razão, que se représente sans doute dès le XIVe siècle la graphie razaom. (...) Enfin dans bem, tem (= bene, tenet), la finale ẽ, tout en gardant l'ancienne orthographe, a produit par résonance bẽi, tẽi (...) devenus à Lisbonne et au Nord bãi, tãi lorsque la diphtongue orale ei inclina vers âi."

(10) Cf. J. Inês Louro (1952), pp. 46-49 e G. Tilander (1959), p. 299, que recusam a base VÁDŬNT para vão: ambos derivam de *VÁDENT ou *VÁNT a 3ª. pessoa do plural do presente do indicativo de ir; o primeiro com base em textos do século XIII que provariam a prioridade cronológica de vã sobre vão; o segundo por deduzir, a partir do confronto com a forma da 1ª. pessoa do singular, vou < VÁDO, que de VÁDŬNT resultaria võu, por evolução fonética regular.

(11) Cf. J. Inês Louro (1952), pp. 56-65.

(12) Também C. Michaëlis de Vasconcelos (1930), em "Inéditos de D. Carolina Michaëlis", se refere à ditongação das vogais finais, dizendo: "tiveram uma evolução curiosa: fonética no período arcaico; analógica na época de transição, visto que -ã proveniente de -ane e -ant, e -õ proveniente de -one e -unt passaram de simples nasais orais [sic] a ditongos nasais em -ão." (p. 30); "Nas poesias trovadorescas as rimas são em regra masculinas, agudas, oxitónicas; — graves só por excepção. Aí está, a meu ver, a origem da substituição de -ã e -õ por -ão, que por constar de duas vogais, ã tónico e õ átono, foi bissilábico, grave a princípio (...). Não é evolução fonética material. É fenómeno analógico, estético, imaterial." (p. 32).

(13) Não foram considerados, para a elaboração dos quadros das pp. 60 a 71, os dados fornecidos por Clarinda de Azevedo Maia, em "Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina -ana".

Porque, sendo a rede de inquérito muito apertada, os materiais recolhidos não são, coerentemente, comparáveis com os que resultam das recolhas mais esparsas e não sistemáticas de Leite de Vasconcelos para as outras terminações nasais. Há que referir, no entanto, que o trabalho de C. de Azevedo Maia vem confirmar os dados fornecidos por Leite de Vasconcelos no que respeita à identificação, para os continuadores de -ANA, das áreas fonéticas mais significativas.

(14) Cf. Opúsculos, II, p. VI.

(15) Sublinhado por mim.

(16) O ditongo que se grafou como -õu, seguindo Leite de Vasconcelos, corresponde algumas vezes a [ɐ̃ω] (notado ö̃ũ por Leite de Vasconcelos). Assim, nos dialectos "interamnenses" regista a realização [ɐ̃ω] (= ö̃ũ) em Guimarães e Ponte de Lima; regista a realização [ɑω] (= öu), do ditongo oral, em Monção e, com dúvida, em Barcelos e Póvoa do Varzim; quanto a Baião e ao Porto grafa -õum e esclarece, respectivamente, "o ó não é tão aberto como em pó" (Opúsculos, II, p. 30), "com o um pouco aberto, mas menos que em dó" (idem, p. 126); não especifica qual o timbre da vogal do ditongo em S. Jorge e S. Lourenço de Sande. No que respeita ao ditongo que se grafou como -ão, corresponde, em geral, nos dialectos "interamnenses, a uma realização [ɐ̃ω] com a aberto (notado ã̃õ por Leite de Vasconcelos) — exceptua-se o caso de Barcelos onde ocorre [ɐ̃ω] (= âõ̃): "No fim de polissílabo: irmãõ̃, e em monossílabos: mãõ̃, cãõ̃, pãõ̃ o ditongo ouvi-o fechado" (p. 391).

Para os dialectos "transmontanos" e "beirões", Leite de Vasconcelos não aponta em nenhum caso a realização [ɐ̃ω] (= ö̃ũ).

(17) Note-se, no entanto, que, de acordo com M. H. Mira Mateus (1982), as terminações nasais dos substantivos derivam das sequências -an + e, -on + e, -en + e, pelo que às formas de base se aplica regularmente a regra de acentuação que determina a colocação do acento na penúltima sílaba da palavra (cf. §§1.3.1, 1.4, 4.1).

(18) Por a maior duração de uma vogal nasal tónica em posição final ser condição necessária para que se produza ditongação, as ditongações de -ã<

< -ÁNA e -õ < -ŎNU terão sido retardadas pela necessidade de existência de um processo anterior de crase que tornasse final a vogal nasal tónica.

(19) Quanto às formas non'as (A, 1.8; A', 1.8) e non'o (A, 1.14; A', 1.14), elas resultam de nõ + las e nõ + lo. Tendo o l do artigo definido, assimilado o traço [+nasal] da vogal, transformou-se num n, de onde nõnas > nonas, nõno > nono, formas em que a primeira vogal (conservando ou não a nasalidade) não está em posição final. Por isso não as registei. (Cf. Leite de Vasconcelos, Lições, pp. 83-84; Williams (1938), §143.4; J. J. Nunes (1919), p. 255; Huber (1933), §250).

(20) Quando consideramos os dados dialectais, deixa de ser evidente que formas com grafia -ã onde, de acordo com a etimologia, se operaria -õ, ou com grafia -õ onde, de acordo com a etimologia, se esperaria -ã devam ser sempre interpretadas como testemunho de uma convergência em -[ãω], das terminações etimológicas -[ã] e -[õ]. De facto, existem dialectos que, conservando as vogais nasais finais, modificam analogicamente o timbre delas, o que poderá ter estado na origem de algumas das grafias "anti-etimológicas" acima referidas. Assim:

-ÁNE > -ẽ, nos dialectos "interamnenses" e "beirões" (*Monção, Parada do Monte, *Melgaço, *Cinfães, Miomães, *S. Martinho de Mouros)

-ŌNE > -ẽ, nos dialectos "interamnenses" (*Monção, Melgaço)

-ŬNT > -ẽ, nos dialectos "interamnenses" (*Melgaço)

-ANT > -ũ, nos dialectos "interamenenses" e "extremenhos" (*Guimarães, *Ponte de Lima, *Esposende, *Peral)

> -õ, nos dialectos "transmontanos", "beirões", "alentejanos", "extremenhos" e "algarvios" (Vilar Seco da Lomba, Souselas, Régua, Ançã, Pincho, Fonte Arcada, Alandroal, Évora, Cabanas)

> -o/-u, nos dialectos "interamnenses", "transmontanos", "beirões" e "extremenhos" (*Monção, Baião, *Guimarães, *Ponte de Lima, *Esposende, Póvoa do Varzim, Telões, Cinfães, Peral)

-ŬNT > -ã, nos dialectos "interamnenses" (*Monção)

(Quanto à terminação -õ, de -ÁNT, no *Alandroal, parece-me duvidosa: cf. R.L., IV (1896), pp. 43 e 45 e Esquisse (1901), §74-f.

Por outro lado, no que respeita às formas mhã e mhãa (em vez de mão), nos documentos algarvios referidos por Lindley Cintra, é necessário ter em conta que, em dialectos do sul de Portugal, o ditongo -ão, em posição final, se reduz frequentemente a -ã quando ocorre em próclise (cf. Esquisse, §§42, 56-j, 85; e Leite de Vasconcelos, "Dialectos algarvios", R.L., IV, p. 326 (§3-e).

Para a forma tabaliã, também referida por Lindley Cintra, veja-se S. Parkinson, "Os tabeliães, o seu título e os seus documentos", BdF, XXV, pp. 185-211.

(21) Mas também não deixa de ser possível a hipótese de que a grafia -ũ para a 3ª. pessoa do pretérito perfeito tenha adquirido uma maior generalidade por corresponder, simultaneamente, à realização fonética -[ũ] e à grafia latina -ũ(t).

(22) Note-se que nenhum dos copistas das versões do Testamento usou a grafia u por o ou a grafia i por e para representar as realizações fonéticas [o] e [e], respectivamente, em posição tónica; o que prova que as grafias u e i não correspondem, no Testamento a uma tentativa de diferenciar, graficamente, as realizações [o] e [ɔ] ou as realizações [e] e [ɛ].

IV. Ditongos

1. Ditongos do latim clássico

1.1. Ditongos decrescentes

1.1.1. O ditongo AU, o único dos ditongos decrescentes latinos que se não monotongou, regularmente, no latim vulgar[1], tomou em galego-português a forma [oω], com assimilação pela vogal dos traços [+arr] e [-baixo] da semivogal. Como diz Lindley Cintra (1958), em "Os ditongos decrescentes ou e ei — esquema de um estudo sincrónico e diacrónico": "[O ditongo ou, que aparece documentado] em textos do ocidente peninsular, a partir de inícios do século XI (Menéndez-Pidal, Orígenes[3], §19, p. 93, n.1, e Huber (1933), §82) [parecia destinado], de um ponto de vista puramente fisiológico, a desaparecer, como aconteceu em quase toda a Românía, devido à grande proximidade articulatória entre os seus elementos vocálicos, só separados por uma diferença de abertura" (p. 47). De facto, o ditongo [oω] veio a sofrer diversas evoluções: numa extensa área do território português, monotongou-se em [o] (ou [ö]) — a isófona que separa a área de monotongação da área de conservação do ditongo parte da região de Aveiro, inflecte ligeiramente para sul, sobe na direcção de Viseu, e alcança, junto à fronteira, a linha do Douro; dentro da zona de conservação do ditongo, este dissimilou-se em [αω] em alguns dialectos[2]; no centro do território português, "isto é, [na] zona que tem sido atravessada durante os últimos séculos, na direcção este-oeste, e segundo paralelos cada vez mais altos, pela fronteira de monotongação de [o̯u̯]"(Lindley Cintra, op. cit., p. 45), [oω] é frequentemente substituído por [oj] touro (< TAURU) —> toiro (veja-se IV. 4).

No que respeita à cronologia da monotongação, José Leite de Vasconcelos, Esquisse, §56-e, apontou uma passagem da Feira d'anexins de D.

Francisco Manuel de Mello (séc. XVII) em que este autor faz um jogo de palavras com osso e ouço, só possível dada a homofonia das mesmas. Lindley Cintra (1958) cita Leite de Vasconcelos, não apresentando novos dados relativos à cronologia da monotongação, mas adianta uma hipótese: "Faltam-nos por enquanto dados sobre a cronologia dessa expansão — que, talvez iniciada durante os sécs. XIII-XIV, certamente se acentuou quando, em fins deste último século e na primeira parte do seguinte, a população do Sul do país, sobretudo do Alentejo, adquiriu papel preponderante nos exércitos e na corte de D. João I"(p. 48).(3)

1.1.2. Em ambas as versões do Testamento o ditongo [oω] (< AU) ocorre em cinco palavras, sendo sempre grafado com ou: cousas < CAUSAS (A, 11.2, 7, 19, 20, 21, 22; A', idem); ou < AUT (A, 11.18(2x), 19(3x), 20, 23, 24; A', idem); tesoureiro < THESAURĀRĬU (A, 1.6; A', 1.6); tesouro <THESAURU (A, 1.18; A', 1.18); tesouros <THESAUROS (A, 11.6-7, 18; A', idem). Assim, as grafias do Testamento não revelam, em nenhum caso, qualquer transformação do ditongo [oω].

1.2. Ditongos crescentes

1.2.1. A semivogal [ω], do grupo [kω], quer em posição inicial, quer em posição interior, deixou de ser articulada, no latim vulgar, quando seguida das vogais o, u; e, provavelmente mais tarde e, por isso, com menor generalidade, quando seguida de e, i. Quando seguida de a tónico, a semivogal do grupo [kω] geralmente conservou-se.(4)

1.2.2. No Testamento, ocorrem as seguintes formas com ditongo[ωá]: quarta (A', 1.26; abreviado em A) < QUARTA; quaes (A, 11.14, 25; abreviado

em A') < QUALES; igualm(en)te (A, 11.9, 14, 16; A', idem) < AEQUĀLE + MENTE; e ainda o germanismo aguardada (A, 1.23; A', 1.23), de WARDÔN (a. alem. ant. Wartên).

Ao lado destas formas, com ditongo, o manuscrito de Toledo apresenta a forma cãdo (A', 1.4; abreviada em A, 11.4, 17(2x) e A', 1.17(2x)), com síncope da semivogal. De acordo com R. Lorenzo (1977), s.vv. quando e quanto, as formas com [k] inicial (<[kω]-) aparecem "às vezes" no português antigo sem serem frequentes — Rübecamp (1933) nunca as regista nos Cancioneiros (cf. p. 77). Por isso, é interessante a ocorrência da forma cãdo no Testamento (1214).

Huber (1933) sugere que as formas com [k] inicial são, relativamente às formas com [kω], variantes dialectais: "Wenn neben quanto,-os auch canto (Tundalo), cantos (Torre Imperial) begegnen, so dienen diese Formen vieileicht zur Lokalisierung der betreffenden Texte; denn in Nordportugal (Minho) und in Galizien werden qu and gu regelmäßig zu c und g (§179, nota 1). Mas Leite de Vasconcelos, Esquisse, §55, considera o desaparecimento da semivogal como "um fenómeno fonético geral", não circunscrito geograficamente.

Quer cãdo corresponda ou não a uma variante regional (ou mesmo sociolinguística), é em todo o caso, relativamente a quando, uma inovação linguística. E, mais uma vez, é o copista do ms. de Toledo que regista a inovação (cf. I e III).

2. Ditongos resultantes de tritongos latinos e ditongos formados por analogia com os primeiros

2.1. Das terminações -AUĬT, ĪUĬT, da 3ª. pessoa do singular dos pretéritos perfeitos latinos, dos verbos da 1ª. e 4ª. conjugações, saíram as terminações -ou, -iu da 3ª. pessoa do singular dos pretéritos perfeitos, dos verbos da 1ª. e 3ª. conjugações do português, respectivamente. Apocopado o -T final, os tritongos -ĀUĬ, -ĪUĬ vieram a transformar-se em ditongos, já que o -e final (< -Ĭ) apocopou também. A terminação -eu [eω] do pretérito perfeito dos verbos regulares da 2ª. conjugação ter-se-á formado por analogia com as terminações -ou < -AU, -iu < -ĪU dos verbos da 1ª. e 3ª. conjugações, no galego-português ou, ainda, no latim vulgar (cf. Williams (1938), §166.3 ; Huber (1933), §399; Nunes (1919), p. 308).

2.2. No Testamento aparece-nos a forma deu (A, 1.2; A', 1.2), com ditongo não etimológico: do lat. DĔDĬT terá saído dei, por evolução fonética regular.(5)

A forma deu desenvolveu-se por analogia com a 3ª. pessoa do singular dos pretéritos perfeitos fracos dos verbos da 2ª. conjugação(6); mas, sendo dar um verbo com [ɛ] radical, nas formas do perfeito, o ditongo tinha, primitivamente, vogal tónica aberta, [dɛω], "[como] se revela pelas rimas nos cancioneiros primitivos" (Williams (1938), §182.3).

Ainda no Testamento, ocorre a forma ei (A, 1.2; A', 1.2) proveniente de um tritongo do latim vulgar: HA(B)ĔO > *AI̯O > ei, com semivocalização de Ĕ átono em hiato, apócope da vogal átona final e assimilação da vogal tónica pela semivogal (tal como, SA(P)EO > *SAI̯O > sei)(7) — ei e sei são formas isoladas e não exemplo de uma evolução que atinja um conjunto de formas identicamente localizadas dentro do paradigma verbal (como acontece para

a 3ª. pessoa do singular dos pretéritos perfeitos).

3. Ditongos resultantes de semivocalização da primeira vogal[8]

3.1. No latim vulgar, um Ĕ ou um Ĭ átonos, semivocalizaram-se quando formavam hiato com uma vogal seguinte[9]. Algumas destas semivogais palatalizaram a consoante anterior e com ela se fundiram (por ex.: UĪNĔA > UÍNIA > > vinha; FĪLĬU > FÍLIU > filho; FÁCĔAT > FÁCIA > faça; outras conservaram-se e vamos encontrá-las no galego-português: sabia < SÁPĔAT, dormia < DÓRMĬAT, piedade < PĬETĀTE.

A síncope de consoantes intervocálicas, quer no latim vulgar, quer já no galego-português, fez aparecer novos hiatos em que a primeira vogal tinha características fonéticas que propiciavam a semivocalização: LĬMPĬDU > > limpio, TĔRMĬNU > termio, LĪTĬGÁRE > lidiar.

Os ditongos crescentes átonos finais, de formação antiga, tenderam, desde cedo, a desaparecer[10]: nalguns casos a semivogal deslocou-se para junto da vogal tónica, formando com ela um ditongo decrescente (sabia > saiba), noutros sincopou (limpio> limpo) (as duas evoluções podem ter atingido uma mesma palavra: assim, vindeima e vindimia são formas divergentes, formadas ambas a partir do latim VINDĒMĬA; em vindeima a semivogal foi atraída pela vogal tónica e formou com ela um ditongo descrescente; em vindimia a semivogal fez elevar a vogal tónica e posteriormente sincopou, de onde vindima < vindimia).

3.2. No Testamento, ocorrem algumas formas com ditongos crescentes, resultantes de semivocalização de vogal: quer em primitivos hiatos latinos, quer em hiatos provenientes de síncope de consoante intervocálica:

a) añiu(er)sario < ANNIUERSÁRĬU (A, 11.10(2x), 11(4x), 12; A', idem)

añiu(er)sarios < ANNIUERSÁRĬOS (A, 11. 12(2x), 13(2x); A', idem)

departiã < deriv. de PÁRTĔANT (A, 11.7(2x), 21(2x); cf. A' departan, 11. 7(2x), 21(2x)

departiãse < deriv. de PÁRTĔANT SE (A, 1.9; cf. A' departans', 1.9)

deuier < *DEBŬĬÉRĬT (A, 11.18, 19; A', idem)[11]

descordia < DĬSCÓRDĬA (A, 11.18, 19; A', idem)

mia (em posição proclítica) < MĔA (A, 11.1(4x), 2(2x), 3(2x), 8(4x), 12 (3x), 13(3x), 14(4x), 15, 16(2x), 17, 18, 19, 20(3x), 21(2x), 22, 23(3x), 24, 25, 27; A', idem, mas 1.8(5x))

mias (em posição proclítica) < MĔAS (A, 11.9(2x), 10, 16; A', idem)

piadade < PĬETÁTE (A, 1.23)

piedade < PĬETÁTE (A', 1.23)

recebia < RECĬPĬÁT (A, 1.4; cf. A' receba, 1.4)

Santiago < SÁNCTU IACOB (A, 11.6, 9, 11, 15, 25; A', idem)

b) Coĩbria < CONÍMBRĬGA (A, 11.6, 9, 26(2x); cf. A', Coinbra, 11.6, 9, 26)

O ditongo manteve-se até hoje em piedade e Santiago por ocorrer em posição interior; manteve-se ainda em aniuersario e discordia por serem formas cultas.[12]

Quanto às restantes formas, com ditongo átono final, que ocorrem no Testamento – departiã; departiãse; deuier; mia, mias (em posição proclítica); recebia; Coĩbria – a semivogal veio a sincopar. O manuscrito de Toledo já regista algumas das novas formas, saídas das antigas com ditongo: departan, departans', receba, Coinbra (é interessante notar que o pronome possessivo (1ª. pessoa), em posição átona, apresenta sistematicamente a forma mia (40 ocorrências, no singular, em A, 41 em A'; 4 ocorrências, no plural, tanto em A como em A'). Significará isso que a forma ma, saída de mia

[mja] não pertencia ainda ao português do início do século XIII?[13] — cf. as formas de 3ª. pessoa, sa (A, 11.4(2x), 5, 23; A', 11.4, 5, 23) e sua A', 1.4), ambas em posição proclítica).

Que na forma Coîbria, a sequência final -ia, resultante da síncope de um -g- intervocálico, correspondia, no início do século XIII, a um ditongo e já não a um hiato, prova-o, precisamente, o aparecimento, no ms. de Toledo, da variante Coinbra: visto que a semivocalização antecedeu e foi condição necessária para a síncope do segmento resultante de Ĕ ou Ĭ átonos latinos — daí que tal síncope se não tenha verificado em formas como fêmea (< FĒMĬNA) ou gémeo (<GĒMĬNU), em que a semivocalização foi tardia, sendo, as sequências finais destas palavras, hiatos, no século XIII.[14]

Certas formas registadas por Rübecamp (1933) nas C.S.M. e nos Cancioneiros vêm confirmar que, no século XIII, se havia já produzido a semivocalização da primeira vogal em hiatos resultantes de síncope de consoante intervocálica, quando átonos e finais: assim, formas como termio < TĔRMĬNU, comia < CŎMĔDA, rigio < RĬGĬDU e, algumas vezes, angeo < ÁNGĔLU são, nos referidos textos, dissilábicas (cf. p. 48).

Em conclusão, no português de inícios do século XIII, existiam, em posição final de palavra, ditongos crescentes átonos provenientes não só de primitivos hiatos latinos, como também de hiatos resultantes de síncope de consoante intervocálica — os primeiros formaram-se no latim vulgar; os segundos, ocorrendo já no português do século XIII, ter-se-ão formado, ou ainda no latim vulgar (se as consoantes sincopadas são d ou g), ou no português pré-literário — no que diz respeito aos hiatos em que a semivocalização é muito mais tardia, como, por exemplo, em fêmea < FĒMĬNA, veja-se a nota 10.

Ainda no português do século XIII, como o mostra o Testamento,

estes ditongos crescentes átonos finais, de formação antiga, começaram a reduzir-se, perdendo o seu elemento semivocálico. Também, neste caso, é o copista do manuscrito de Toledo que regista as novas formas, enquanto o copista do ms. da Torre do Tombo mantém sempre as formas com ditongo.

4. Ditongos resultantes de semivocalização de consoantes

4.1. A semivocalização de consoantes é um fenómeno do latim vulgar e da pré-história das línguas românicas que, por essa razão, não tratarei aqui.

Para uma explicação fonética, geral, deste fenómeno, veja-se G. Straka (1968), "Contribution à la description et à l'histoire des consonnes L", Travaux de Linguistique et de Littérature, VI, 1, pp. 267-325 (particularmente, "Vocalisations de ɫ et l", pp. 288-325); e para uma explicação fonética aplicada ao português, R. de Sá Nogueira (1935), "Subsídios para o estudo da assimilação em português", Boletim de Filologia, III, pp. 77--98. Veja-se ainda J. Piel (1932), "Da vocalização do "l" em português", Biblos, VIII, pp. 95-101 (cronologia da semivocalização de l; sua regularidade e diferentes resultados — em função do timbre da vogal anterior); e Baldinger (1958), La Formación de los Dominios Lingüísticos en la Península Ibérica, p. 240 (bibliografia relativa à evolução de -CT- latino, sendo a semivocalização de [k] atribuída a influência de substrato).

Da semivocalização de uma consoante, resultaram em galego-português os seguintes ditongos decrescentes:

[aj]: baixel < VASCĔLLU

[ɛj], depois [ej]: conceito < CONCĔPTU; leito < LĔCTU

[ej]: peixe < PĬSCE; estreito < STRĬCTU; cheirar < FLAGRARE; eixo < AXU; leite < LACTE

[ɔj], depois [oj]: noite < NŎCTE; coixa < CŎXA

[oj], depois [uj]: truita < troita < TRŬCTA; ascuitar < ascoitar < AUSCŬLTARE

[uj]: fruito < FRŪCTU

[aω]: rauto < RAPTU; auto < ACTU; trautado < TRACTĀTU

[εω], depois [eω]: preceuto < PRAECĔPTU; teuto < TĔCTU

[ɔω], depois [oω]: adoutar < ADŎPTARE; doutor < DŎCTORE

[oω]: poupar < PALPARE; souto < SALTU; boutizar < BAPTIZARE

Os ditongos [aj] e [aω] conservam-se (mas algumas palavras com ditongo [aω] foram substituídas por cultismos: assim, rapto substitui rauto, apto substitui auto; o mesmo acontece para os ditongos [oω] e [eω]: baptizar substitui boutizar, tecto substitui teuto).

As antigas formas com ditongo [eω] < [εω], resultante da semivocalização de [p], preceuto, foram substituídas por formas variantes com [ej], preceito (já que [p] antecedido de [ε]se semivocalizou quer em [ω], quer em [j] — cf. Williams (1938), §92.7C).

O ditongo [uj], resultante de semivocalização de [k] ou [l], veio a reduzir-se a [u][15], embora alguns dialectos portugueses conservem o ditongo (cf. Leite de Vasconcelos, Esquisse, §56-1; Paiva Boléo,"Dialectologia e História da Língua", pp. 187-250 (sobretudo, pp. 225-226 e mapa nº 6); e R.L., XXXV, p. 293; XXXI, pp. 295 e 300; XV, pp. 339 e 344; X, p. 90; I, p. 220). Em muito, o português padrão conservou o ditongo, mas a forma munto ocorre a nível dialectal (cf. R.L., II ("Dial. alentejanos"), pp. 23, 43; II ("Dial. transmontanos"), pp. 107, 118; III ("Dial. transmontanos"), p. 63; IV ("Dial. alentejanos"), pp. 68, 231; X ("Vocabulário alentejano"), p. 96; XXVIII ("Linguagem popular de Turquel"), p. 235; XXXI ("Port. Dialectal da região de Xalma"), p. 175: "na língua de Aldeia do Bispo(Sabu-

gal) diz-se (...) muto, como em Alamedilha" ; também há muto em galego, de acordo com R. Lorenzo (1977), s.vv. muyto, moyto — Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971), p. 253, nota 2, encontram no carácter nasal do ditongo, [ũj], em muito, uma explicação para a sua conservação mais generalizada no território português que a de [uj], por exemplo em fruito; Williams (1938), §38.4, afirma que: "o estágio intermediário ui foi preservado em muito por influência da forma apocopada mui".

A redução de [uj] a [u] está atestada na Demanda do Santo Graal (XIV-XV), para fruito > fruto; desde o século XV, para ascuita > escuta; e desde o XVI, para luito > luto, luita > luta, truita > truta, abuitre > abutre[16] (cf. R. Lorenzo (1977), s.vv. froyto, fruyto e ascoyta, ascuyta, Machado (1952), s.vv. luto, luta, truta, escuta, abutre e R. Lorenzo (1968) s.vv. luta, luto, truta) — chuva, de chuiva (onde o ditongo resultou de metátese), ocorre já no século XIII.

O ditongo [ej] (documentado em textos do ocidente peninsular a partir do século X)[17], paralelamente ao que aconteceu com [oω] (cf. IV.1), monotongou-se em grande parte do território português — mas quando [ej] provém da semivocalização de [k], no grupo -CT-, há casos de conservação do ditongo no interior da área de monotongação (cf. Lindley Cintra, Os ditongos decrescentes...", p. 41; e L. Vasconcelos, Esquisse, §56-g). A fronteira da monotongação parte, a ocidente, da altura de Óbidos, desce ligeiramente para sul, passando por Lisboa, toma depois a direcção nordeste e acompanha a linha do Zêzere, atingindo a fronteira a norte de Castelo Branco. Dentro da área de conservação do ditongo, [ej] dissimila-se frequentemente em [αj].[18]

Quanto a [oω], conforme se disse em IV.1, conservou-se, dissimilando-se ou não em [αω], ou monotongou-se. Os ditongos [oω] e [oj] ocorri-

am na mesma palavra: noite ~ noute > NOCTE (cf. adiante, p. 106). Hoje, essa alternância entre [oω] e [oj] só se encontra na língua literária e das cidades: "Antes de mais nada, parece-me necessário afastar a noção (...) de que, em qualquer falar regional, [o̯u̯] ou [o̯] alterne com [o̯i̯] em certas palavras. Essa alternância que em alguns casos existe realmente na língua corrente das cidades, julgo-a desconhecida da linguagem das aldeias. Diz-se nelas cousa ou cóisa, touro ou toiro, outro ou oitro, outeiro ou oiteiro" (Lindley Cintra, "Os ditongos decrescentes...", p. 44).

O ditongo [oj] reduziu-se a [o] quando seguido de consoante palatal que absorveu o segmento palatal do ditongo: coixa > coxa.

Williams (1938), §92.7C, encontra nos casos de semivocalização de consoante uma explicação para a alternância entre [oω] e [oj] em português. Afirma que a consoante [k], no grupo -CT-, quando antecedida da vogal ó, se semivocalizou em [j] nalgumas áreas dialectais e em [ω] noutras — assim, de NOCTE sairiam, directamente, quer noite, quer noute. A expansão interdialectal terá dado origem à oscilação entre [oω] e [oj] em palavras com -CT- latino; esta oscilação ter-se-ia posteriormente alargado a formas em que o ditongo não resulta de -CT-: "O desenvolvimento de -oct- em algumas regiões para -oit- e noutras para -out-, seguido de influência interdialectal, talvez tenha sido a origem da confusão de ou e oi, que existiu muito antes do que tem sido geralmente acreditado, e.g., noute (AHP, IV, 190, A.D. 1385; BF, IV, 347; Abraham, §28). Como consequência dessa confusão precoce, o uso de oi divulgou-se no século XVI para palavras que tinham originalmente ou, e.g., coisa (por cousa < CAUSAM) e o uso de ou divulgou-se para palavras que tinham originalmente oi não proveniente de oc(t), e.g., couro (por coiro < CŎRĬU), com o resultado de que ou e oi se tornaram geralmente substituíveis entre si, embora ou seja mais literário e oi mais coloquial."

Mas, outras explicações têm sido propostas relativamente a esta alternância:

Huber (1933), §232, nota 1, considerou que, na terminação -oiro < < -ŏrĭu, oi se transformou em ou porque a vogal assimilou a semivogal, fazendo-a tornar-se [+arredondada]: assim, Douro < Doiro < dŏrĭu, couro < <coiro < cŏrĭu, mouro < moiro < mŏrĭu, tornando-se coexistentes as formas em -oiro e as formas em -ouro, saídas das primeiras. "Ob das Gebiet von our statt oir mit dem von ut statt it (vgl. cultu > coito, couto, tectu > teito, teuto §214) zuzamenfällt, wie zu vermuten ist, bleibt noch zu untersuchen."

L. G. Moffat (1948), em "Considerations on the interchange of -ou-, -oi- in Portuguese" (que conheço apenas através da recensão publicada por M. R. Lida Malkiel (1949)), considera que, na origem da oscilação entre [oω] e [oj] (que situa em finais do século XIV), está " [a] confusão das terminações -doiro < lat. -TORIU y -ouro < lat. -AURU, a que se juntaram muitos outros casos isolados com o mesmo resultado (empréstimos de palavras castelhanas com -ue-, formas duplas nos verbos morrer (mor-, moir-) e ouvir (ouç-, oiç-), etc. "(M. R. Lida Malkiel, p. 84).

Por sua vez, Leite de Vasconcelos (1934), em "Ementas gramaticais", p. 288, E. Bourciez (1930), em Eléments de Linguistique Romane, §332b e Malmberg (1971), em "Sur quelques faits de la différenciation vocalique", pp. 353-375 (sobretudo, pp. 373-375) consideram que [oω] se transformou em [oj] por dissimilação: "depuis le XVI^{e} siècle apparaît aussi ça et là une prononciation oi, (...) due, semble-t-il, à un effort de différenciation vocalique" (E. Bourciez)[19]; "la tendance naturelle — articulatoire — de la langue a été contrebalancée par une autre, de nature différente, ayant pour but de maintenir la diphtongue en accentuant davantage l'individuali-

té de ses deux éléments." (Malmberg, p. 374).

L. F. Lindley Cintra (1958), em "Os ditongos decrescentes oueei.." estuda longamente o problema, trazendo para o debate as seguintes verificações:

a) No território português, há predominância do ditongo [oj], independentemente da etimologia, na zona centro, ou seja, na "zona de fronteira entre a região em que se produz a monotongação [de ou] e aquela em que se conserva o ditongo (nas suas variantes [o̯u̯] ou [a̯u̯])." (p. 45). De igual modo, numa pequena área dos dialectos asturianos ocidentais o ditongo [oj] existe "no extremo sul da fronteira entre as áreas de conservação e de monotongação dos ditongos ei e ou." (p. 46).

b) No interior das áreas de conservação dos ditongos [oω] e [ej], estes frequentemente dissimilam-se em [αω] e [αj], o que corresponde a uma tendência para evitar a monotongação. "Não pode, no entanto, deixar de surpreender o modo como neste caso actuou a referida tendência, traduzido no próprio resultado da sua acção: a mudança da semivogal-lábio velar em semivogal palatal. Não se trata do simples aprofundamento de uma diferença já existente, por leve modificação da zona de articulação, como a que se observa na passagem de [e̯i̯] a [a̯i̯] ou de [o̯u̯] a [a̯u̯], mas sim de uma radical transformação — para que dificilmente se encontrarão paralelos — da zona articulatória e, consequentemente, do timbre da semivogal." (pp. 50-51)[20].

c) os mais antigos exemplos de alternância entre [oω] e [oj] encontram-se em palavras em que o ditongo resulta ou de metátese ou de semivocalização de consoante: courela alterna com coỳrela num documento de 1252; oitubro em vez da forma mais frequente, outubro, em 1276; "entre douro e minho", por "entre doiro e minho", no início do séc. XIV. A referida alter-

Mas já noite/noite no séc XIII (M. X) R. Lorenzo

ternância é atestada muito mais tarde nos casos em que o ditongo é etimológico.

d) No asturiano central, onde existe o ditongo [oj], ele ocorre, sobretudo, em palavras em que se deu a semivocalização de uma consoante,não se registando em formas com ditongo etimológico.

e) O ditongo [oω] nunca é substituído por [oj] em final absoluto de palavra, posição em que não existem ditongos provenientes de metátese nem de semivocalização de consoante (por exemplo, cantou, vou, ou).

Tomando estas verificações como argumentos, Lindley Cintra chega às seguintes conclusões: "Nestas condições parece-me preferível admitir que o ponto de partida da passagem de ou a oi esteja em alguns casos particulares a que aludiram autores anteriormente citados, mais provavelmente nos casos em que a terminação -ouro (< -AURU) se confundiu e começou a alternar com -(d)oiro (< -TORIU), segundo a hipótese de L. G. Moffat, e em certos outros em que, na vocalização de uma consoante, se registou uma oscilação que tanto podia conduzir à fixação do estreitamento caracterizador na região palatal como na região velar.

"Teria havido assim, para certa zona do vocabulário, aquela fase longa de hesitação entre formas representantes de camadas diversas — coiro/ /couro, Doiro/Douro, fouce/foice, courela/coirela, outeiro/oiteiro — que Menéndez-Pidal ensinou a distinguir no processo de produção e expansão de qualquer fenómeno fonético. Essa hesitação ter-se-ia comunicado em maior ou menor grau às palavras em que ou tinha outras origens. Mas o factor decisivo na expansão de oi teria sido a tendência a evitar a fusão dos elementos do ditongo, exercendo-se principalmente no falar popular de zonas ameaçadas pela aproximação de uma corrente monotongadora. Só essa tendência me parece susceptível de explicar a extraordinária frequência de oi por ou em cer-

tas linguagens regionais, que está certamente na origem da abundante penetração do fenómeno da (sic) linguagem literária." (pp. 51-52).

4.2. No Testamento ocorrem algumas formas com ditongo proveniente de semivocalização de consoante: a) de [k], no grupo latino -CT-; b) de [l], no grupo latino -LT-; c) de [g] nos grupos latinos -GN- e -GR- e na sequência final -GE:

a) derecto < DĒRECTU (A, 1.7(2x); A', 1.7: dereito)

feitas < FACTAS (A, 1.27; A', 1.27)

luctosas < (deriv. de luito < LŪCTU (A, 1.6; A', 1.6: luitosas)

b) muitos < MŬLTOS (A, 1.19; A', 1.19)

out(ra) < ALTĔRA (A, 11.8, 15, 25; A', idem)

out(ra)s < ALTĔRAS (A, 11.8, 16, 20, 21, 22; A', idem)

dout(ra)s (A, 1.6; A', 1.6)

outr'aver < ALTĔRU — (A, 1.5; A', 1.5)

out(ro)ssi < ALTĔRU + SĪC (A, 11.6, 19)

out(ri)ssi < ALTĔRU + SĪC (A', 11.6, 19)

c) enteg(ra)m(en)te < ĬNTEGRA + MENTE (A, 11.2, 3; A', 1.2: enteiram(en)te, 3)

rei < RĒGE (A, 1.1(2x); A', 1.1(2x))

reinar < REGNARE (A, 11.3, 20, 21, 24, 25; A', 11.3, 20, 21, 24)

reino < REGNU (A, 11.2, 3, 4(2x), 5, 7, 10(2x); A', idem) — cf. Williams (1938), §92-5A; Huber (1933), §219.2; e Nunes (1919), pp. 123-124.

Aparecem ainda as formas fraire (A', 11.13, 14) e freire (A, 11. 13, 14), de FRATRE; mas, sendo de origem provençal, a sua formação não pertence à história do galego-português, que tem frade < FRATRE.

A integração da forma rei no grupo c) não é pacífica, já que o processo evolutivo que conduziu ao ditongo ei nesta palavra, e ainda em lei < LĒGE e grei < GREGE, tem sido explicado de diferentes maneiras. Assim, Nunes (1919), p. 72 (v. nota 21) e Huber (1933), §227, consideram que o g intervocálico sincopou, de onde resultou um hiato em que a vogal átona final veio a semivocalizar-se; por outro lado, Williams (1938), §§46.8 e 73.4 e Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971), p. 274, consideram que o g se semivocalizou, no latim vulgar,(21) tendo-se depois "fundido" com a vogal seguinte.

A aceitar-se a primeira hipótese, teríamos como resultado da evolução de RĒGE e de LĒGE a sequência [ee], idêntica à que resulta da evolução de FĬDE > f[ee] e de MERCĒDE > merc[ee]; e como resultado da evolução de GRĔGE, o hiato [ɛe], idêntico ao de p[ɛe] < PĔDE e de s[ɛe] < SĔDE. Como explicar então que f[ee]e merc[ee] tenham evoluído para fé e mercê, com crase, enquanto os hipotéticos r[ee] e l[ee] evoluiriam para rei e lei por semivocalização da vogal final? E, do mesmo modo, porque evoluíram p[ɛe] e s[ɛe] para pé e sé, enquanto o suposto gr[ɛe] evoluiria para grei? A contradição inerente à hipótese de Nunes e Huber é a de admitir idênticas etapas intermédias para palavras cujos processos evolutivos conduziram a resultados diferentes, não sendo fornecida qualquer explicação para essa diferença. Por isso, a hipótese de que a semivogal [j] em rei, lei e grei resulte de semivocalização de g latino (tendo-se a vogal final "fundido" com a semivogal ou apocopado(22)) é mais adequada aos dados linguísticos, sendo capaz de explicar a diferente evolução de rei, lei e grei relativamente a fé, mercê, pé e sé (cujos étimos latinos não apresentavam um G intervocálico, seguido de palatal, mas sim um D)(23).

No que respeita às grafias destas palavras, encontra-se nos textos medievais: rei ou rey; lei, ley ou lee; grei ou gree — para rei a grafia i

ou y, em posição final é regular; nos outros casos, ela parece ser mais frequente que a grafia e (cf. R. Lorenzo (1977), s.vv., ley, lei, lee e grey; Azevedo Ferreira, Fuero Real, s.v. ley (35 ocorrências de ley, para 18 de lee e 21 de leys para 1 de lees); e Rübecamp (1933), pp. 51, 57, 74). A grafia lee não prova, como pensava Nunes (1919), p. 72, que tenha havido síncope de g intervocálico já que a grafia e em posição final podia representar uma semi-vogal, como fica demonstrado pela ocorrência de lee com valor monossilábico nas Cantigas de Santa Maria e nos Cancioneiros (cf. Rübecamp (1933), pp. 51 e 57).

Quanto ao valor dissilábico que por vezes têm rei e lei nas C.S.M. (cf. Rübecamp (1933), pp. 51, 55), tal não significa que nestas palavras existisse um hiato (depois transformado em ditongo por semivocalização da segunda vogal), porque a decomposição de um ditongo em duas sílabas (diérese), para regularizar a medida do verso, era, provavelmente, um processo utilizado em textos poéticos destinados ao canto.

No que respeita aos antigos ditongos [oj] de ŭC(T)- e [uj] < < ūC(T)-, ambas as versões do Testamento registam formas com conservação do ditongo. Mas, em muitos, de MŬLTOS, verifica-se já a elevação de [o] (< ŭ) para [u] por assimilação à semivogal – [oj] é dominante em textos galegos, por oposição a [uj] em textos portugueses, já no século XIII e, sobretudo, a partir do XIV; a maior parte dos dialectos galegos mantêm hoje o ditongo [oj], como resultado de ŭ latino seguido de consoante que se semivocalizou; e substituem [uj] por [oj] em palavras com -ūC(T)- na base latina (cf. Rübecamp (1933), pp. 78 e 69 (nota 4); Garcia de Diego (1909), §23.1; Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971), pp. 102 e 104; e R. Lorenzo (1977), s.vv. muyto, moyto).

Quanto às restantes formas com ditongo, proveniente de semivoca-

lização de consoante, que ocorrem no Testamento, há apenas a constatar que esses ditongos se apresentam conformes à etimologia, não se registando casos de substituição de [oω] por [oj]; também não há qualquer exemplo de monotongação.

5. Ditongos resultantes de metátese[24]

5.1. Uma semivogal do latim vulgar, pertencente a um ditongo átono crescente, em posição final (cf. IV. 3) foi atraída pela vogal tónica se estava antecedida das consoantes R, M, S, SS, B, P, U, F (cf. Williams (1938), §§33.2, 34.2, 35.2, 37.2, 38.2). Este processo evolutivo pertence à pré-história das línguas românicas, embora os antigos textos galego-portugueses registem ainda formas sem deslocação da semivogal [j], sobretudo quando antecedida das labiais [b] e [m]: sabia < SAPĔAT; comio < COMĔDO; comia < CALŬMNĬA; vindemia < VINDĒMĬA.

Da deslocação da semivogal de um ditongo crescente átono para junto da vogal tónica, resultaram os seguintes ditongos decrescentes:

[aj]: paixão < PASSĬONE; raiva < *RABĬA

[ɛj], depois [ej]: madeira < MATĔRĬA; feira < FĔRĬA

[ej]: primeiro < PRIMARĬU; vindeima < VINDĒMĬA; queijo < CASĔU

[ɔj], depois [oj]: coiro < CŎRĬU; moiro < *MŎRĬU

[oj] { que se conserva: coifa < CŬPHĬA; roixo < RŬSSĔU
[oj] { que se transforma em [uj]: ruivo < RŬBĔU; chuiva < PLŬVĬA

[oω]: soube < SAPŬĪ; houve < HABŬĪ

A história posterior destes ditongos é idêntica à dos ditongos provenientes de semivocalização de consoante (cf. IV. 4) — no caso de [uj], contudo, nem sempre o ditongo se reduz a [u]: veja-se ruivo, a par de chuva.

5.2. No Testamento, ocorrem, sobretudo, palavras em que a semivogal [j], do latim vulgar, estava antecedida de [r]: assim, caualeiros (A, 1.24; A', 1.24) < CABALLARĬOS; dieiros (A, 1.5; A', 1.5: dineiros) < DENARĬOS; Espitaleiros (A, 1.15; A', 1.15) < HOSPITALARĬOS; moesteiro (A, 11. 11(2x), 15; A', idem) < MONASTĔRĬU; moira (A, 1.10; A', 1.10) < *MŎRĬAT; p(ri)meiram(en)te (A, 11.2, 8; A', idem) < PRIMARĬA + MENTE; Tẽpleiros (A, 1.15; A', 1.15) < TEMPLU + ARĬOS, t(er)ceira (A, 11.9, 15, 26; A', idem) < TERTĬĀRĬA; tesoureiro (A, 1.6; A', 1.6) < THESAURĀRĬU. Para além destas, registam-se duas formas verbais, com semivogal antecedida de U: teiuer (A, 1.7; A', 1.7) < *TENŬĬĔRĬT; teiuerẽ (A, 11.22, 24; A', idem) < *TENŬĬĔRĬNT; e uma forma nominal em que a semivogal [j] estava antecedida da consoante S que palatalizou: beigio (A, 11.4, 23; A', 1.23: beyio) e beio (A', 1.4). Com semivogal [ω] ocorrem as formas ouuer (A, 11.3(2x), 7, 16, 20(2x), 21 (2x), 24(2x), 25(2x); A', 11.3(2x), 7, 16, 17, 20(2x), 21(2x), 24(2x), 25 (2x)) < *HABŬĔRĬT; ouuerẽ (A, 1.17(2x); A', 1.17) < *HABŬĔRĬNT.

Em todos os exemplos oferecidos pelo Testamento verifica-se que a semivogal já havia sido atraída pela vogal tônica.

A antiga forma moira, com ditongo, foi substituída por morra. Segundo Williams (1938), §§176.5, 190.5 "moiro foi substituído por morro [tal como moira foi substituído por morra] por analogia com o tipo volver, sendo o infinitivo morrer". Parece-me mais natural admitir que morro e morra são formas construídas tendo como modelo o infinitivo, morrer: a flexão deste verbo terá, assim, sido regularizada através da generalização do radical morr- acrescentado das desinências de tempo e pessoa. Aliás, neste mesmo verbo também o infinitivo e o futuro foram refeitos: no primeiro caso, morrer substituiu morre < MOR(Ĕ)RE, de acordo com o modelo dos infinitivos dos verbos da 2ª. conjugação; no segundo, morrerei substituiu morrei< MOR(Ĕ)-RE*AIO, refazendo-se a flexão do futuro a partir do infinitivo morrer (cf.

Williams (1938), §§190.1 e 6; Huber (1933), §151.3, nota 3; H. Meier (1948), "A evolução dos pretéritos em português", p. 53).

A forma mais interessante deste conjunto é, sem dúvida, beio, registada pelo copista do manuscrito de Toledo. Haverá que tomá-la como exemplo de monotongação de [ej] em [e]?

O copista do manuscrito de Toledo usa a grafia i quer para representar a semivogal palatal /j/, quer para representar a consoante palatal /ʒ/ (ou /dʒ/). Poder-se-ia, por isso, admitir que a forma beio é um erro na origem do qual estaria a existência no interior da palavra de uma sequência de dois fonemas diferentes mas representáveis pela mesma grafia: assim, ao utilizar o grafema i, para representar a semivogal, o copista teria grafado imediatmente a seguir a vogal final o, já que i era também a grafia disponível para a representação da consoante, [ʒ] (ou [dʒ]), que inicia a sílaba final na palavra beijo. Mas, vejamos que grafias usa o copista do manuscrito de Toledo, ao longo do Testamento, para representar os fonemas palatais sonoros: /i/ , /j/, /ʒ/ (ou /dʒ/): há 24 ocorrências de /ʒ/ (ou /dʒ/) às quais corresponde 23 vezes o grafema i e uma vez o grafema g (Iorgi, 1.11); o fonema /i/ é sempre representado por i; o fonema /j/ ocorre 110 vezes, sendo representado por i em 108 casos; por g uma vez (enteg(ra)-mẽte, 1.3, onde a grafia g é consequência da utilização de uma abreviatura latina) e por y também uma vez (beyio, 1.23). Dada a grande regularidade destas grafias, não é, com certeza, um acaso que as grafias y (a representar a semivogal) e g (a representar a consoante) apareçam exactamente em palavras em que dois fonemas palatais sonoros, geralmente representados pela mesma grafia, aparecem lado a lado: Iorgi, beyio. Ou seja, a utilização de duas grafias diferentes para representar dois fonemas palatais diferentes quando estes ocorrem em sequência parece corresponder a um hábito de escrita do copista do manuscrito de Toledo. Logo a probabilidade de que beio

seja um erro é muito menor: aquilo que penso ser um hábito de escrita do copista do manuscrito de Toledo levá-lo-ia a representar a semivogal, nesta palavra, por y e não por i (tal como fez na 1.23: beyio).

Assim, julgo que deve atribuir-se um significado fonético à variação gráfica entre beio (1.4) e beyio (1.23).

A monotongação de [ej] em [e] está atestada no Livro da Repartiçom da Fruita (Loulé, séc. XV), editado por Valentina Ferreira (1985), através da forma farroberá[25]. Lindley Cintra admite que esta monotongação, tal como a de [ow] em [o], se tenha iniciado no sul de Portugal no século XIII (cf. IV. 1.1.). Mas a forma beio não deve ser tomada como evidência a favor de uma monotongação generalizada de [ej] já no início do século XIII: na palavra beijo, o ditongo está seguido de consoante palatal e este contexto favorece a redução do ditongo. Demonstra-o o português do Brasil onde o ditongo [ej], geralmente conservado, se transforma em [e] antes de [r] ou de consoante palatal (cf. S. da Silva Neto, História da Língua Portuguesa, p. 614. J. Bourciez, em "Note sur quelques faits de la diphtongaison portugaise", p. 399, notou a situação do português do Brasil e explicou-a do ponto de vista fonético: "Si primeiro devient primero, feito demeure, et cette différence mérite d'être soulignée. Le y ne disparaît, en effet, que devant chuintante ou devant r, c'est-à-dire quand il est amené à se fondre dans une spirante voisine. Dans *beyjo, par exemple, j attire y à son point d'articulation, puis les deux tensions n'en font qu'une et la geminée qui en résulte se réduit à une simple."

O Testamento permite-nos estabelecer a hipótese de que no português de inícios do século XIII ocorresse uma monotongação condicionada de [ej] semelhante à que hoje se verifica no português do Brasil. Ainda desta

vez, é o copista do manuscrito de Toledo que nos leva a estabelecer esta hipótese ao adoptar uma forma gráfica que evidencia uma mudança fonética.

6. Ditongos resultantes de semivocalização da segunda vogal(26)

6.1. A semivocalização da segunda vogal de um hiato ocorreu quer em hiatos latinos primários (DĔUS > [dɛ̄ ω ṣ] > [deω∫]), quer em hiatos do latim vulgar resultantes de síncope de consoante intervocálica (ĔGO > [ɛ̄ ω] > > [ɛ̄ω]), quer em hiatos românicos com idêntica origem (CAELU > [tsɛ̄u] > > [sɛ̄ω].

Em consequência dessa semivocalização formaram-se os seguintes ditongos decrescentes:

[aj]: quais < QUALES; vai < VADET

[ɛj]: cruéis < CRŪDĒLES

[ej]: amei < AMAŬĪ; dei < DĔDĪ (com metafonia por i final)

[ɔj]{ que se conserva: sóis < SŌLES
que se transforma em [oj]: boi < BŎUE

[oj]: foi < FŬĪT

[uj]: paúis < PADŪLES; fui < FŬĪ (com metafonia por -i final)

[aω]: mau < MALU

[ɛω]{ que se conserva: véu < VĔLŬ
que se transforma em [eω]: meu < MĔU; eu < ĔGO

[eω]: creu < CRĒDO; feu < FOEDU

[oω]: vou < VADO

[iω]: fio < FĪLU

Como se vê, as vogais tónicas [+baixas], geralmente, tornaram-se [-baixas], por assimilação à semivogal se esta provinha de um hiato latino,

primário ou secundário: AMAŬĪ > [amai] > [amaj] > [amej]; BŎUE > [bɔe] > > [bɔj] > [boj]; MĔU > [mɛu] > [mɛω] > [meω]; ĔGO > [ɛo] > [ɛω] > [eω]; VADO > [vao] > [vaω] > [voω]. Mas mantiveram o seu timbre quando integravam um hiato resultante de síncope de consoante intervocálica no galego-português: quais < QUALES; cruéis < CRUDĒLES; sóis < SŌLES; mau < MALU; véu < VĔLU. Os ditongos [ɛj], [ɔj] e [ɛω] conservam-se. Em relação à evolução posterior dos outros ditongos, veja-se IV. 4. Ressalve-se, no entanto, os seguintes casos: de [uj], que em posição final se conserva sempre; de [oj] que em posição final não alterna com [oω]; da sequência final -io que em muitos dialectos é um hiato (cf. Leite de Vasconcelos, Opúsculos, II e VI, passim; e Gonçalves Viana (1883), p. 33 e (1892), p. 52); e de [eω], ditongo que desapareceu, já que as formas em que ocorria foram substituídas por outras com ditongação da vogal tónica (creio substitui creu; feio substitui feu). (27)

6.2. A semivocalização produziu-se muito cedo nos hiatos latinos primários, que têm sempre valor monossilábico nas Cantigas de Santa Maria e nos Cancioneiros; o ditongo eu, de -ĔŬ/-ĔŌ, conservava, contudo, o timbre aberto, [ɛω] (cf. Rübecamp (1933), p. 29 e Williams (1938), §48. 2A).

No Testamento têm -ĔŬ/-ĔŌ na base etimológica, as formas: Deus (A, 11. 1(2x), 2, 7, 15; A', idem) < DĔŬS; meu (A, 11.1, 2(3x), 3, 4, 5, 7, 8, 10(6x), 11(4x), 12, 15, 18, 20(2x), 21(2x), 23(2x), 23-24, 24, 24-25; A', idem) < MĔŬ; meus (A, 11.13, 17, 20, 24(2x); A', 11.1(2x), 2(2x), 4 (2x), 5, 9, 13, 16, 17(2x), 18, 20, 22, 24(3x))) < MĔŌS. A regularidade da grafia u, nestas formas, em ambos os manuscritos do Testamento só pode significar que essa grafia está a representar a semivogal, já que o copista do manuscrito da Torre do Tombo nunca usa a gra-

fia u, mas sim o, para representar as realizações da vogal átona final /o/; e o copista do manuscrito de Toledo usa essa grafia apenas em 17% dos casos (cf. I. 2). Nas formas Deus, meu e meus, do Testamento estão, pois, representados ditongos e não hiatos. O mesmo ditongo [εω] ocorre nas formas de 3ª. pessoa do pronome possessivo, seu (A, 11.4, 16, 17(2x); A', idem) e seus (A, 11.4, 23; A', idem), de *SĔU, *SĔOS, respectivamente (formas criadas no latim vulgar por analogia com a 1ª. pessoa, MĔUS — cf. Grandgent-Moll (1952), §387; junto delas, continuaram a existir as clássicas SŬU e SŬOS, das quais saíram as formas do português antigo sou, sous). De acordo com Rübecamp(1933), p. 29, seus rima com Deus nas Cantigas de Santa Maria. Também a forma eu (A, 11.1, 4(2x), 6, 7, 10, 12, 14, 16, 18, 22; A', 11.1, 4(2x), 6, 7, 10, 14, 16, 18, 22, 26) < ĔGO, proveniente de hiato do latim vulgar (por ter sincopado o g intervocálico), corresponde, concerteza, no Testamento, ao ditongo [εω]: apresenta regularmente a grafia u em ambas as versões do Testamento, tal como Deus, meu, meus, seu e seus; tal como estas formas é monossilábica nas C.S.M. e nos Cancioneiros e nunca rima com o ditongo -[eω] da 3ª. pessoa do singular dos pretéritos perfeitos (cf. Rübecamp (1933), p. 29).

De étimo latino com hiato, resulta ainda a forma leigos (A, 1.16; A', 1.16) < LAĬCOS, e as formas galardoei (A, 1.16; A', 1.16), derivado de galardõ (este do gótico *WITHRALAUN — cf. Corominas e Pascual, s.v. galardón), e mandei (A, 1.25; A', 1.25), de MANDARE — a terminação -ei das duas últimas, de acordo com Williams (1938), §165-166, deriva do latim vulgar -ĀI (e não do cláss. -AŬĪ). Em todas estas palavras, a grafia ei mostra-nos que já se dera a elevação e anteriorização da vogal tónica, o que implica a existência de uma semivogal (já que não há metafonia de á tónico em português): assim, a grafia ei representa no Testamento, nestas palavras, o ditongo [ej]. O mesmo ditongo [ej] ocorre, talvez, em dei (A, 1.13; A', 1.13)< < DĔDĪ, resultante de hiato secundário do latim vulgar: Rübecamp (1933),pp.

33 e 53 regista nas C.S.M. dei (ou deỳ) com valor monossilábico e em rima com formas com ditongo [ej], como rei < RĒGE, lei < LĒGE, sei < SAPĔO).

Por último, ainda de hiato latino, a forma dous (A, 11.17,18; A', idem) < DŬOS que levanta dificuldades no que respeita à sua evolução fonética (cf. R. Lorenzo (1977),s.vv. dous, duas: "La evolución es un tanto extraña"). De facto, de DŬOS > [dooș] esperar-se-ia que resultasse, por crase, dos (forma que Huber (1933), §350 e Vázquez Cuesta e Mendes da Luz (1971), p.199, registam no português antigo, mas que parece ser rara e que não sobreviveu; dos é a forma do castelhano e do catalão). Williams (1938), §39.10, diz que " ǫ tônico do lat. vulg. em hiato com o final > ou: DŬOS > dous; SŬUM > sou (arcaico)", o que entra em contradição com o §99.2: "Se as duas vogais em hiato eram a mesma e da mesma qualidade, contraíam-se". No §48.3B, precisa o conteúdo do §39.10: "Se o hiato já existia em latim o resultado era ou: DŬOS > dous; SŬU > sou (arcaico)". Mas não explica por que razão a lei fonética estabelecida em §99.2 não se aplica quando "o hiato já existia em latim". Meyer-Lübke (1889-90), na sua Grammaire des langues romanes, §276, diz-nos que: "Pour les voyelles en hiatus latin, l'ancienne quantité n'entre pas en considération (...) la langue populaire les traite suivant leur timbre ou suivant le timbre de la seconde voyelle atone. La règle est la suivante: i et u anciens persistent; ĕ ancien passe a ę devant un i suivant et a e devant un a; un ancien o passe a ǫ devant un u suivant, et a ǫ respect. ų devant un a ou un i suivant (...) La différence de qualité n'est donc pas due à la quantité, mais est un phénomène de dissimilation." Dá, entre outros exemplos, o de SŬŬS (nom. sing.) > sous. Grandgent-Moll (1952), §§167 e 217, Maurer (1959), §9-a, e E. Bourciez (1930), §52, exprimem idêntica opinião; este último acrescenta ainda que [o] tónico se abriu em [ɔ] não só antes de u como também antes de o final.

No que respeita ao português, esta dissimilação permitiria explicar a semivocalização da segunda vogal nas antigas formas dos pronomes possessivos, sou < [sɔu] < SŬŬ e tou < [tɔu] < TŬŬ, já que entre a vogal tónica e a vogal átona haveria, neste caso, uma diferença tímbrica correspondente a dois graus de abertura. Mas, em relação a dous< [dɔos] < DŬŌS, não é evidente que houvesse condições para a semivocalização visto que, por exemplo em [sɔos] < SŎLŌS, a mesma sequência [ɔo] evolui por crase, só, e não por semivocalização —a não ser que, relativamente a dous, se pressuponha um aprofundamento da dissimilação de [dɔos] para [dɔus] ainda no latim vulgar. Por outro lado, o castelhano e o catalão dos < DŬŌS bem como as antigas formas castelhanas do pronome possessivo, to < TŬŬ e so < SŬŬ, pressupõem como etapas intermédias, respectivamente, [doos], [too] e [soo] e não [dɔos], [tɔo] e [sɔo] (cf. Menéndez-Pidal, Manual, §§89, 96.2; Corominas e Pascual, s.v. dos; e Badía-Margarit (1951), § 191.1);tal facto torna menos provável que as formas com dissimilação, pressupostas por outras línguas românicas, nomeadamente o francês e o romeno (cf. Meyer-Lübke (1889-90),§280), pertencessem ao latim vulgar hispânico. Em síntese, relativamente à forma dous, a hipótese de que a sua evolução se explique tendo em conta uma forma etimológica com dissimilação das vogais em hiato, não está isenta de dificuldades.

Outra hipótese: Väänänen (1967), no §75 da sua Introducción al Latin Vulgar diz-nos que existiu no latim vulgar uma tendência para intercalar uma semivogal [j] ou [ω] entre duas vogais em hiato, pelo que duo, por exemplo, se pronunciou du^{ω}o. Talvez esteja numa forma deste tipo, com epêntese de semivogal para evitar um hiato, a explicação do português dous em que o segmento semivocálico do ditongo resultaria da fusão entre asemivogal epentética do latim vulgar e a vogal final, como aconteceu em formas como

AUUS > AUS, FLAUUS > FLAUS, RIVUS > RIUS (Appendix Probi, 29, 62, 174) — é a epêntese de uma semivogal que permite explicar o romeno două, de acordo com Meyer-Lübke (1889-90), §279: "Le roumain doue est sorti de duas par l'intermédiaire de doue, duue, forme dans laquelle u suivi de u a passé à o (...). Ainsi s'explique qu'on n'ait pas doae." (o que contraria a afirmação de Väänänen de que "este procedimiento [intercalação de um segmento de transição entre duas vogais em hiato] no ha afectado en modo alguno a la evolución del vocalismo latino y románico" (§75)).

Quanto ao topónimo Tui (A, 11.6, 11; A', idem) < TUDE, o hiato formado no latim vulgar pela síncope do d intervocálico havia-se já transformado num ditongo, por semivocalização da segunda vogal, como fica revelado pela grafia da palavra em ambos os manuscritos do Testamento.

Resta-nos considerar as formas resultantes da contracção da preposição a com o artigo definido: ao (A, 11.11(3x), 13(2x), 15), ou (A', 11.11 (3x), 13(2x), 15) < AD ĬLLU, aos (A, 11.11, 13, 14, 15(3x), 16), ous (A',11. 11, 13, 14, 15(3x), 16).

A forma átona ao evoluiu em português em dois sentidos: ou a segunda vogal se semivocalizou, [aω], como acontecia com a sequência -ão com á tónico, [maω] < MALU; ou a segunda vogal assimilou a primeira, após o que as duas se contraíram, ao > oo > [ɔ], como acontecia com a sequência ao ou -ão quando ambas as vogais eram pré ou pós-tónicas, comiar < coomiar < CALŬMNĬARE e Esteuo, Esteuoo < Esteuão < STEPHANU (cf. Rübecamp (1933), p. 49, que também regista regoos < REGŬLAS). A forma galega é ó com contracção (cf. R. Lorenzo (1977), s.v. ao); enquanto a forma do português padrão é ao com semivocalização.

Rübecamp (1933) regista a forma oo (dissilábica) nas Cantigas de Santa Maria — com assimilação mas sem crase (cf. p. 46)[28]. A forma ao é

geralmente dissilábica nas C.S.M., mas parece corresponder a uma única sílaba em alguns "exemplos isolados" ("se é que não se trata de versificação incorrecta ou se não deve admitir-se outra lição"— Rübecamp, p. 43).

As formas ou, ous que ocorrem no manuscrito de Toledo, tanto poderiam corresponder a um hiato, com assimilação da primeira vogal pela segunda, como a um ditongo. Mas, o copista do manuscrito de Toledo grafa o artigo definido 20 vezes com o e 3 com u (13%), no singular, e 8 vezes com o(s) para 1 vez com u(s), no plural (11%); enquanto na sequência resultante da contracção da preposição a com o artigo definido, o segundo elemento é sempre grafado com u: 6 ocorrências de ou e 7 ocorrências de ous. A regularidade da grafia u, nestes casos, aproxima estas formas de outras que também apresentam sempre grafia u para o segmento final de uma sequência vocálica, Deus, meu, meus, seu, seus, eu, e leva-me a concluir, por isso, que em ou e ous do ms. de Toledo, temos a representação de um ditongo em que a primeira vogal foi velarizada por assimilação à semivogal.

Quanto às formas ao, aos, do manuscrito da Torre do Tombo, a regularidade da grafia o não nos permite duvidar de que essas formas correspondessem a hiatos (tanto mais que nas C.S.M., de finais do século XIII, elas eram, como dissemos, geralmente dissilábicas).

NOTAS

(1) Cf. Väänänen (1967), §§56, 60; Grandgent-Moll (1952), §§209-211, 215; Haadsma (1963), §16; Maurer (1959), §10; E. Bourciez (1930), §51; Lausberg (1956-1963), §§241-244.

(2) Para uma informação mais detalhada sobre a distribuição geográfica dos diferentes resultados de AU latino, veja-se Leite de Vasconcelos, Esquisse d'une dialectologie portugaise, §56-6; Lindley Cintra, "Os ditongos decrescentes ou e ei . . ." Estudos de Dialectologia Portuguesa, pp. 43 e 52; Lindley Cintra, "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses", idem pp. 143, 156, 160-163; Paiva Boléo e Santos Silva, "O mapa dos dialectos e falares de Portugal continental", Estudos de Linguística Portuguesa e Românica, pp. 325-340.

(3) A Notícia de Torto (c. 1214-1216) confirmaria a hipótese de que a evolução já se tinha iniciado no séc. XIII (mas não a sua origem a sul do território), se as numerosas formas com grafia o que aí ocorrem, onde se esperaria a representação de um ditongo, forem consideradas atestações da monotongação de [oω] em [o]: mando < MANDĀŬĬT) - 1.24; o[to]rgasse (< AUCTORICASSET) - 1.6; otra (< ALTĔRA) - 11.49, 53, 54; otras (< ALTĔRAS) - 11.40, 53; otro (< ALTĔRU) - 11.22, 44; oue (< HABŬĬT) - 11.2, 30, 31, 32, 33, 51, ouerũ (<*HABŬĔRŬNT) - 11.11, 20, 53; ouideas (< AUDĪTE ĬLLAS) - 1.43; ouireides (< AUDĪRE(HAB)ĒTIS) - 1.28; ouir (< AUDĪRE) - 1.42; troserũno (*TRAXŬĔRŬNT ĬLLU) - 1.23.

(4) Cf. Väänänen (1967), §§91-92; Grandgent-Moll (1952), §254; Haadsma (1963), §19-b, d; Maurer (1959), §13; E. Bourciez (1930), §53-c; Meyer-Lübke (1889-90), §501; Lausberg (1956-1963), §§344-348.

(5) A existência de uma forma dey, no português medieval, foi referida por Leite de Vasconcelos (1906), R.L., IX, p. 54, que dela apontou uma ocorrência no, por ele editado, Livro de Esopo e por C. Michaëlis de Vasconcelos (1922), R.L., XXXIII, p.24, s.v. dar, que a localizou no Graal. Leite de Vasconcelos e C. Michaëlis, bem como Huber (1933), §401.1. e Williams (1938), §182.3, consideram que dei resulta de DĔDĬT por evolução fonética regular, o que não é evidente: Se, nas formas verbais, LĔGĬT (pres.

ind.), LĔGĒ (imperativo) e SĔDĒ (imper.), evoluiram, respectivamente, para lê, lê e sê (como CRĒDĬT e CRĒDĒ > crê, VĬDET e VĬDĒ > vê) e, nas formas nominais, SĔDE e PĔDE evoluiram, respectivamente para sé e pé (como MERCĒDE > mercê e FĬDE > fé), porque evoluiria DĔDĬT para dei? — Quanto a grei < GRĔGE, rei < RĒGE e lei < LĒGE, veja-se p. 108; o antigo imperativo sei (de ser) tem sido explicado como proveniente de *SĔDĪ (cf. Williams (1938), §198.4, que cita Cornu), ou formado por analogia com vai (Huber (1933), §149.2, nota 1), embora Williams o considere resultante de evolução fonética regular (Will., §198.4) — idênticas explicações deverão ter os antigos imperativos crei (de crer) e vei (de ver).

Nas Cantigas de Santa Maria e no Cancioneiro da Ajuda só ocorre a forma deu (cf. W. Mettmann, Cantigas de Santa Maria (Glossário), IV, s.v. dar, p. 88; e C. Michaëlis de Vasconcelos, "Glossário do Cancioneiro da Ajuda", s.v. dar). Na Demanda do Santo Graal ocorre com alguma frequência a forma dei; mas sempre antes do pronome lhe (cf. A. Magne, A Demanda do Santo Graal (Glossário), III, s.v. dar). Tal facto, leva Magne a pensar que dei pode resultar de uma transformação de deu, em contexto palatal: "Quanto à forma dei, poderá ser a terceira pessoa singular correspondente do verbo latino dare no perfeito indicativo, ou seja dĕdit, (...) Contudo o facto de esta forma vir sempre seguida de lhe, nos poucos exemplos que dela se conhecem, induz a crer que dei, neste caso, é mera alteração de deu por influência da palatal lh. São os seguintes, salvo engano, os poucos exemplos, no Graal, de dei-lhe por deu-lhe; 22c/d, 66: acalçou-o e dei-lhe vozes; 26c, 77:... se foi a Galaaz e dei-lhe o maior golpe; 46a, 139: Galvam cometeu-o outra vez e ergeu a espada e dei-lhe uũ tam grã golpe per cima do elmo, que o meteu em terra estorgido; 50b, 149: e êle se abaixou logo e dei-lhe a hóstia que tinha, e disse...; 79b/c, 212: tanto que viu os cavaleiros, dei-lhe vozes, dizendo, etc. Afora êstes lanços do Graal, aduzem-se aqui mais três exemplos. Cr. do Cond., c. 9, 1911, p. 19: logo, sem se mais detendo, se foi aa reguarda e dei-lhe aquelas mesmas novas. Fab. port., XII, RL, VIII, p. 111: quando êste rato chegou aa aldea, seu amigo houve com êle grande prazer e dei-lhe a comer favas e trigo e ervanços. Códice alcobacense 266, ap. Nunes. Crest. arcaica^2, p. 64: e o porteiro dei-lhe ũa escudela de terra. Mais um exemplo de dei, por deu, aponta J.

L. de Vasconcelos, RL, IX, p. 67 [cf. ib., p. 54]. Ocorre no Livro de Vespasiano, c. 6, fl. 4 [não numerada], ll. 19-20: molher, dá-me êsse pano com que alimpe o rostro; e a Santa Verónica dei-lho [transcrito, por descuido, deo-lho, na ed. de F. M. Esteves Pereira, Lisboa, 1905, p. 24]. Como fica dito, são apenas conhecidos exemplos de dei, por deu, diante de lhe. É digna de nota, no entanto, no Graal, a epígrafe do n. 50, fl. 16 c. [cf. vol. I, p. 94], que está assim redigida: como o escudeiro deyu o escudo a Galaaz, com risco apagando o y; o copista, que escrevera primeiro dey, corrigiu para deu." (pp. 156-157).

Se vier a verificar-se que a forma dei ocorre apenas em manuscritos medievais relativamente tardios (como o do Graal (XV) ou o do Livro de Esopo (XV)), ter-se-á encontrado mais um argumento, a juntar ao de Magne, para não derivar dei directamente de DĔDĬT.

Refira-se que no Livro de José de Arimateia, fol. 115r, ocorre creyo (P3 do pret. perf.), mas não ocorre crey, forma que também não aparece na Demanda; o assunto necessita de maior investigação .

(6) Por analogia com a 3ª. pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da 1ª. conjugação, formou-se também dou, forma que co-ocorria com deu (cf. Williams (1938), §182.3; Magne, A Demanda do Santo Graal, (Glossário), III, s.v. dar; Rodrigues Lapa, Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer (Glossário), s.v. dar).

(7) Cf. Väänänen (1967), §321; Grandgent-Moll (1952), §273; Haadsma (1963), §88-a; Maurer (1959), §76-b, pp. 159 e 160; E. Bourciez (1930), §87-b; Meyer-Lübke(1894-95), §§237, 243; Lausberg (1956-1963), §870; Menéndez-Pidal, Manual, §116.2 e 3.

(8) Não incluí neste grupo a forma duodecima (A, 1.26; A', 1.26), por ser uma forma erudita, decalcada sobre o lat. DUŌDECĬMA, como se vê comparando-a com doze < lat. vgl. DODECE, DODECI(M) < lat. cláss. DUŌDĔCIM ou com dízima < DECĬMA (cf. Väänänen (1967), §§78-79; e Williams (1938), §§131.3, 136.11 e 12).

(9) Cf Väänänen (1967), §§76, 77; Grandgent-Moll (1952), §224; Haadsma (1963), §15-a; Maurer (1959), §9-c; E. Bourciez (1930), §52-b.

(10) Ditongos átonos finais de formação tardia são os de fêmea < FEMĬNA; gémeo < GEMĬNU; côdea < *CŬTĬNA; rédea < *RĔTĬNA; sêmea <SĬMĬLA. Cf. Williams (1938), §91.1: "O e de côdea, fêmea, etc., contava como sílaba separada ainda no Cancioneiro Geral (A.D. 1516), mas tornou-se iode pouco depois dêsse tempo." Os referidos ditongos que, sendo de formação tardia, se mantêm no português moderno, formaram-se todos eles a partir de um hiato do galego-português (resultante de síncope de -l- ou -n- intervocálicos); enquanto que os ditongos átonos finais de formação antiga, que o português moderno não conserva, resultam de hiatos do latim vulgar (primitivos ou provenientes de síncope de -d- ou -g- intervocálicos. Mas, não está esclarecido por que razão na forma termio (< TERMĬNU), o ditongo é de formação antiga, apesar de ser consequência da síncope de um -n- intervocálico no galego-português.

(11) O Prof. Lindley Cintra lê deiuer no ms. da Torre do Tombo e comenta: "o suposto u descedo que resulta ler-se deiuer, e não deuier, com u = v / Cfr. na redacção latina do testamento: filius meus et filia, qui vel quae debuerit habere regnum" (leitura não publicada).

(12) Cf. II. 2, p. 42 e Nunes (1919), pp. 370-371.

(13) Também nas Cantigas de Santa Maria não ocorre a forma ma, mas apenas mia — em próclise. Cf. Metmann, C.S.M. (Glossário), IV, p. 196: "mia mỹa, minna PRON. POSS.: proclítico: 5.79 mia companneira; 9-93 Dar-ll'ei con mia lança; 14.29, 21.16, 25.62, 147.33 a mia ovella me dá; 165.62 de mias lagrimas duas || posposto: 2.35 per ti viv'a Sennor mya 135.115 prol /será minna; 161.22 a mia vỹa me guardade./ E pero que mynna digo, ante tenno que é vossa; 292.78 que ponna esta omagen... u a mỹa está (E; F: mynna)."

No que respeita à 2ª. e 3ª. pessoas do pronome possessivo, ocorrem nas C.S.M., em posição átona, tanto as formas reduzidas ta e sa como as formas tua e sua. Parece assim que a redução das formas átonas se verificou mais cedo para a 2ª. e 3ª. pessoas do que para a 1ª. pessoa. Machado, (1952), s.v. meu dá 1265 como data da mais antiga atestação de ma: "em 1265: "screuj e séeley esta carta con ma mão própria...", no Portel, p. 23" (cf. também R. Lorenzo (1977) s.vv. mjna, mina, mjña, minha, mj̃a, ma que cita exemplos do Cancioneiro da Biblioteca Nacional).

No Cancioneiro da Ajuda há um único exemplo de ma — cf. C. Michaëlis de Vasconcelos, "Glossário do Cancioneiro da Ajuda", s.vv. mia e ma: "ma(...) raríssima forma reduzida de mia mha, sempre proclítica, do pronome possessivo (...): 8598 (...)".

(14) Veja-se nota (10).

(15) Cf. J. Bourciez (1937), em "Note sur quelques faits de la diphtongaison portugaise", Bulletin Hispanique, XXXIX: "(...) dans un mot tel que abuitre, l'avant-dernière syllabe tend à s'alléger et, par suite, à reduire sa diphtongue. L'élément faible augmente sa fermeture; l'i devient un y; dès lors, il n'y a plus diphtongue, mais chaînon implosif. Or le y implosif n'est pas normale en portugais: il devient une aspiration et disparaît purement et simplement: on a donc abutre et non plus *abuytre. Il est préférable de ne pas invoquer ici la résorption du second élément vocalique dans le premier, je veux dire l'évolution ei > ee > e (...)" (pp. 387-388).

(16) A forma cutelo ocorre já em textos latinos do século XII (cf. R. Lorenzo (1977), s.vv. coytelo, cuytelo; e Machado (1952), s.v., cutelo). Não me parece que possa interpretar-se como um caso de redução precoce do ditongo, quando em outras palavras a redução do ditongo -ui-, resultante de semivocalização de consoante, não se atesta antes do séc. XIV ou XV. Existiria em latim vulgar, ao lado de CULTELLU, uma forma CUTELLU, com síncope do primeiro l por dissimilação: l - ll > ∅ - ll? (cf. Väänänen (1967), §§134-135).

A forma cuitelo < CULTELLU aparece ainda em textos do século XV (cf. R. Lorenzo (1977), s.vv. coytelo, cuytelo):

(17) Cf. Huber (1933), §81-a e Menéndez-Pidal, Orígenes, §§12-18.

(18) Cf. Leite de Vasconcelos, Esquisse d'une dialectologie portugaise, §56-g; Lindley Cintra, "Os ditongos decrescentes ou e ei ...", Estudos de Dialectologia Portuguesa, pp. 42-43; Lindley Cintra, "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses", idem, pp. 143, 154, 160-163; Paiva Boléo e Santos Silva, "O mapa dos dialectos e falares de Portugal continental", Estudos de Linguística Portuguesa e Românica,

pp. 325-340.

(19) Cf., no entanto, J. Bourciez (1937), em "Note sur quelques faits de la diphtongaison portugaise", Bulletin Hispanique, XXXIX: "Si la phonétique populaire a favorisé leur évanescence [dos ditongos] le "sermo urbanus" les a, par contre, maintenues ou réintroduites. La réaction, toutefois, n'a pas été complète. De là un certain flottement dans le vocalisme, quand on envisage du point de vue étymologique le vocabulaire portugais. De là également des reconstitutions parfois fantaisistes. C'est, en effet, au souci d'hypercorrection qu'il faut, je pense, attribuer la diffusion, au XVIe siècle, de oiro, toiro aux lieu et place de ouro, touro, qui se maintiennent, d'ailleurs, à côté des formes erronées et sont même les seuls pratiquement employés au Brésil."p.398).

(20) Cf. Malmberg, em "Sur quelques faits de la différentiation vocalique", Phonétique Générale et Romane. Este autor explica algumas formas com ditongo [oj] do francês antigo como resultantes de outras com ditongo [oω], através de um processo de diferenciação vocálica: "Nous avons, semble-t-il, dans notre diphtongue ou toutes les conditions nécessaires pour que la différenciation se produise: deux éléments voisins l'un de l'autre (deux voyelles labio-vélaires en contact) et une tendance à l'assimilation, à la fusion des deux dans une seule voyelle /u/." (p. 359). Em consequência deste processo o francês antigo teria conhecido uma alternância fonética entre [oω] e [oj], tendo-se posteriormente fixado, para cada par de formas, em apenas uma das realizações.

"Le phénomène phonétique que nous supposons à la base de la naissance des formes en oi n'est pas inconnu ailleurs dans la Romania. M. Millardet rappelle (Linguistique et dialectologie romane, pp. 271 ss) l'existence en provençal de formes comme coide (< cubitum) à côté de cobde, covede, coisna (< culcina), coitivar, coitiva (< cultivare, cultivat). Et le passage bien connu en espagnol et en portugais du groupe latin -ultum à ujto est tout à fait analogue (multum > port. muito, esp. mucho). Le l préconsonantique latin était vélaire et s'est par conséquent vocalisé dans la péninsule ibérique comme en galloroman (esp. otro < altrum comme fr. autre etc.). Si le résultat du l préconsonantique dans le groupe ult est différent de celui de l après les autres voyelles, c'est justement parce que l se trouvait en contact direct avec un élément labio-vélaire et que les deux, le o (< u bref latin,

devenu ensuite u en esp. et en port. à cause de l'influence fermante du yod, issu du l vocalisé) et le l vocalisé, donc u, ont tendu à s'assimiler l'un à l'autre et à se confondre en u.L'élément vélaire u a donc été remplacé par un élément palatal par différenciation." (p.361).

E mais adiante, referindo-se à substituição de [oω] por [oj] em português, acrescenta: "Le portugais nous fournit, me semble-t-il un parallèlle des plus intéressants à l'évolution supposée pour le français." (p. 373).

Cf., ainda, Baldinger, La formación de los domínios lingüísticos en la Península Ibérica, p. 194 e nota 243.

(21) Cf. Grandgent-Moll (1952), §259; Haadsma (1963), §26; e Lausberg (1956--1963), §§392-395.

(22) Um -e final apocopou quando estava precedido de um segmento [-vocálico] que podia ligar-se à sílaba anterior, transformando-a numa sílaba travada (cf. Williams (1938), §46.2 e Nunes (1919), p. 70).

(23) Entre as formas verbais, regista-se crase entre as vogais de uma sequência [ée] ou [ɛ̃e], em: CRĒDĬT (pres. do ind.) e CRĒDĒ (imperativo) > crê, VĬDET (pres. do ind.) e VĬDĒ (imper.) > vê, SĔDĒ (imper.) > sê; mas também em LĔGĬT e LĔGĒ > lê, onde havia um g intervocálico e deveria esperar-se, de acordo com a hipótese de Williams (1938) e Vázquez Cuesta (1949), um ditongo, *lei. Talvez lê resulte de analogia com outras formas verbais.
Quanto à terminação -ẽis < -ĒLES [ɛ̃les](cf. Williams (1938), §46.7A) do plural dos nomes com terminação -el [ɛl], a evolução por semivocalização da segunda vogal (em vez da crase que se esperaria) é, concerteza, condicionada pelo paradigma dos plurais dos nomes com -l final no singular: *animal* (< ANIMĀLE) – *animais* (< ANIMĀLES), *caracol* (< CARACŌLE) – – *caracóis* (< CARACŌLES), *paúl* (< PADŪLE) – *paúis* (< PADŪLES), *cruel* (< CRUDĒLE) – *cruéis* (< CRUDĒLES).

(24) Não incluí neste grupo a forma depois, que ocorre no ms. de Toledo (A', 11.13, 14; cf. A. 11.13, 14: depos), por a sua etimologia não estar ainda completamente esclarecida. No entanto, a admitir-se a base etimológica *DE POSTIUS que é, até agora, aquela que se apresenta como mais

provável (por se encontrar apoiada em formas de outras línguas românicas), o ditongo oi, em depois, terá resultado de metátese. Quanto à forma depos, dada pelo ms. da Torre do Tombo, provém do lat. DE PŎST. (Cf. Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, pp. 187-189 (nota 71); e R. Lorenzo (1977),s.vv. poys, pois).

(25) Num documento do mosteiro de Chelas, feito em Lisboa em 1296, e publicado por Pedro de Azevedo na Revista Lusitana, IX , p. 274, ocorrem as seguintes formas com grafia e por ei: mostero (11.2, 4, 10, 12, 15), d'outeru (11.5, 6), meo (1.10), primero (1.15). Mas, de acordo com a opinião expressa pelo Prof. Lindley Cintra no seu Seminário de Linguística Histórica Portuguesa (1983-84), o escriba que produziu esse documento era, provavelmente, de origem aragonesa, visto que usa a grafia nd para representar o som [ɲ], na forma vinda (= vinha) e simplifica, por assimilação, o grupo -ld- em -ll- na forma sollos (= soldos). — Cf. Menéndez-Pidal, Orígenes, §§53-1 ("Grupo nd")e 54-1 ("Grupo ld"). Acrescente-se que 1296 corresponde ao reinado de D. Dinis, casado com D. Isabel de Aragão.

(26) Não incluí neste grupo a forma Viseu (A, 11.6, 9, 26; A', idem) por o seu étimo não estar estabelecido (cf. Antenor Nascentes (1932), II, s. v. Viseu).

(27) No que respeita à sequência -eo houve dois processos de anular o hiato: ou a vogal átona se semivocalizava [éu] > [éω] (cf. C. Almeida de Carvalho, Glossário das Poesias de Sá de Miranda, s.vv. crer, seo, veu, vir), ou a vogal tónica se ditongava [éu] > [éju] (o primeiro tipo de evolução ocorreu mais cedo que o segundo). Na sequência -éa apenas a ditongação era possível, já que a vogal átona sendo [+baixa] não apresentava condições para semivocalizar-se, [éα] > [éjα] . Durante algum tempo, terão coexistido as formas com semivocalização e as formas com ditongação: feu~feio, creu~creio. A língua veio a fixar-se nas segundas, talvez para reforçar a coesão paradigmática entre pares como feio e feia, creio e creia, etc.

(28) Rübecamp refere a existência de uma forma contracta o num documento (galego?) do século XIII: tem como fonte Garcia de Diego (1909); mas na p. 103 dos Elementos de Gramática Histórica Gallega, para onde remete, não há qualquer referência a tal documento.

V. Conclusões

1.1. Da análise a que se procedeu de alguns aspectos do vocalismo nas duas versões, hoje conhecidas, do Testamento de Afonso II (1214), ressalta, antes de mais, a desigualdade, enquanto documentos linguísticos, entre o manuscrito da Torre do Tombo e o manuscrito de Toledo. Essa desigualdade traduz-se, como vimos, nas seguintes diferenças específicas:

A. Vogais átonas finais (pp. 9 a 24)

Ms. da Torre do Tombo	Ms. de Toledo
Portu (11.6, 9, 26)	Porto (11.6, 9, 26)
suso (11.13, 15, 16, 18, 19(2x), 20, 21(2x), 22)	susu (11.13, 15, 16, 18, 19(2x), 20, 21, 22) suso (1.21)
o (art. def.) (11.1(2x), 3(2x), 4(2x), 5, 7, 9(3x), 10, 15(2x), 20, 22, 23, 25(3x), 26(5x))	u (art. def.) (11.9, 20, 22) o (art. def.) (11.1(2x), 3(2x), 4(2x), 5, 7, 9, 10, 15, 23, 25(3x), 26(5x))
o (pro. dem.) (11.9(4x), 14(2x), 26(4x))	u (pro. dem.) (11.9(5x), 14, 15) o (pro. dem.) (11.14, 26(24x))
manus (1.5)	manos (1.5)
os (art. def.) (11.5, 15, 19(2x), 22, 24(3x))	us (art. def.) (1.15) os (art. def.) (11.5, 19(2x), 22(2x), 24(3x))
Gurge (1.11)	Iorgi (1.11)
ssi (11.2, 3(2x), 4(2x), 8, 12, 19, 21, 22, 23) se (1.20)	sse (11.2, 3(2x), 4(2x), 8, 12, 19, 20, 21, 22, 23)

Nota: conforme ficou dito na p. 19, Portu e manus correspondem, provavelmente, a latinismos gráficos mas em susu, u (art. def.), u (pro. dem.) e, talvez, em us (art. def.) (cf. p. 20) temos grafias fonéticas. Grafia fonética é também a de Iorgi (cf. pp. 21-23). Quanto a se, ssi; sse veja-se pp.23-24.

B. Vogais pretónicas mediais (cf. pp. 41 a 44)

Ms. da Torre do Tombo	Ms. de Toledo
difindemẽto (1.4)	defendim(en)to (1.4)
uinir (1.23)	uenir (1.23)
descordia (11.18, 19)	descordia (1.19) discordia (1.18)

C. Terminações nasais (cf. pp. 81 a 87)

Ms. da Torre do Tombo	Ms. de Toledo
forũ (1.27)	foron (1.27)
nõ (11.3(2x), 16, 17, 18(2x), 19(2x), 21, 22, 23, 24)	nũ (11.3(2x), 17, 22, 23, 24) nõ (11.18(2x), 21)

Nota: de acordo com o exposto nas pp. 85-86, a representação -ũ, para a desinência da 3ª. pessoa do plural do pretérito perfeito pode interpretar-se como um latinismo gráfico (< ũt > <—> ŬNT>[õ] <—> < ũ >); mas no que respeita ao advérbio de negação é, seguramente, uma grafia fonética.

D. Ditongos (cf. pp. 93 a 120)

Ms. da Torre do Tombo	Ms. de Toledo
Coĩbria (11.6, 9, 26(2x))	Coinbra (11.6, 9, 26)
departiã (11.7(2x), 21(2x))	departan (11.7(2x), 21(2x))
departiãse (1.9)	departans' (1.9)
recebia (1.4)	receba (1.4)
beigio (11.4, 23)	beio (1.4) / beyio (1.23)
ao (prep + art. def.) (11.11(3x), 13 (2x), 15)	ou (prep. + art. def.) (11.11(3x),13 (2x), 15)
aos (11.11, 13, 14, 15(3x), 16)	ous (11.11, 13, 14, 15(3x), 16)

Não me parece possível decidir se as diferenças apontadas, ao nível das grafias, resultam de diferentes realizações fonéticas, de um e outro copista, ou se traduzem apenas duas diferentes opções no que respeita à representação gráfica, uma mais conservadora, outra mais próxima da realidade fonética[1].

A admitir a primeira hipótese, e tendo em conta o conceito de mudança em tempo aparente[2], haveria que considerar o copista do ms. da Torre do Tombo como representante de um estado de língua mais antigo, enquanto o copista do manuscrito de Toledo representaria, em geral, a inovação: elevação das vogais átonas finais /o/ e /e/, realizadas [u] e [i], respectivamente; elevação de /o/ final nasalizado, realizado [ũ]; síncope de semivogal nos ditongos crescentes átonos finais; monotongação do ditongo [ej] quando seguido de consoante palatal; semivocalização da segunda vogal num hiato formado em galego-português. Quanto ao vocalismo pretónico, as formas difinde-

mẽto e uinir, registadas pelo copista do ms. da Torre do Tombo, resultam de mudanças fonéticas que não transparecem das formas defendim(en)to e uenir, registadas pelo copista do ms. de Toledo (cf. p. 41). Deve, no entanto, lembrar-se que as formas com elevação da vogal átona por assimilação a uma tónica [+alta] coexistiram sempre com outras em que essa harmonização vocálica não se produziu: mintir ~ mentir; sintir ~ sentir; siguir ~ seguir; firir ~ ferir; vistidos ~ vestidos; firida ~ ferida; apilido ~ apelido, etc. Dados estes pares de palavras, a língua acabou por se fixar, geralmente, nas formas sem harmonização vocálica: mentir, sentir, seguir, ferir, vestidos, ferida, apelido[3] — em relação a uenir foi o facto de as duas vogais ocorrerem em hiato que determinou que a assimilação da átona pela tónica fosse definitiva acabando por dar-se uma crase. Deste modo, ainda que as formas defendim(en)to e uenir precedam as formas difindemẽto e uinir, quando consideramos a evolução do latim ao português, não podemos afirmar que correspondam a um estado de língua mais antigo.

Se admitirmos que as diferenças apontadas entre o manuscrito da Torre do Tombo e o manuscrito de Toledo se situam apenas ao nível da superfície gráfica, não deixam os dois manuscritos de ser desiguais enquanto documentos linguísticos: as grafias usadas pelo copista do ms. de Toledo são reveladoras de realizações fonéticas que não transparecem das grafias do copista do ms. da Torre do Tombo; o ms. de Toledo é, assim, mais rico que o ms. da Torre do Tombo, enquanto testemunho de mudanças ocorridas ao nível da língua falada.[4]

1.2. Que mudanças fonéticas são essas? Em que medida o Testamento de Afonso II (1214), particularmente através do ms. de Toledo, acrescenta novos dados e novas hipóteses à gramática histórica do português? E que direcções de investigação, no âmbito da gramática histórica, aponta o mais

antigo documento escrito em português?

1.2.1. Vogais átonas finais

As formas susu, u (art. def.), u (pro. dem.), us (art. def.) e Iorgi, registadas pelo copista do ms. de Toledo, mostram que já no início do século XIII a vogal /o/ em posição final era, em alguns casos, realizada [u] e que a vogal /e/ podia ser realizada como [i]. Assim, embora a discussão em torno do problema da elevação das vogais átonas finais se tenha, até agora, centrado, essencialmente, na determinação do valor fonético dos grafemas e e o no português clássico (cf. I. 1.1), o fenómeno manifesta-se já no português antigo e só poderá ser adequadamente explicado tendo em conta este facto.

A grafia u em posição final ocorre, no manuscrito de Toledo, em palavras derivadas de étimos latinos com -Ŭ final, susu < SURSŬ (9 ocorrências), u < ĬLLŬ (10 ocorrências); e uma única vez numa forma derivada de base latina com -Ō(S) final, us < ĬLLŌS (cf. p. 20). Em formas verbais ou conjuntivas com -Ō final etimológico a grafia u não ocorre nenhuma vez. O quadro linguístico delineado pelo ms. de Toledo é portanto o seguinte: realização do descendente galego-português de -Ŭ latino como [u] — grafado o ou u; realização do descendente galego-português de -Ō latino, seguido de -s final (plurais nominais e pronominais e plural dos artigos definidos) como [u] — grafado o ou u; realização do descendente galego-português de -Ō final latino (formas verbais, adverbiais e conjuntivas) como [o] — grafado o. Dado o pequeno número de exemplos apresentado pelo ms. de Toledo torna-se necessário alargar a pesquisa a outros textos do século XIII, tanto para confirmar a realização de /o/ como [u] nas formas do plural (lat. -ŌS) como para determinar a localização e extensão geográfica das realizações acima

referidas. Se os dados fornecidos pelo manuscrito de Toledo vierem a ser reforçados por dados idênticos colhidos em outros documentos do século XIII, haverá que retirar deles as seguintes implicações:

a) A hipótese de Piel (1942), segundo a qual [u] final de -Ŭ latino se abriu em [o] tendo-se este, mais tarde, elevado para [u] (-Ŭ > [u] > > [o] > [u]), faria situar o ms. de Toledo em época anterior à da evolução [u] > [o], pois, só assim poderiam explicar-se as formas susu, u (art. def.) e u (pro. dem.). Mas a confirmar-se a realização [u], que o ms. de Toledo indicia, para as formas do plural (lat. -ŌS), tal constitui uma forte evidência contra a hipótese de Piel: se a direcção da mudança linguística tendesse para uma transformação de [u] em [o], nomeadamente nas formas nominais do singular (lat. -Ŭ), não haveria, certamente, lugar para uma generalização da realização [u] das referidas formas do singular, às formas do plural.

Note-se ainda que, a ser posta em causa a hipótese de Piel, ficaria consequentemente abalada a teoria de Naro (1971) relativa à elevação das vogais átonas finais, visto que essa teoria é incompatível com a hipótese de que [u] do português moderno resulte, em algum caso, directamente de -Ŭ final latino.

b) Admitindo com Dámaso Alonso (1958, 1962) que, no português moderno, [u] final das formas nominais do singular resulta directa e ininterruptamente de -Ŭ final latino (-Ŭ > [u]), e de acordo com os dados fornecidos pelo manuscrito de Toledo, essa realização [u] ter-se-ia estendido, num primeiro momento, aos plurais, só mais tarde atingindo também as formas verbais, adverbiais e conjuntivas. Ou seja, a uma etapa de generalização morfologicamente condicionada ter-se-ia seguido uma generalização não condicionada da regra de elevação de /o/ átono final para [u].

Este processo evolutivo, a ser confirmado, constituiria uma possí-

vel explicação, ainda que parcial, para o facto de as línguas ibéricas que apresentam realizações [+alt] para as vogais átonas finais, o português e o leonês, serem também línguas com metafonia por -[u]: na origem quer da metafonia, quer da elevação do vocalismo átono final, pelo menos na série velar, estaria a realização de -Ŭ final latino como [u] em áreas do ocidente ibérico; esse -[u] final, que, no português condicionou a elevação de [ɛ̄] e [ɔ̄] tónicos para [ē] e [ō], respectivamente, em época posterior e em consequência de sucessivos processos de generalização, ter-se-ia tornado a realização fonética geral do fonema /o/ em posição final, independentemente da classe de palavras em que o mesmo ocorresse(5). Teria esta elevação, da vogal velar em posição final, favorecido de algum modo, a elevação da sua correspondente palatal, em idêntica posição?(6)

1.2.2. Vogais pretónicas mediais

Em nenhuma das versões do Testamento, ocorrem grafias que revelem, a nível fonológico, uma elevação generalizada das vogais pretónicas mediais. O copista do manuscrito da Torre do Tombo regista, sim, formas com elevação condicionada da vogal átona pela tónica ou pretónica, uinir, difindemẽto. O testemunho dos manuscritos do Testamento é assim concordante com as evidências fornecidas por dados de outra natureza, nomeadamente os da geografia linguística, os quais indicam que a elevação do vocalismo átono pretónico (não inicial absoluto) é cronologicamente posterior à elevação do vocalismo átono final.

1.2.3. Terminações nasais

As grafias usadas quer pelo copista do ms. de Toledo, quer pelo copista do ms. da Torre do Tombo na representação das nasais finais não nos

dão qualquer indício de que fossem realizadas como ditongos. Por isso, em nada contribuem para a avaliação das várias teorias relativas à ditongação das vogais nasais finais (cf. pp. 51 a 58).

Em contrapartida, a forma nũ, em próclise, (6 ocorrências), registada pelo copista do ms. de Toledo, revela que, já no início do século XIII, se produzia a elevação das vogais átonas nasais em posição final, hoje tão largamente representada a nível dialectal (cf. pp. 60 a 71). Nos dialectos em que [õ] final se tornou [ũ], nunca se verifica tal elevação se a vogal nasal for tónica, o que significa que esta mudança fonética é condicionada pela atonicidade e não pela nasalidade. Do ponto de vista sincrónico, a realização de /o/, nasalizado e átono, como [ũ] resulta, portanto, da aplicação da mesma regra que determina a realização de /o/, oral e átono, como [u] — regra que transforma em [+alt] vogais [-alt], $\begin{bmatrix}\alpha rec\\ \alpha arr\end{bmatrix}$ e [-ac], sem que a nasalidade constitua, nesses dialectos, uma restrição à sua aplicação (cf. M. H. Mira Mateus, §§1.3.2., 4.2.2.).

Do ponto de vista histórico, dado que as duas realizações, -[u] e -[ũ], em posição final, são muito antigas, como o mostra o manuscrito de Toledo, é possível que sejam ambas manifestações de um mesmo processo evolutivo.

Assim, o manuscrito de Toledo, ao fornecer atestações quer de formas com elevação de vogal oral átona final, susu, u, us, quer de formas com elevação de vogal nasal átona final, nũ, indica-nos que a investigação a desenvolver no que respeita à elevação do vocalismo átono final não deve separar o estudo das vogais orais do estudo das vogais nasais — note-se, aliás, que a reforçar o paralelismo entre a evolução do vocalismo átono oral e a evolução do vocalismo átono nasal temos os dados dialectais: a área de elevação das vogais nasais átonas finais é muito mais extensa que a área de

elevação das vogais nasais átonas mediais, o que significa, provavelmente, que a elevação em posição final é mais antiga do que a elevação em posição medial, paralelamente ao que acontece com as vogais átonas orais.

1.2.4. Ditongos

No que respeita aos ditongos, as grafias do copista do manuscrito de Toledo permitem-nos saber que se verificavam no português do início do século XIII, quando se inicia a tradição escrita em língua vulgar, as seguintes evoluções fonéticas:

a) Síncope da semivogal [ω] no grupo [kω], quando seguida da vogal [a]: cãdo (cf. p. 95).

b) Redução, por síncope da semivogal, dos ditongos crescentes átonos finais: Coinbra, departan, departans', receba (cf. p. 98).

c) Monotongação do ditongo [ej] quando seguido de consoante palatal: beio (cf. pp. 112-113).

d) Semivocalização da segunda vogal no hiato resultante da contracção da preposição a com o artigo definido o — a semivogal assimilou a vogal anterior fazendo-a tornar-se [+arr] e [-bx]: ou, ous (cf. p. 120).

Tanto o manuscrito de Toledo como o da Torre do Tombo atestam a evolução do ditongo [oj], de -ŬLT-, para [uj]: muitos (cf. p. 109).

Relativamente a d) haverá que averiguar se em hiatos formados dentro do galego-português, a semivocalização da segunda vogal ocorreu mais cedo em sequências de vogais átonas, do que em sequências que integravam uma vogal tónica, tal como aconteceu nos casos de crase (cf. Williams (1938), §§99-2A).

Quanto a c), importa analisar outros textos do século XIII e seguintes, geograficamente localizados, no sentido de determinar se a monotongação generalizada do ditongo [ej] nas áreas em que se produz, foi precedida de um estádio de monotongação condicionada pelo contexto consonântico; no português do Brasil o ditongo só se reduz quando seguido de consoante palatal ou de r; uma situação semelhante poderá ter existido no português antigo.

Em síntese: Do ponto de vista linguístico, os dois manuscritos conhecidos do Testamento de Afonso II (1214) têm valor desigual: as grafias do copista do ms. de Toledo atestam evoluções fonéticas que não são reveladas pelas grafias do copista do ms. da Torre do Tombo. Essas evoluções são: a elevação do vocalismo átono final; a elevação das vogais nasais finais átonas; a redução de certos ditongos crescentes, a monotongação de [ej] antes de palatal; a semivocalização da segunda vogal de um hiato. As atestações dessas evoluções, dadas pelo ms. de Toledo, permitem repensar alguns aspectos da gramática histórica do português.

NOTAS

(1) O comportamento dos dois copistas no que respeita à representação das consoantes africadas predorsodentais aponta, precisamente, para uma maior atenção à realidade fonética do copista do ms. de Toledo: O copista do ms. da Torre do Tombo usa as grafias z e c para representar quer as consoantes surdas, quer as consoantes sonoras (e, ainda, ci para representar as surdas); o copista do ms. de Toledo usa grafias distintas para representar as surdas, por um lado, e as sonoras, por outro: as primeiras são representadas por c ou ci, e as segundas sempre por z.

Ms. da Torre do Tombo

Surda (/ts/)

c
- arcebispo (11.6(2x),9(2x),15(2x), 25(2x))
- arcebispos (11.17,18,21,22)
- cinque (11.14,15,17,18)
- duodecima (1.26)
- recebia (1.4)
- t(er)ceira (11.9,15,25)
- Uicẽte (1.11)

ci
- demorancia (11.20,22)
- folgãcia (1.2)
- gracia (1.1)
- t(er)cia (11.14,26)

z
- Alcobaza (11.7,10(2x),14,20,26)
- comemorazones (11.12,13)
- faza (1.23)
- fazam (11.9(2x),10,12(3x),13)
- seruizo (1.16)
- undezima (1.26)

Ms. de Toledo

Surda (/ts/)

c
- arcebispo (11,6,9,15,25(3x))
- arcebispos (11.17,18,21,22)
- cin(que) (11.14,15,17,18)
- duodecima (1.26)
- faca (1.23)
- facan (11.9(2x),10,12(3x),13)
- faco (1.26)
- receba (1.4)
- terceira (11.9,15,25)
- ũd(e)cima (1.26)
- Uicẽte (1.11)

ci
- Alcobacia (11.7,10(2x),14,20,26)
- comemoraciones (11.12,13)
- d(e)morancia (11.20,22)
- folgãcia (1.2)
- gracia (1.1)
- s(er)uicio (1.16)
- t(er)cia (11.14,26)

Ms. da Torre do Tombo		Ms. de Toledo	
Sonoras (/dz/)		Sonoras (/dz/)	
z	aduzer (1.10)	z	aduz(er) (1.10)
	Cruz (11.15,26)		fazen (1.13)
	fazem (1.13)		faz(er) (1.25)
	fazer (1.25)		fiz (1.1)
	fiz (1.1)		Galiza (1.11)
	paz (11.2(2x),3)		paz (11.2(2x),3)
	treze (1.25)		treze (1.25)
c	fazer (1.26)		

- dezima (A, 11.5(2x), 7, 26; A', 11.5(2x), 7), d(e)cima (A', 1.26), dezimas (A, 11.6(2x), 8, 18, 20, 21, 22; A', idem): surda ou sonora? (cf. dízima).
- Galicia (A, 1.11): castelhanismo?

(2) Veja-se LABOV (1966), The Social Stratification of English in New York City, Center for Applied Linguistics, Washington; e (1972), Sociolinguistics Patterns, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

(3) Quanto a fugir, cumprir e sacudir, cf. Lindley Cintra, A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, §51; e quanto a inimigo e vizinho, Cf. R. Lorenzo (1977), s.vv. eemigo, ẽemigo, eamigo, enemigo, emjgo, enmigo e s.vv. ueziño, uezino, uezinho, uizino, uezina.

(4) Outras diferenças, linguisticamente relevantes, entre os dois manuscritos são:

	Ms. da Torre do Tombo	Ms. de Toledo
a)	un (1.12)	uno (1.12)
	caonigos (1.11)	conigos (1.11)
b)	piadade (1.23)	piedade (1.23)
	raina (11.1,2,3,4(2x),5,7,8, 16,20,22)	reina (11.1,2,3,4(2x),5,7,8,16,20,22)

freire (11.13,14)	fraire (11.13,14)
c) depos (11.13,14)	depois (11.13,14)
d) guardar (1.26)	aguardar (1.26)
e) segia en poder da raina sa madre (1.4)	seia en poder da reina sua madre (1.4)
f) aq(ue)stas (11.8,21(2x))	estas (11.8,21(2x))
g) de parte (1.5)	da parte (1.5)
fazam sẽp(re) no dia de mia morte (1.12)	facam semp(re) en dia d(e) mia morte (1.12)
que os de a departir aq(ue)stes (1.18)	que os de a departir a aq(ue)stes (1.18)
mãdo aq(ue)les (1.24)	mãdo a aq(ue)les (1.24)
E ssi a dia de mia morte (1.23)	E se a dia da mia morte (1.23)

No que respeita a a), cf. Rübecamp, pp. 26-27, 37 e pp. 38, 35, 28.

(5) Cf. H. de Carvalho (1959), "Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert", Est.Ling.II,1984,pp.43-44: "(...) Je me demande maintenant si pour tous ces phénomènes — métaphonie produite par les voyelles finales i u; chute des voyelles atones, surtout de ces mêmes finales qui avait produit la métaphonie; et finalement harmonisation des voyelles précédant la tonique, assimilées à la voyelle suivante (tonique surtout) — on ne devrait pas chercher une seule même condition initiale.

Je pense qu'on pourrait alors la trouver dans la mise en valeur spécialement forte de la syllabe accentuée aux dépens des syllabes atones ['Não sei, actualmente, que valor possa ter esta tentativa de explicação. Será em todo o caso conveniente considerar — o que não fiz em 1959 — que semelhante fenómeno de adaptação vocálica da inicial ou pretónica à sílaba seguinte se observava também no castelhano do séc. XVI.(...)']. Ce serait elle la responsable, non seulement de la tendance à la supression des voyelles non accentuées, surtout quand elles venaient après l'accent, mais aussi des phénomènes métaphoniques observés dans les syllabes accentuées, qui seraient, comme je l'ai suggéré, une conséquence de la supression menaçante de i u de la finale: on aurait tendance à modifier le timbre de la voyelle accentuée d'après la voyelle finale,

dont la disparition était imminente, transposant ainsi sur la tonique des distinctions qui jusqu'alors étaient confiées à l'opposition i/u de la terminaison. À la même condition enfin remonterait encore la tendance, peut-être plus ancienne, à l'assimilation des voyelles prétoniques, dans la mesure ou elles se conservaient, tantôt aux voyelles suivantes, tantôt aux consonnes voisines. Il reste à savoir de quelle nature était cette mise en valeur, mais on serait tenté de croire que cet accent qui marquait ainsi, avec une telle insistance, la syllabe tonique, serait déjà celui qui caractérise le portugais moderne, c'est-à-dire, un accent où la qualité, bien qu'associée à l'intensité, jouait un grand rôle, détachant comme longues toutes les voyelles toniques".

(6) O copista do ms. de Toledo usa a grafia i para /e/ final uma única vez, no antropónimo de origem francesa Iorgi. Ainda que essa grafia seja, linguisticamente, pouco significativa, viu-se que ela é um testemunho da realização fonética [i] (cf. pp. 21-23). Se as grafias de outros textos do séc. XIII viessem a mostrar que a grafia i na forma Iorgi não é excepcional, ficaria assim reforçada a hipótese de que a realização [i] para a vogal /e/ em posição final pertencia ao português do século XIII.

Nesse caso, quando se encontrasse a grafia e em palavras derivadas de étimos latinos com -Ī final, como acontece no Testamento de Afonso II, quer no ms. de Toledo, quer no da Torre do Tombo (cf. p. 23), teria de se admitir que tal grafia pudesse corresponder a um processo de regularização ortográfica consistindo em representar por e todos os -[i] finais, quer proviessem directamente de -Ī latino, quer proviessem de -Ē latino, através de -[e] (-Ē > -[e] > -[i]) — a grafia e nas palavras acima referidas tem sido sempre interpretada como grafia fonética, reveladora da evolução (-Ī >) -[i] > -[e].

BIBLIOGRAFIA

ALI, Manuel Said (1923), Gramática Histórica da Língua Portuguesa, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1971 (7ª. ed.).

ALONSO, Dámaso (1958), "Metafonía y neutro de materia en España", Zeitschrift für Romanische Philologie, 74, pp. 1-24.

ALONSO, Dámaso (1962), "Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica", Enciclopédia Lingüística Hispánica, tomo I (Suplemento): La Fragmentación Fonética Peninsular, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, pp. 105-154.

AMARAL, Amadeu (1920), O Dialecto Caipira, Casa Editora "O Livro", S.Paulo.

BADÍA i MARGARIT, Antoni M. (1951), Gramática Histórica Catalana, Tres i Quatre, Valencia, 1981 (1ª. ed. catalã).

BALDINGER, Kurt (1958), Die Herausbildung der Sprachräume auf der Pyrenäenhalbinsel. Querschnitt durch die neueste Forschung und Versuch einer Synthese, trad. esp. de E. Lledó e Montserrat Macau (1963): La Formación de los Dominios Linguísticos en la Península Ibérica, Gredos, Madrid, 1972 (2ª. ed.).

BOLÉO, Manuel de Paiva (1951), "Dialectologia e história da língua", Boletim de Filologia, XII, pp. 1-44 + 8 mapas), reed. em Estudos de Linguística Portuguesa e Românica, vol.I : Dialectologia e História da Língua, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1974, t. I, pp. 185-250.

BOLÉO, Manuel de Paiva, e SANTOS SILVA, M. Helena (1959), "O mapa dos dialectos e falares de Portugal continental", Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, III (= Boletim de Filologia, XX), Lisboa, 1962, pp. 85-112, reed. em Estudos de Linguística Portuguesa e Românica, vol. I: Dialectologia e História da Língua, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974, t. I, pp. 309-352.

BOURCIEZ, Édouard (1910), Eléments de Linguistique Romane, Klincksieck, Paris, 1930 (3ª. ed.).

BOURCIEZ, Jean (1937), "Note sur quelques faits de la diphtongaison portugaise", Bulletin Hispanique, tomo XXXIX, nº 1, pp. 397-400.

BOURCIEZ, Jean (1949), "Note sur la résonance nasale des diphtongues accentuées du Portugais", Mélanges d'Etudes Portugaises offerts à M. Georges, LE GENTIL, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa.

CÂMARA Jr., J. Mattoso (1953), Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa, Ed. da "Organização Simões", Rio de Janeiro.

CARVALHO, Carlota Almeida de (1953), Glossário das Poesias de Sá de Miranda, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa.

CARVALHO, Herculano de (1958), "Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo cabo-verdiano" (comunicação apresentada ao I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia), publ. em Miscelânea Homenaje a André Martinet - "Estructuralismo e História", III, 1962, pp. 43-67, reed. em Estudos Linguísticos, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 1984 (2ª. ed.), pp. 7-31.

CARVALHO, Herculano de (1959), "Le vocalisme atone des perlers créoles du Cap Vert", Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, vol. III (= Boletim de Filologia, XX), Lisboa, 1962, pp. 3-12, reed. em Estudos Linguísticos, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra,1984 (2ª. ed.), pp. 35-45.

CARVALHO, Herculano de (1962), "Nota sobre o vocalismo antigo português:valor dos grafemas e e o em sílaba átona", Revista Portuguesa de Filologia, XII, pp. 17-39, reed. em Estudos Linguísticos, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 1984 (2ª. ed.), pp. 77-103 .

CASTRO, Ivo (1984), Livro de José de Arimateia (Estudo e Edição do Cod.ANTT 643), Dissertação apresentada à Universidade Clássica de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1958), "Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico", Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica, Rio de Janeiro, 1970, pp. 115-134, reed. em Estudos de Dialectologia Portuguesa, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983, pp. 37-54.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1959), A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo (seu Confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Cória, Cáceres e Usagre), Centro de Estudos Filológicos, Lisboa.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1963), "Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie", Revue de Linguistique Romane, XXVII, p. 40-58.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1963), "Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^{ème} siècle", Revue de Linguistique Romane, XXVII, pp. 59-77.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1971), "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses", Boletim de Filologia, XXII, pp. 81--116, reed. em Estudos de Dialectologia Portuguesa, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983, pp. 119-163.

COROMINAS, Joan, e PASCUAL, José A. (1980-1983), Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico, Gredos, Madrid (4 vols.).

COSTA, Avelino de Jesus da (1979), "Os mais antigos documentos escritos em português (revisão de um problema histórico-linguístico)", Revista Portuguesa de História, XVII, pp. 263-341.

CUNHA, Celso (1963), Língua e Verso, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1984 (3^{a}. ed.).

CUNHA, Celso, e CINTRA, L. F. Lindley (1984), Nova Gramática do Português Contemporâneo, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

DALGADO, Sebastião Rudolfo (1900), "Dialecto Indo-Português de Goa", Revista Lusitana, VI, pp. 63-84.

DALGADO, Sebastião Rudolfo (1917), "Dialecto Indo-Português de Negapatão", Revista Lusitana, XX, pp. 40-53.

DIEGO, Garcia de (1909), Elementos de Gramática Histórica Gallega (Fonética-Morfologia), Burgos.

ERNOUT, A., e MEILLET, A. (1931), Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine, Klincksieck, Paris, 1932.

FERREIRA, José de Azevedo (1982), Afonso X, Fuero Real (Edition, Etude, Glossaire et Concordance de la version portugaise), Thèse pour le Doctorat ès Lettres, Paris.

FERREIRA, Valentina (1985), Livro da Repartiçom da Fruita - Edição Diplomática e Estudo Linguístico, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Descritiva, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.

FOUCHÉ, Pierre (1927), "Diphtongaison et phénomènes relatifs à la diphtongaison", Études de Phonétique Générale, Société d'Édition: Les Belles Lettres, Paris.

FOUCHÉ, Pierre (1958), Phonétique Historique du Français, vol. II: Les voyelles, Klincksieck, Paris.

GRAN ENCICLOPEDIA GALLEGA, s. v. galego.

GRANDGENT, C.H. (1907), Introduction to Vulgar Latin, tred. esp. ("adicionada por el autor, corregida y aumentada con notas, prologo y una antologia") de Francisco de B. MOLL (1928), Introducción al Latin Vulgar, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1952 (2ª. ed. - fotográfica).

HAADSMA, R. A., e NUCHELMANS, J. (1963), Précis de Latin Vulgaire, J. B. Wolters, Groningen.

HAMMARSTRÖM, Göran (1953), Etude de Phonétique Auditive sur les Parlers de l'Algarve, Almquist & Wiksells Boktryckeri Ab, Uppsala.

HART, Thomas (1955), "Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation", Word, 11, pp. 404-415.

HART, Thomas (1957), "The Overseas Dialects as Sources for the History of Portuguese Pronunciation", III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Actas, vol. I, Lisboa, 1959.

HUBER, Joseph (1933), Altportugiesisches Elementarbuch, Carl Winters Universitätsbuchhandlung, Heidelberg.

ÍNDICES DA REVISTA LUSITANA, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1967.

LABOV, William (1969), "The Internal Evolution of Linguistic Rules", em STOCWELL, R. P., e MACAULY, R. K. S. (eds.), Linguistic Change

and Generative Theory, 1972, trad. esp. de José L. Melena (1977): "La evolución interna de las reglas lingüísticas", Cambio Lingüístico y Teoría Generativa, Gredos, Madrid, pp. 146-232.

LABOV, William (1972), Sociolinguistic Patterns, trad. francesa de Alain Kihm (1976): Sociolinguistique, Ed. de Minuit, Paris.

LAPA, Manuel Rodrigues (1934), "Edwin B. Williams, The portuguese final -ão. In Language, IX (1933), pp. 202-206.", Boletim de Filologia, III, pp. 331-332.

LAPA, Manuel Rodrigues (ed.) (1965), Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses (Edição Crítica), Editorial Galaxia, Vigo.

LAPA, Manuel Rodrigues (1982), Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1982.

LAUSBERG, Heinrich (1956 - 1963), Romanische Sprachwissenschaft, trad. port. de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann (1974): Linguística Românica, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

LORENZO, Ramón (1968), Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português (Anotações ao 'Dicionário Etimológico' de José Pedro Machado), Editorial Galaxia, Vigo.

LORENZO, Ramón (1977), La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla, vol. II: Glosario, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", Orense.

LOURO, José Inês (1952), "Origem e flexão de alguns nomes portugueses em -ão", Boletim de Filologia, XIII, pp. 37-65.

LÜDTKE, Helmut (1957), "Beiträge zur Lautlehre Portugiesischer Mundarten", Miscelânea Homenaje a André Martinet - "Estructuralismo e História", I, Editada por Diego Catalán, Biblioteca Filológica Universidad de La Laguna, Canarias, pp. 95-112.

MACHADO, José Pedro (1952), Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Livros Horizonte, Lisboa, 1977 (3ª. ed.), 5 vols.

MAGNE, Augusto (1944), A Demanda do Santo Graal, vol. III: Glossário, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1980), "Os falares do Algarve - conservação e inovação", Revista Portuguesa de Filologia, XVII, 1975-1978 (publ. em 1980), pp. 37-205.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1981), "Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina -ana", Biblos, 57, pp. 73-96.

MALKIEL, M. Rosa Lida (1949), "Lucius Gaston Moffat, Considerations on the Interchange of -ou-, -oi- in Portuguese. Págs. 161-173. (Mediaeval Studies in Honor of Jeremiah Dennis Ford. Edited by Urban T. Holmes, Jr. and Alex J. Denomy, C. S. B. Harvard University Press, 1948)", Nueva Revista de Filología Hispánica, III, pp. 83-84.

MALMBERG, Bertil (1971), "Sur quelques faits de la différenciation vocalique", Phonétique Générale et Romane (Études en Allemand, Anglais, Espagnol et Français), Mouton, Paris, pp. 353-375.

MARROQUIM, Mário (1934), A Língua do Nordeste (Alagôas e Pernambuco), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945 (2ª. ed.).

MATEUS, Maria Helena Mira (1975), Aspectos da Fonologia Portuguesa, I.N.I.C., Lisboa, 1982 (2ª. ed.).

MAURER Jr., Theodoro Henrique (1959), Gramática do Latim Vulgar, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.

MEIER, Harri (1948), "A evolução dos pretéritos fortes em português", Ensaios de Filologia Românica, Ed. da 'Revista de Portugal', Lisboa.

MENÉNDEZ-PIDAL, Ramón (1904), Manual de Gramática Histórica Española, Espasa-Calpe, Madrid, 1977 (15ª. ed.).

MENÉNDEZ-PIDAL, Ramón (1926), Orígenes del Español (Estado Lingüístico de la Península Ibérica hasta el Siglo XI), Espasa-Calpe, Madrid, 1980 (9ª. ed.).

METTMAN, Walter (ed.) (1972), Afonso X, O Sábio, Cantigas de Santa Maria, vol. IV: Glossário, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra.

MEYER-LÜBKE, W. (1889-1890), Grammaire des Langues Romanes, I: Phonétique (trad. do alemão por Eugène Rabiet), H. Welter, Paris.

MEYER-LÜBKE, W. (1894-1895), Grammaire des Langues Romanes, II: Morphologie (trad. do alemão por A. Doutrepont e G. Doutrepont), H. Welter, Paris.

NARO, Anthony (1971), "The History of e and o in Portuguese: a Study in Linguistic Drift", Language, vol. 47, pp. 615-645, trad. port. de Lais Campos e Katia E. Santos (1973): "A história do e e do o em português - um estudo de deriva linguística", Estudos Diacrônicos, Vozes, Petrópolis, pp. 9-51.

NASCENTES, Antenor (1932), Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro.

NETO, Serafim da Silva (1957), História da Língua Portuguesa, Presença/MEC, Rio de Janeiro, 1979 (3ª. ed.).

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá (1935), "Subsídios para o estudo da assimilação em português", Boletim de Filologia, III, 1934-1935, pp. 77-98.

NUNES, José Joaquim (1919), Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia), Livr. Clássica Editora, Lisboa, 1975 (8ª. ed.).

NUNES, J. J. (1935), "Os nomes de baptismo, sua origem e significação", Revista Lusitana, XXXIII, pp. 5-72.

OLIVEIRA, Fernão de (1536), Gramática da Linguagem Portuguesa, Edição fac-similada, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1981.

PARKINSON, Stephen (1979), "Os tabeliães, o seu título e os seus documentos", Boletim de Filologia, XXV, pp. 185-212.

RÜBECAMP, Rudolf (1933), A Linguagem das Cantigas de Santa Maria de Afonso X, O Sábio, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa.

PIEL, Joseph (1932), "Da vocalização do "l" em português", Biblos, VIII, pp. 95-101.

PIEL, Joseph (1942), "Considerações sobre a metafonia portuguesa", Biblos, XVIII, pp. 365-371.

PIEL, Joseph (1944), "A flexão verbal do português", Biblos, XX, pp. 359-404.

POPE, M. K. (1934), From Latin to Modern French with Especial Consideration

of Anglo-Norman (Phonology and Morphology), Manchester University Press, Manchester, 1952.

RÉVAH, I. S. (1956), "L'Evolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XV^{ème} siècle à nos jours", Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, Rio de Janeiro, 1958, pp. 387-399.

RÉVAH, I. S. (1957), "Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^{ème}- XVII^{ème} siècles?", III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Actas, vol. I, Lisboa, 1959, pp. 261-272.

REVISTA LUSITANA, I (1887-89) : A. R. Gonçalves Viana, "Materiais para o estudo dos dialectos portugueses", pp. 195-226.

II (1890-92) : J. Leite de Vasconcelos, "Dialectos Transmontanos", pp. 97-120.

III (1895) : J. Leite de Vasconcelos, "Dialectos Transmontanos", pp. 57-74.

X (1907) : A. Thomas Pires, "Vocabulário alentejano", pp. 87-101.

XV (1912) : A. Gomes Pereira, "Vocabulários de vários concelhos do districto de Vila Real", pp. 333-350.

XXVIII (1930) : J. Diogo Ribeiro, "linguagem popular de Turquel", pp. 87-244.

XXXI (1933) : J. Leite de Vasconcelos, "Português dialectal da região de Xalma (Hespanha)", pp. 164-275.

: F. Alves Pereira, "Glossário dialectológico do concelho de Arcos de Valdevez", pp. 292-300.

XXXV (1937) : F. Braga Barreiros, "Vocabulário barrosão", pp. 239-303.

RODRIGUEZ-CASTELLANO, Lorenzo (1954), Aspectos del Bable Occidental, Insti-

tuto de Estudios Asturianos, Oviedo.

ROGERS, Francis M. (1946), "Insular Portuguese Pronunciation: Madeira", Hispanic Review, XIV, pp. 235-253.

ROGERS, Francis M. (1948), "Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores", Hispanic Review, XVI, pp. 1-32.

ROGERS, Francis M. (1949), "Insular Portuguese Pronunciation: Central and Western Azores", Hispanic Review, XVII, pp. 47-70.

SANTOS, M. José de Moura (1965), "Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes", Revista Portuguesa de Filologia, XIII, 1964-65, pp. 57-253. (Consultei apenas a parte do trabalho intitulada: "Características dos falares raianos: I: Contactos de línguas e bilinguismo; II: :Fonética; III: Morfologia, pp. 108-244; por isso, não refiro as partes publicadas na R. P. F., XII e XIV).

SCHANE, Sanford (1969), "Natural Rules in Phonology, em STOCKWELL, R. P., e MACAULY, R. K. S. (eds.), Linguistic Change and Generative Theory, 1972, trad. esp. de José L. Melena (1977): "Regras naturales en fonologia", Cambio Lingüístico y Teoría Generativa, Gredos, Madrid, pp. 268-305.

SCHNEIDER, H. (1938), "Studien zum Galizischen des Limiabeckens", Volkstum und Kultur der Romanen, XI, pp. 69-145 e 193-281.

STRAKA, Georges (1968), "Contribution à la description et à l'histoire des consonnes L", Travaux de Linguistique et de Littérature, VI, 1, pp. 267-326.

TEYSSIER, Paul (1959), La Langue de Gil Vicente, Klincksieck, Paris.

TEYSSIER, Paul (1966), "La prononciation des voyelles portugaises au XVI^{ème} siècle d'après le système orthographique de João de Barros", Atti del secondo convegno italiano di studi filologica e storici portoghesi e brasiliani, em Annali del'Istituto Universitario Orientale, sezione romanze, VIII, pp. 127-198.

TEYSSIER, Paul (1980), Histoire de la Langue Portugaise, trad. port. de CUNHA, Celso (1982): História da Língua Portuguesa, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1982.

TILANDER, Gunnar (1959), "Porque -am, -om se tornaram -ão em Português?",

Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa, vol. XXIV, pp. 292-303.

VÄÄNÄNEN, Veikko (1967), Introduction au Latin Vulgaire, trad. esp. de Manuel Carrión (1968): Introducción al Latin Vulgar, Gredos, Madrid, 1979.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1922), "Glossário do Cancioneiro da Ajuda", Revista Lusitana, XXIII, 1920, pp. 1-95.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1930), "Inéditos de D. Carolina Michaëlis", Revista Lusitana, XXVIII, pp. 16-41.

VASCONCELOS, José Leite de (1885), "Dialectos extremenhos (Contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)", Revista de Estudos Livres, II, 1884-85, pp. 543-551 e III, 1885-86, pp. 67-73 (Separata, Porto, 1885, 37 pgs.).

VASCONCELOS, José Leite de (1886), "Dialectos algarvios (Contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)", A Independência (Revista de Cultura Lusíada, Lisboa), Separata, Póvoa do Varzim.

VASCONCELOS, José Leite de (1890, 1893), "Dialectos transmontanos", Revista Lusitana, II (1890-92), pp. 97-120, e Revista Lusitana, III, 1895, pp. 57-74.

VASCONCELOS, José Leite de (1893,1896),"Dialectos alentejanos",Revista Lusitana, II, 1890-93, pp. 15-45 e Revista Lusitana, IV, pp.13-77,215-246.

VASCONCELOS, José Leite de (1896), "Dialectos algarvios", Revista Lusitana, IV, pp. 324-338.

VASCONCELOS, José Leite de (1897), "Dialectos extremenhos", Revista Lusitana, V, 1897-99, pp. 137-147.

VASCONCELOS, José Leite de (1901), Esquisse d'une Dialectologie Portugaise, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1970 (2ª. ed.).

VASCONCELOS, José Leite de (1905, 1906), "Fabulário Português", Revista Lusitana, VIII, 1903-1905, pp. 99-151, e Revista Lusitana, IX, pp. 5-109.

VASCONCELOS, José Leite de (1911), Lições de Filologia Portuguesa, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1966 (4ª. ed.).

VASCONCELOS, José Leite de (1928), Opúsculos, vol. II: Dialectologia, Parte I: "Dialecto Interamnense", Imprensa da Universidade, Coimbra.

VASCONCELOS, José Leite de (1934), "Ementas gramaticais", Revista Lusitana, XXXII, pp. 275-293.

VASCONCELOS, José Leite de (1985), Opúsculos, vol. VI: Dialectologia, Parte II: "Dialecto Transmontano" e "Dialecto Beirão" (organizado por Maria Adelaide Valle Cintra), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

VÁSQUEZ CUESTA, Pilar, e LUZ, M. A. Mendes da (1949), Gramática Portuguesa, Gredos, Madrid, 1971 (3ª. ed.).

VIANA, A. R. Gonçalves (1883), Essai de Phonétique et de Phonologie de la Langue Portugaise, reed. em Estudos de Fonética Portuguesa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 83-152.

VIANA, A. R. Gonçalves (1892), Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa Para Uso de Nacionais e Estrangeiros, reed. em Estudos de Fonética Portuguesa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 153-257.

WEINRICH, LABOV e HERZOG (1968), "Empirical Foundations for a Theory of Language Change", em LEHMAN e MALKIEL (eds.), Directions for Historical Linguistics, University of Texas Press, Austin, pp.97-195.

WILLIAMS, Edwin (1933), "The Portuguese Final -ão", Language, IX, pp. 202-206.

WILLIAMS, Edwin (1938),

Anexo (fotocópia das normas de transcrição e da edição do Testamento de Afonso II (1214) de Avelino de Jesus da Costa)

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

Atendendo à importância dos documentos 1 a 5, limitei as actualizações ao uso hoje corrente das maiúsculas e minúsculas, à união de elementos separados da mesma palavra e à separação de palavras indevidamente unidas. As proclíticas separaram-se com apóstrofo e as enclíticas mantiveram-se unidas, com raras excepções.

As abreviaturas desdobraram-se entre parêntesis e não em itálico, mantendo, todavia, o til sobre as vogais, em vez de o substituir por *m* ou *n*, com excepção da preposição *i(n)*.

As letras, sílabas ou palavras omissas puseram-se em itálico e entre colchetes, quando foi possível a reconstituição. No caso de estarem entrelinhadas, vão entre parêntesis angulosos.

A leitura duvidosa vai seguida de (?), indicando-se em nota outras particularidades. Para facilitar as citações transcreve-se linha por linha, numerando-as entre colchetes.

Doc. 5 — A

1214 JUNHO 27, Coimbra — *Testamento de D. Afonso II.*

A) T.T. — Mitra de Braga, cx. 1, n.º 48, *or. car.* (Est. VI) *
A¹ Catedral de Toledo — Archivo, Z. 4. B. 6, *or. car.*, com a suspensão do selo pendente (Est. VII).

Publ.: Pedro de Azevedo, «Testamento, em português, de D. Affonso II (1214)», in *Rev. Lus.*, VIII (L., 1903-1905), pp. 80-84.
J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa* (L., 1911), pp. 69-101; 2.ª ed. (L., 1926), pp. 67-100, com amplo comentário.
Feliciano Ramos, *História da Literatura Portuguesa*, 4.ª ed. (Braga, 1960), pp. 18-22.
Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado, *Textos Portugueses Medievais*, 2.ª e 3.ª ed. (C. 1967 e 1968), pp. 395-404, e na ed. de 1973, pp. 399-408, com comentário.
P. Avelino de Jesus da Costa, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, I, 3.ª ed. (Coimbra, 1976), grav. 66.

Ref.: L. F. Lindley Cintra, «Les anciens textes portugais non littéraires», pp. 41-43 e 47.

[1] En'o [a] nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temẽte o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) de-

[2] pos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousas q(ue) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mãdo q(ue) meu filio infante don Sancho q(ue) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)-m(en)te e en paz. E ssi este for

[3] morto sen semmel, o maior filio q(ue) ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz. E ssi filio barõ nõ ouuer-mos, a maior filia q(ue) ouuermos agia'o. E ssi no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) deuier a reinar nõ ouuer reuora, segia en poder

[4] da raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de me(us) uassalos ata q(uan)do agia reuora. E ssi eu for morto, rogo

---

* No verso do pergaminho e na letra original encontra-se a seguinte rubrica: «*Testam(en)tum regis d(om)ni Adefonsi s(e)c(un)di*, que está repetida mais abaixo, mas em sentido inverso. O testamento guarda-se actualmente no cofre.

[a] Só resta a parte inferior do *E*.

Doc. 5 — A¹ *

En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, tem(en)te o dia de mia morte a saude de mia alma e a proe de mia molier reina dona Vrr(aca) e de meus filios e de meus uassalos /[2] e de todo meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) de-

pois mia morte mia molier e meus filios e meus uassalos e meu reino e todas aq(ue)las cousas q(ue) Deus mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mã-/[3]do q(ue) meu filio Ifan[*te*] don Sãcio q(ue) ei da reina dona Vrr(aca) aia meu reino enteiram(en)te e en paz. E sse este for

morto sen semel, o maior filio q(ue) ouuer da reina dona Vrr(aca) aia o reino enteg(ra)mẽte e en paz. /[4] E sse filio baron nũ ouu(er)m(os), a maior filia q(ue) ouu(er)m(os) aia'o. E sse no tẽpo d(e) mia morte meu filio ou mia filia q(ue) deuier a reinar nũ ouuer reuora, seia en poder

da reina sua madre e meu reino /[5] seia en poder da reina e de meus uassalos ata cãdo aia reuora. E sse eu for morto, rogo o ap(osto)ligo

---

* Para se poderem verificar mais facilmente as variantes de A¹ em relação a A, dividi o texto de A¹ de modo a corresponder às linhas de A, numerando, todavia, as linhas do original.

o apostoligo[b] come padre e senior e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) el recebia en sa comẽda e so seu difindemẽto a raina e me(us) filios e o reino. E ssi eu

[5] e a raina formos mortos, rogoli e pregoli q(ue) os me(us) filios e o reino segiã en sa comẽda. E mãdo da dezima dos morauidiis e dos dieiros q(ue) mi remaserũ de parte de meu padre q(ue) sũ en Alcobaza e do outr'auer mouil q(ue) i posermos pora esta dezima q(ue) segia partido pelas manus

[6] do arcebispo de Bragaa e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coĩbria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. E out(ro)ssi mãdo das dezimas das luctosas e das armas e dout(ra)s dezimas q(ue) eu tenio apartadas en te-

[7] souros per meu reino, q(ue) eles as departiã assi como uirẽ por derecto. E mãdo q(ue) o abade d'Alcobaza lis de aq(ue)sta dezima q(ue) el ten ou teiuer e eles as departiã segũdo De(us) como uirẽ por derecto. E mãdo q(ue) a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aq(ue)lias cousas mouils q(ue) eu ouuer

[8] a mia morte, exetes aq(ue)stas dezimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as out(ra)s q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma e non'as uiier a dar. Et mãdo q(ue) si a raina morrer en mia uida q(ue) de todo meu auer mouil agia ende a meiadade. Da out(ra) meiadade solten ende p(ri)meiram(en)te

[9] todas mias devidas e do q(ue) remaser fazam en[*de*] t(re)s partes e as duas partes agiã me(us) filios e mias filias e departiãse ent(r'e)les igualm(en)te. Da t(er)ceira o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coĩbria e o de Uiseu e o d'Euora fazã desta

[10] guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu regno fazam aduzer meu corpo p(er) mias custas a Alcobaza. E mãdo q(ue) den a meu senior o papa $\overline{\text{III}}$ m(o)r(auidiis) [c], a Alcobaza $\overline{\text{II}}$ $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario, a Santa Maria de Rocamador $\overline{\text{II}}$ $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario

[11] a Santiago de Galicia $\overline{\text{II}}$ CCC $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario, ao cabidoo da Séé da Idania mill(e) $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario, ao moes-

[b] O papa.

[c] Desdobrei a abreviatura $\overline{mr}$. em *morauidiis* e não em *morabitinos*, por ser a primeira forma a que vem por extenso em A e em A[1], respectivamente, nas linhas 5 e 6. Nos casos seguintes mantive a abreviatura, por o desdobramento ser o mesmo.

como padre e senior e beio a t(er)ra an(te) seus pees q(ue) el receba en sa com(en)da e so seu defendim(en)to a reina /[6] e meus filios e o reino. E sse eu

e [*a*] reina formos mortos, rogoli e p(re)goli q(ue) os meus filios e o reino seiam en sa com(en)da. E mãdo da dezima dos morauidiis e dos dineiros q(ue) mi remas(er)um da parte de /[7] meu padre q(ue) sũ en Alcobacia e do outr'auer mouil q(ue) i pos(er)m(os) pora esta d(e)zima q(ue) seia partido pelas manos

do arcebispo d(e) Bragaa e do de Santiago e do bispo do Porto e de Lisbona e de Coinbra e de /[8] Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragaa. Out(ri)ssi mando das d(e)zimas das luitosas e das armas e doutras dezimas q(ue) eu tenio apartadas en te-

souros per meu rei-/no [9] q(ue) eles as departan assi [a] como uiren por guisado. E mãdo q(ue) o abade d'Alcobacia lis de aq(ue)sta d(e)zima q(ue) el ten ou teiu(er) e eles as departan segũdo Deus como uiren por dereito. E mãdo /[10] q(ue) a reina dona Vrr(aca) aia a meiadade de todas aq(ue)las cousas mouils q(ue) eu ouu(er)

a mia morte, exetes estas d(e)zimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as outras q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma /[11] e non'as uiier a dar. E mãdo q(ue) se a reina dona Vrr(aca) morrer en mia uida q(ue) de todo meu au(er) mouil aia ende a meiadade. Da outra mia meiadade solten ende p(ri)meiram(en)te /[12]

mias deuidas todas e do q(ue) remas(er) facan ende tres partes e as duas partes aian meus filios e mias filias e departans' antr'eles igualm(en)te. E da t(er)ceira o arcebispo d(e) Bragaa e u d(e) Sãtiago e u bispo do Porto e u de Lisbona e u d(e) Coinbra e u de Uiseu e u d'Euora facan ende desta

guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira, q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu reino, facan aduz(er) meu corpo p(er) mias c(us)tas a Alcobacia./[14] E mãdo q(ue) den a meu senior o papa $\overline{\text{III}}$ m(o)r(auidiis) [b], a Alcobacia $\overline{\text{II}}$ $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario, a Santa Maria de Rocamador $\overline{\text{II}}$ $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario,

a Santiago d(e) Galiza $\overline{\text{II}}$ CCC $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario, ou /[15] cabidoo da Séé da Idania $\overline{\text{I}}$ $\overline{\text{mr}}$. por meu añiu(er)sario, ou moesteiro

[a] Parece mais *al si* do que *assi*.

[b] Desdobrei a abreviatura $\overline{mr}$. em *morauidiis* e não em *morabitinos*, por ser a primeira forma a que vem por extenso em A e em A[1], respectivamente, nas linhas 5 e 6. Nos casos seguintes mantive a abreviatura, por o desdobramento ser o mesmo.

teiro de San Gurge[d] D $\overline{mr}$. por meu añiu(er)sario, ao moesteiro de San Uicẽte de Lixbona D $\overline{mr}$. por meu añiu(er)sario, aos caonigos de Tui mill(e)

[12] $\overline{mr}$. por meu añiu(er)sario. E rogo q(ue) cada un destes añiu(er)sarios fazam sẽp(re) no dia de mia morte e fazam t(re)s comemorazones en t(re)s partes do ano e cada dia fazam cantar una missa por mia alma por sẽpre. E ssi eu en mia uida der estes añiu(er)sarios, mãdo q(ue) orem por mi co-

[13] me por uiuo ata en mia morte e depos mia morte fazam estes añiu(er)sarios e estas comemorazones assi como suso e nomeado, assi como fazem en' os out(ro)s logares u ia dei meus añiu(er)sarios. E mãdo q(ue) den ao maestre e aos freires d'Euora D $\overline{mr}$. por mia alma, ao comen-

[14] dador e aos freires de Palmela D $\overline{mr}$. por mia alma. E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia vida q(ue) non'o busque nenguu depos mia morte. E o q(ue) remaser daq(ue)sta mia t(er)cia mãdo q(ue) segia partido igualmẽte en cinq(ue) partes das quaes una den a Alcobaza u

[15] mando geitar meu corpo. A out(ra) ao moesteiro de Santa Cruz, a t(er)ceira aos Tẽpleiros, a q(ua)rta aos Espitaleiros, a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e os cinque bispos q(ue) suso nomeamos segũdo Deus. E den ende aos omees d'ordin

[16] de mia casa e aos leigos <a> q(ue) eu nõ galardoei seu servizo assi com'eles uirem por guisado. E as out(ra)s duas partes de toda mia meiadade segiã departidas igualm(en)te ent(re)[e] me(us) filios e mias filias q(ue) ouuer da raina dona Orraca assi como suso e dito. E mãdo q(ue) aq(ue)ste auer

[17] dos me(us) filios q(ue) o teniã aq(ue)stes dous arcebispos cũ aq(ue)stes cinq(ue) bispos ata q(uan)do agiã reuora. E a dia de mia morte se alguus de me(us) filios ouuerẽ reuora, agiã seu auer. E dos q(ue) reuora nõ ouuerẽ mãdo q(ue) lis teniã seu auer ata q(uan)do agiã reuora. E mãdo q(ue) q(ue)n q(ue)r que

[18] tenia meu tesouro ou me(us) tesouros a dia de mia morte q(ue) os de a departir aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue)

[d] S. Jorge.

[e] Aqui e nas linhas 18 e 19, parece mais *ontre* que *entre*.

d(e) San Iorgi D $\overline{mr}$. por meu añiu(er)sario, ou moesteiro d(e) San Uicẽte d(e) Lisbona D. $\overline{mr}$. por meu añiu(er)sario, ous conigos d(e) Tui /[16] $\overline{I}$

$\overline{mr}$. por meu añiu(er)sario. E rogo q(ue) cada uno destes añiu(er)sarios facan semp(re) en dia d(e) mia morte e facan tres comemoraciones en tres partes do ano e cada [*d*]ia facan cantar una missa por /[17] mia alma por sẽp(re). E se en mia uida der estes añiu(er)sarios, mãdo q(ue) oren por mi co-

me por uiuo ata en[e] mia morte e depois mia morte facan estes añiu(er)sarios e estas come/[18]moraciones assi como susu e nomeado, assi como fazen en outros logares u ia dei meus añiu(er)sarios. /[19] E mãdo q(ue) den ou maestre e ous fraires d'Euora D $\overline{mr}$. por mia alma e ou com(en)-

dador e ous fraires de Palmela D $\overline{mr}$. por mia alma. E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia uida q(ue) non'o busq(ue) nẽgũu d(e)pois mia morte. E u q(ue) remas(er) daq(ue)sta mia t(er)cia /[20] mãdo que seia partido igualm(en)te en cĩq(ue) partes das q(ua)es una den a Alcobacia u

mãdo ieitar meu corpo. A outra ou moesteiro d(e) Santa †, a t(er)ceira ous Tẽpleiros, a q(ua)rta ous Espitaleiros, /[21] a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo d(e) Bragaa e u d(e) Santiago e us cĩq(ue) bispos q(ue) susu nomeam(os) segũdo Deus. E den ende ous omees d'ordin

d(e) mia casa e ous leigos a q(ue) eu n(on) galardo/[22]ei seu s(er)uicio assi com'eles uiren por guisado. E as outras duas partes d(e) toda mia meiadade seian d(e)partidas igualm(en)te antre meus filios e mias filias q(ue) ouu(er) da reina dona Vrr(aca) assi co-/[23]mo susu e nomeado. E mãdo q(ue) aq(ue)st'auer

dos meus filios q(ue) o tenian aq(ue)stes dous arcebispos c(um) aq(ue)stes cĩq(ue) bispos ata q(ua)ndo aian reuora. E a dia de mia morte, se alguno d(e) meus filios ou-/[24]uer reuora, aian seu au(er). E dos q(ue) reuora nũ ouueren mãdo q(ue) lis tenian seu au(er) ata q(ua)ndo aian reuora. E mãdo q(ue) q(ue)n q(ue)r q(ue)

tenia meu tesouro ou meus tesouros a dia d(e) mia mor-/[25]te q(ue) os de a departir a aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue)

[e] No texto: *atren*.

bispos, assi como suso e nomeado. E mãdo ainda q(ue) se s'asunar todos nõ poderem ou nõ q(ui)serẽ ou descordia for ent(r'a)q(ue)stes a q(ue) eu mãdo departir aq(ue)stas dezimas

[19] suso nomeadas, ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os chus muitos p(er) nõbro. Out(ro)ssi mãdo daq(ue)les q(ue) mia mãda an a departir ou todas aq(ue)lias cousas q(ue) suso sũ nomeadas q(ue) si todos nõ se poderẽ assunar ou nõ q(ui)serem ou descordia for ent(r'e)les ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os chus muitos p(er)

[20] nõbro. Mando ainda q(ue) a raina e meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar se a mia morte ouuer reuora e meus uassalos e o abade d'Alcobaza sen demorancia e sen (con)t(ra)dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas suso nomeadas

[21] e eles as departiã assi como suso e nomeado. E ssi a mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mãdo empero q(ue) aq(ue)stes arcebispos e aq(ue)stes bispos departiã todas aq(ue)stas dezimas e todas aq(ue)stas out(ra)s cousas assi como suso e no-

[22] meado. E a raina e me(us) uassalos e o abade sen demorãcia e sen (con)t(ra)dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas q(ue) teiuerẽ, assi como suso e dito. E ssi dar nõ li as q(ui)serem, rogo [o]s [f] arcebispos e os bispos com'eu en eles (con)fio q(ue) eles o demãdem pe-

[23] lo apostoligo e p(er) si. E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus pees q(ue) pela sa santa piadade faza aq(ue)sta mia mãda seer (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nenguu nõ agia poder de uinir (con)t(ra) ela. E ssi a dia de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no

[24] meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mãdo aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos teen de mi en' as t(er)ras q(ue) de mi teem os me(us) riquos omees q(ue) os den a esses meus riq(uo)s omees q(ue) essas t(er)ras teiuerẽ. E os meus riquos omees den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no

[25] meu logar ouuer a reinar q(uan)do ouuer reuora, assi como os dariã a mi. E mandei fazer treze cartas cũ aq(ues)ta tal una come outra, q(ue) p(er) elas toda mia mãda segia (con)p(ri)da, das quaes ten

[f] O *o* desapareceu devido a um furo do pergaminho.

bispos assi como susu e nomeado. E mãdo ainda q(ue) se s'asuar nõ pod(er)en ou nõ q(ui)s(er)en ou discordia for antr'aq(ue)stes a q(ue) eu mãdo /[26] d(e)partir aq(ue)stas dezimas

susu nomeadas, ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os ch(us) muitos p(er) nõbro. Out(ri)ssi mãdo daq(ue)les q(ue) mia mãda an a d(e)partir ou todas aq(ue)las cousas q(ue) susu sũ nomeadas q(ue) se /[27] todos n(on) se pod(er)en asuar ou n(on) q(ui)s(er)en ou descordia for antr'eles ualia aq(ui)lo q(ue) mãdaren os ch(us) muitos p(er)

nõbro. Mãdo ainda q(ue) a reina e meu filio ou mia filia q(ue) no meu logo ouuer a rei-/[28]nar, se a mia morte ouu(er) reuora e meus uassalos e u abad(e) d'Alcobacia sen d(e)morancia e sen (con)tradita lis den toda mia meiadade e todas as d(e)zimas e as outras cousas susu nomeadas /[29]

e eles as departan assi como susu e nomeado. E se a mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logo ouu(er) a reinar nõ ouuer reuora, mãdo enp(er)o q(ue) aq(ue)stes arcebispos e aq(ue)stes bispos d(e)partã /[30] todas estas d(e)zimas e todas estas cousas outras assi como suso e no-

meado. E a reina e meus uassalos e u abade sen d(e)morancia e sen (con)tradita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas /[31] e as outras cousas q(ue) teiuerem assi como susu e dito. E se dar nũ las q(ui)s(er)en, rogo os arcebispos e os bispos com'eu en eles (con)fio q(ue) eles o demãden pe-

lo ap(osto)ligo e p(er) si. E rogo e p(re)go meu senior /[32] o ap(osto)ligo e beyio a t(er)ra ante seus pees q(ue) pela sa s(an)c(t)a piedade faca aq(ue)sta mia mãda seer (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nẽgũu nũ aia pod(er) d(e) uenir (con)tra ela. E se a dia da mia morte /[33] meu filio ou mia filia q(ue) no

meu logo ouu(er) a reinar nũ ouu(er) reuora mãdo a aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos teen de mi en' as t(er)ras que d(e) mi teen os meus ricos omees q(ue) os /[34] den a esses meus ricos omees q(ue) essas t(er)ras teiu(er)en. E os meus ricos omees den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no

meu logo ouu(er) a reinar q(ua)ndo ouu(er) reuora assi como os da-/[35]rian a mi. E mãdei faz(er) treze cartas cũ aq(ue)sta tal una como a outra q(ue) p(er) elas toda mia mãda seia (con)p(ri)da, das q(ua)es ten

una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo de Santiago, a t(er)ceira o arcebispo

[26] de Toledo, a q(ua)rta o bispo do Portu, a q(ui)nta o de Lixbona, a sexta o de Coīb(ri)a, a septima o d'Evora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Tẽplo, a dezima o p(ri)or do Espital, a undezima o p(ri)or de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a t(er)cia dezima facer[g] guarda[r] en

[27] mia reposte. E forũ feitas en Coinbria IIII.or dias por andar de Junio, E(ra) M.a CC.a La II.a.

[g] On *facei*

una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo [d] de Santiago, a terceira /[36] o arcebispo [d]

d(e) Toledo, a quarta o bispo do Porto, a q(ui)nta o d(e) Lisbona, a sex(ta) o d(e) Coībra, a septima o d'(E)uora, a octaua o d(e) Uiseu, a nona o maestre do Tẽplo, a d(e)cima o p(ri)or do Espital, a ũd(e)ci-/[37]ma o p(ri)or de Santa †, a duodecima o abade d'Alcobacia, a t(er)cia decima faco eu aguardar en

mia resposte. E foron feitas en Coinbra IIII.or dias por ãdar d(e) Iunio E(ra) M.a CC.a L.a II.a.

[d] No texto está a abreviatura *arch*, que deveria corresponder a *archiepiscopo*, mas preferi desdobrar em *arcebispo*, porque é assim que está em A. Nos casos análogos anteriores, tanto A como A[1], usaram sempre a palavra arcebispo.

ERRATA (do trabalho de síntese):

p.I,1.2: onde está não necessita de ser leia-se não necessita ser

p.II,1.17: onde está (1975) e (1982) leia-se (1975)

p.1,11.6-7: onde está Sixteenth-Century-Pronunciation leia-se Sixteenth--Century Pronunciation

p.2,1.23: onde está [-i] e [-u] leia-se - [i] e - [u]

p.4,1.17: onde está [o̯]. leia-se [o̯]).

p.6,1.25: onde está -ŭ > - [u] ou antes -ŭ > - [u] > - [o] > [u] leia-se -ŭ > - [u] ou antes - ŭ > - [u] > - [o] > [u]

p.7,1.7: onde está -U > -u leia-se -ŭ > -u

p.23,1.8: onde está §152. leia-se §152).

p.23,1.13: onde está cf. NOTAS da p.18). leia-se cf. NOTAS da p.18.

p.34,1.22: onde está Auto de Pastilhas leia-se Auto de Partilhas

p.37,1.4: onde está na século leia-se no século

p.50,1.3: onde está vê leia-se vẽ

p.50,1.4: onde está quê leia-se quẽ

p.55,1.23: onde está §§148.1c,162.2-3. leia-se §§148.1c,162.2-3).

p.57,1.18: onde está porque leia-se Porque

p.76,11.23-24: onde está ditingam leia-se ditonguem

p.89,1.7: onde está que se represente leia-se que represente

p.89,1.32: onde está Clarinda de Azevedo Maia leia-se Clarinda de Azevedo Maia(1981)

p.91,1.12: onde está operaria leia-se esperaria

p.96,1.20: onde está (Williams(1938),§182.3) leia-se Williams(1938),§182.3 e Rübecamp(1933),p.29,nota 2)

p.99,1.3: onde está em posição proclítica). leia-se em posição proclítica.

p.105,1.16: onde está semivogal-lábio velar leia-se semivogal lábio-velar

p.109,1.7: onde está semi-vogal leia-se semivogal

p.113,1.15: onde está p.614. leia-se p.614).

p.123,1.28: onde está lat. vgl. DODECE,DODECIM leia-se lat. vgl. DŌD(E)CE, DŌD(E)CI(M)

p.124,1.10: onde está intervocálicos. leia-se intervocálicos).

p.138,11.3-4: onde está foi precedida de leia-se foi precedida por

p.141,1.23: onde está Je pense leia-se "Je pense

p.144,1.16: onde está perlers leia-se parlers

p.146,1.14: onde está tred. esp. leia-se trad. esp.

p.148,1.29: onde está METTMAN leia-se METTMANN

p.140, l.10: onde está faer leia-se faen

p.153,1.24: onde está WILLIAMS,Edwin(1938), leia-se WILLIAMS,Edwin(1938), From Latin to Portuguese(Historical Phonology and Morphology of Portuguese Language),trad. port. de Antônio Houaiss(1961); Do Latim ao Português(Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa),tempo brasileiro,Rio de Janeiro,1975(3ªed.).